



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE,
AMBIENTE E TRABALHO**



LUCIANA PEREIRA BARBOZA

**VIVÊNCIAS DAS PROSTITUTAS NO
CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR:
RESISTÊNCIA E SABERES COMPARTILHADOS NA PROSTITUIÇÃO**

Salvador
2018

LUCIANA PEREIRA BARBOZA

**VIVÊNCIAS DAS PROSTITUTAS NO
CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR:
RESISTÊNCIA E SABERES COMPARTILHADOS NA PROSTITUIÇÃO**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva (área de concentração: Saúde, Ambiente e Trabalho).

Orientadora: Mônica Angelim Gomes de Lima

Salvador
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA).

Barboza, Luciana Pereira

VIVÊNCIAS DAS PROSTITUTAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: RESISTÊNCIA E SABERES COMPARTILHADOS NA PROSTITUIÇÃO. / Luciana Pereira Barboza. - Salvador, 2018.

118 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Angelim Gomes de Lima

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho -- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Medicina da Bahia, 2018.

1. prostituição. 2. violência 3. vulnerabilidade em saúde. I. Gomes de Lima, Mônica Angelim. II. Título.

LUCIANA PEREIRA BARBOZA

**VIVÊNCIAS DAS PROSTITUTAS NO
CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: RESISTÊNCIA E SABERES
COMPARTILHADOS NA PROSTITUIÇÃO**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Saúde Coletiva (área de concentração em Saúde, Ambiente e Trabalho), Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 01 de agosto de 2018.

Banca Examinadora

Mônica Angelim Gomes de Lima – Orientadora _____

Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia

Maria do Carmo Soares Freitas _____

Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia

Leny Alves Bonfim Trad _____

Doutora em Ciências Sociais e Saúde pela Universidade de Barcelona

A todas as mulheres que habitam em mim. A puta, a religiosa, a trabalhadora, a vadia, a negra, a indígena, a branca, a mãe, a recatada, a depravada, a normal, a patológica. Seguimos. Sigamos. Resistindo. Transgredindo.

AGRADECIMENTOS

Este texto foi escrito a várias mãos. Mãos de mulheres de diferentes cantos, encantos e axés. Das profissionais do sexo, prostitutas, putas, garotas de programa do Centro Histórico, que me receberam e se disponibilizaram a compartilhar um pouco de suas histórias, de seus afetos e pensamentos. Muito obrigado pela confiança e pelos aprendizados. Obrigado à Associação de Prostitutas da Bahia (APROSBA) por permitir que eu me aproximasse e conhecesse um pedaço da história de luta das prostitutas. Mulheres que resistem e insistem na defesa do direito de todas que trabalham na prostituição, mesmo nesse contexto social desfavorável e excludente.

À equipe do Consultório na Rua, que em todos os momentos me acolheu e me apoiou, muito obrigado pela carinho e parceria. Patrícia, Caritas, Rui, Sandra, Alane, Lua, companheiras(os) que constroem diariamente o cuidado às pessoas invisibilizada pela sociedade, que mesmo com poucos recursos e muitas demandas, permanecem ao lado dos que vivem contextos de grandes vulnerabilidades.

Às minha amigas e companheiras de UFRB: a certeza que só foi possível escrever porque vocês estavam comigo. Julyana, Ana Maria e Lidiane, sou muito grata pelo carinho e pela solidariedade. No meio de todos os desafios que temos em construir um curso de Medicina orientado pela ética e pelo cuidado, pela transformação e superação, vocês se mantiveram firmes e me apoiaram e todos os momentos. Muita admiração e gratidão. Neste projeto construído por mulheres, por uma universidade popular, por um sistema de saúde que dê potência à vida, nós seguimos e resistimos nos espaços de poder da elite e dos homens. Flávia, Vânia, Rita Leite, Paula, Monique, Mara: obrigada pelo cuidado e apoio de todos os momentos, muito grata por caminhar ao lado de vocês.

À minha orientadora, amiga e companheira, Mônica. Obrigada pela paciência, sensibilidade e aprendizados, pela compreensão dos desafios que enfrentei neste período. Você é uma grande referência em minha vida.

E por fim, obrigada a todas as pessoas com quem compartilho a vida e a luta, Valcleiton, familiares, amigos, companheiras(os), por trazer alegria, sentidos e cores para essa caminhada.

RESUMO

A prostituição é uma atividade que envolve o comércio sexual e o exercício de várias dimensões da sexualidade humana. Os primeiros relatos sobre a atividade ocorreram na Grécia e Roma antigas e a relação da sociedade e do Estado com a prostituição variou nos diferentes momentos históricos. A representação social sobre a prostituta e sexualidade feminina é construída a partir dos elementos da cultura, da base econômica e material que produz a ideologia e normatiza os comportamentos sexuais. Os discursos religiosos, inicialmente, e os da medicina, num segundo momento, instituíram um lugar de marginalidade para a mulher prostituta, um lugar de rejeição por praticar uma sexualidade desviante da norma social, do estabelecido para o feminino. Por ser um lugar estigmatizado e criminalizado, as mulheres são expostas a várias formas de violência, e os riscos relacionados ao trabalho na prostituição são abordados de forma insuficiente pelas políticas públicas. O estudo teve como objetivo compreender os discursos das prostitutas do Centro Histórico de Salvador sobre seu trabalho, as percepções de riscos e vulnerabilidades relacionados à ocupação e as estratégias de redução de riscos e proteção da saúde desenvolvidas pelas profissionais. Esse projeto de pesquisa é um estudo qualitativo, de caráter exploratório. No estudo, foram realizadas 14 entrevistas em profundidade e realizadas visitas aos pontos de prostituição que são acompanhados pela equipe do Consultório de Rua no período de novembro de 2017 a março de 2018, tendo como referência a abordagem de cunho etnográfico. Como referencial de análise, foi utilizada a hermenêutica dialética, pois compreende-se que é necessário interpretar o contexto em que o sujeito do estudo está inserido e explorar as semelhanças, diferenças e contradições para compreender a realidade social. Identificou-se 2 modalidades de trabalho no território: a modalidade fechada, que ocorre nos bordéis, e a modalidade aberta, em que o trabalho ocorre nas ruas, praças e bares, com processos de trabalho diferenciados. Independente da modalidade, as mulheres que possuem menor vulnerabilidade social têm o processo de trabalho mais organizado, relatam não sofrer violência e utilizam preservativo em todos os programas. As mulheres mais pobres são mais expostas às situações de agressões, calotes e realizam eventualmente programas sem preservativo, pois é melhor remunerado, bem como fazem uso mais abusivo de substâncias psicoativas. O trabalho na prostituição nesse território é marcado pelos determinantes sociais, não sendo observados os tradicionais fatores de riscos e vulnerabilidades associados à ocupação na parcela de mulheres que possuem melhor status social. O trabalho na prostituição é marcado por relações desiguais de gênero, mas também possibilita que as mulheres acessem uma maior renda e autonomia, no contexto do gueto de subempregos femininos. A inserção e discursos sobre a prostituição das mulheres são múltiplos, não sendo possível falar de uma identidade única e totalizante. Porém, todas elas elaboram saberes e resistência no cotidiano de trabalho, e qualquer política pensada para enfrentar os problemas na prostituição demanda a participação e protagonismo dessas trabalhadoras.

ABSTRACT

Prostitution is an activity that involves sex trade and the exercise of several dimensions of human sexuality. The first reports on the activity date back to ancient Greece and Rome and society's and the State's relationship with prostitution varied throughout history. The social representation of female prostitutes is built from elements of the culture, the economic basis, and the material that produces ideology and normalizes sexual behavior. Religious discourses, at first, and medical discourses, at a later moment, instituted a place of marginality for female prostitutes, a place of rejection for exercising a form of sexuality that deviates from social norm, from that which was established for women. Since they occupy a marginalized and stigmatized space, these women are exposed to several forms of violence and the risks related to prostitution are insufficiently addressed by public policies. This study aims to understand the discourses of prostitutes working the Historical Center of Salvador on their work, their perception of risks and vulnerability related to the occupation, and the strategies of risk reduction and health production developed by the professionals. This research project is a qualitative, exploratory study. 14 in-depth interviews were conducted as well as visitations to prostitution points assisted by the Consultório de Rua team from November 2017 to March 2018 using an ethnographic approach. Dialectic hermeneutics were used for analysis referential, since we understand that it is paramount to interpret the context in which the subject is inserted and explore the similarities, differences, and contradictions to understand their social reality. 2 modalities of this work were identified in this territory: closed work, which happens in brothels, and open work, offers happen on the streets, bars and squares, with different work processes. Regardless of the kind of work they do, women with less social vulnerability have a more organized work process, report not being victims of violence, and use protection with almost every client. Poorer women are more exposed to aggressions and default and eventually had unprotected sex with clients, since this means better payment. They also used psychoactive substances in excess. Prostitution in this territory is marked by social determinants, meaning women of better social status do not face the traditional risks and vulnerabilities associated with this occupation. Prostitution is marked by unequal gender relations, but also allows women access to a higher income and more autonomy in the context of female underemployment. The insertion and discourses on female prostitution are many, making it impossible to talk about only one identity that encompasses all workers. However, all of them elaborate knowledge and resist during their work routine and any policy created to face the problems of prostitution requires the participation and protagonism of these workers.

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Objetivos	15
2.1. Objetivo geral:.....	15
2.2 objetivos específicos:.....	15
3. Referencial Teórico.....	16
3.1 Gênero e trabalho	16
3.2 A prostituição como atividade econômica	20
3.3. Movimento social de prostitutas e regulamentação da atividade.....	24
4. Metodologia.....	31
4.1. Local da Pesquisa.....	33
4.2. O campo	35
4.3. Entrevista aberta.....	39
4.4. Análise de resultado.....	40
4.5. Aspectos éticos	42
5. Caracterizando os espaços: sobre lugares e pessoas.....	44
5.1. A Prostituição de rua:	44
5.2. Bares	49
5.3. Bordel	56
6. Resistência e saberes produzidos na prostituição: estratégias de redução de riscos relacionados ao trabalho.....	60
6.1. preservativo, cuidado com o corpo e HIV:.....	60
6.2. Substâncias Psicoativas e redução de danos:.....	67
6.3. Violência e organizações sociais:	69
6.4. Separação do afeto do comércio sexual:.....	77
7. Papel social e discursos sobre a prostituição.....	79
7.1. Identidades possíveis: três mulheres, três histórias	79
7.1.1. Sobrevivendo no Inferno	79
7.1.2. A Puta de Família	85
7.1.3. A Moça sem Recato	88
7.2. Estigmas e sexualidade: entre a moral sexual e a transgressão	92
7.3. Discursos sobre a regulamentação do trabalho na prostituição: violência de gênero ou proteção social?.....	99

8. Considerações Finais.....	108
9. Referências	112

1. INTRODUÇÃO

A prostituição, por se tratar de um fato social que não é compreendido de maneira uniforme, possui conceituações múltiplas que trazem as posições ideológicas na sistematização do conceito. Para Lacerda (2015), a prostituição é compreendida como uma atividade laboral que envolve o comércio de serviços de natureza sexual e o exercício de variadas dimensões da sexualidade humana, podendo ser desenvolvida por pessoas de qualquer gênero e orientação sexual. A prostituta vende o serviço sexual, entendido como qualquer ato que tem como finalidade produzir satisfação sexual no cliente, incluindo as fantasias sexuais, em troca de um retorno material, que pode ser ou não dinheiro (BLANCHETTE; SILVA, 2009). Estima-se que 1% da população feminina brasileira entre 15 e 49 anos de idade desenvolva atividades relacionadas ao comércio sexual, porém, devido ao estigma relacionado à atividade, as ações institucionais de proteção e promoção à saúde dessas trabalhadoras são insuficientes e limitadas (CORREA *et al.*, 2011).

No Brasil, os primeiros relatos de prostituição ocorrem com a chegada dos europeus e a colonização do país. A relação da sociedade com a atividade foi marcada pelos valores da igreja e pela condenação moral das mulheres que desenvolviam a atividade. A vinculação da prostituição ao pecado constituía uma estratégia de proteção à instituição da família, às relações monogâmicas e de controle da sexualidade feminina, com a estigmatização das mulheres que se prostituíam por meio dos discursos evangelizadores. A imagem negativa relacionada às prostitutas foi reforçada pelo discurso médico do século XIX, que, a partir deste período, reforça o discurso religioso de vinculação da sexualidade feminina com a reprodução e família e determina os padrões do comportamento sexual saudável feminino. Separa-se as mulheres em duas categorias: as mulheres de bem, que usavam a sexualidade para reprodução, de forma asséptica e dentro do casamento; e as mulheres pervertidas, que possuíam uma sexualidade doente e desviante da norma (ALBUQUERQUE, 2012; GIDDENS, 1993).

Nos trabalhos escritos pela medicina no século XIX, observa-se a associação do sexo realizado sem fins procriativos, como a masturbação e o sexo oral, a inúmeros problemas de saúde, reforçando o discurso de desvinculação do prazer à atividade sexual realizada pelas mulheres (GIDDENS, 1993). Observa-se nesse período o discurso médico de patologização do comportamento das prostitutas e

uma presença forte da polícia como agente regulador do estado para a atividade. A medicina afirmava a necessidade de controlar a prostituição e fiscalizar a saúde e sexualidade dessas mulheres para garantir a higienização dos espaços urbanos e controle de doenças disseminadas por elas e a abordagem policial associava a atividade à vadiagem, considerada uma ameaça à moral burguesa e à disciplina exigida aos trabalhadores para a manutenção da ordem vigente e mão de obra de trabalho. Através do discurso médico-policial, buscava-se criar zonas de prostituição separadas do restante da sociedade em que pudesse ser realizado um controle da atividade ao mesmo tempo em que se evitava que as prostitutas circulassem pelas ruas e convivessem com as mulheres honestas (ALBUQUERQUE, 2012; VIEIRA, 2014). Porém, no Brasil do século XIX, não havia uma política clara de regulamentação como a adotada na Argentina, no Uruguai e na Colômbia, em que havia um controle rigoroso e discriminatório, com submissão das mulheres à realização de avaliações médicas regulares obrigatórias e definição claras das zonas de prostituição pelo Estado (VIEIRA, 2014).

Observa-se a continuidade das ações de cunho judicial e sanitaria no Brasil no início do século XX e, em 1940, o Estado brasileiro aprova o código penal que, apesar de não proibir a prostituição, criminaliza a exploração da atividade e impõe medidas restritivas para o exercício da atividade (ALBUQUERQUE, 2012; CORREA *et al.*, 2011). Na década de 1980, com a explosão da epidemia de HIV/AIDS, crescem o preconceito e os estigmas relacionados à atividade, porém também se observa o fortalecimento da organização política das prostitutas no país. Nesse período, iniciou-se no Brasil o movimento de organização social das prostitutas para o enfrentamento das violências e violação de direitos e pelo reconhecimento da prostituição como um trabalho (RODRIGUES, 2009).

O movimento em torno da defesa de direito das prostitutas teve início já na década de 1970 e tem como marco a ação realizada na França, em que aproximadamente 150 mulheres ocuparam uma igreja em Lyons em resposta a dois assassinatos de prostitutas e à violência policial. Esse ato gerou repercussão internacional e tonou-se um marco na história da luta das prostitutas de enfrentamento à violência e a data em que ocorreu o ato – 2 de junho – é considerada o Dia Internacional das Prostitutas (ALBUQUERQUE, 2012).

É nesse contexto de movimentações pelo reconhecimento da prostituição como um trabalho e defesa de direitos – que inicialmente concentrou-se nos Estados

Unidos, na França e na Inglaterra e depois se expandiu para outros países – que emergiu a denominação “profissional do sexo”, uma tentativa de reduzir o estigma relacionado ao nome prostituta. Nas décadas de 1980 e 1990, cresceu a discussão sobre a regulamentação e reconhecimento da atividade como um trabalho, com foco na garantia dos direitos e enfrentamento dos preconceitos e estigmas que aumentam os riscos e vulnerabilidades da atividade (ALBUQUERQUE, 2012). Essa compreensão da prostituição como um trabalho inserido nas relações sociais como as demais ocupações não é um consenso dentro do movimento feminista e da organização de prostitutas. Observa-se diferentes percepções sobre os sentidos e significados da prostituição, bem como dos problemas relacionados ao trabalho e estratégias mais adequadas para a garantia de direito e cidadania (MORCILLO, 2014).

No Brasil, o movimento ganhou força na década de 1980 e em 1987 ocorreu o I Encontro Nacional de Prostitutas, articulado por Gabriela Leite, que teve como desdobramento o surgimento de associações em diferentes estados com o objetivo de defender os direitos e cidadania das prostitutas. Esses movimentos tiveram importante atuação nas ações de enfrentamento ao HIV e combate aos estigmas e resultou na formação da Rede Brasileira de Prostitutas (CORREA *et al.*, 2011; RODRIGUES, 2009; SOUSA; OLIVEIRA, 2010).

Na década de 1990, observa-se uma articulação em torno dessas discussões com outros setores além da saúde, como as áreas do trabalho, justiça e legislativo, e, no início dos anos 2000, o Ministério do Trabalho e Emprego aprovou a inclusão da ocupação na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO). A ocupação ‘profissional do sexo’ foi aprovada na Classificação de 2002 e faz parte da família (ocupações que têm similaridade) de prestação de serviços, com o número 5198-05. Essa inclusão representa uma mudança na relação do estado com a prostituição, pois, diferente do que tradicionalmente foi desenvolvido no país, reconhece a prostituição como uma ocupação ou uma atividade econômica com características e definições próprias (BRASIL, 2002; RODRIGUES, 2009; SOUSA; OLIVEIRA, 2010). No código, estão descritas outras denominações para a atividade, como garota de programa, meretriz e prostituta – termos citados pelas próprias profissionais. Também há a descrição sobre as características do trabalho, a descrição das atividades, os recursos do trabalho e áreas de atividade, temas que também foram desenvolvidos e caracterizados com as representantes das prostitutas. Segundo a

CBO, as profissionais do sexo “buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade” (BRASIL, 2002, *online*). Na descrição da CBO, são incluídos outros serviços que não estão relacionados diretamente com a prestação de serviço sexual, como o atendimento e acompanhamento dos clientes, ampliando a caracterização dos tipos de trabalho desenvolvidos por essas profissionais (BRASIL, 2002; RODRIGUES, 2009).

Junto ao avanço político em torno da discussão da prostituição como uma ocupação e da necessidade de reconhecimento da atividade com garantias de direito, no início do ano 2000, houve o crescimento da movimentação contra o tráfico internacional de pessoas nos espaços midiáticos e políticos, com discursos contra a exploração sexual permeados pelo combate à prostituição de forma geral. Nesse período, cresceram as divergências internas sobre os objetivos das lutas em torno da prostituição, e, em 2004, a Rede Brasileira de Prostitutas voltou a adotar o termo prostituta, ao invés de profissional/trabalhadora do sexo, nome que tinha sido adotado pela organização a partir de 1994, trazendo como foco da luta a regulamentação do trabalho e o discurso identitário (OLIVAR, 2012). Essa perspectiva avalia que é necessário enfrentar o estigma vinculado ao nome ‘prostituta’ e não o ocultar com nomes que possuem maior aceitação social, compreendendo que a utilização desse termo enfrenta diretamente o preconceito e a discriminação (RODRIGUES, 2009). Por ser esse o termo utilizado pela Rede Brasileira de Prostitutas, organização social que é referência na luta pelos direitos e cidadania das prostitutas no Brasil, ele também será utilizado nesse texto. Da mesma forma, o termo ‘trabalhadora’ será utilizado no texto, dialogando com a pauta das organizações de prostitutas de reconhecimento da atividade como um trabalho.

Este estudo tem como objetivo compreender os discursos sobre a prostituição entre as trabalhadoras do Centro Histórico de Salvador, a percepção dos riscos e vulnerabilidades e as estratégias de proteção e resistência desenvolvidas individual e coletivamente. No primeiro capítulo, discutem-se as modalidades de trabalho desenvolvidas no Centro Histórico de Salvador, caracterizando os espaços, relações e condições de trabalho. No segundo capítulo, discutem-se os riscos, as vulnerabilidades e as estratégias de enfrentamentos dos riscos desenvolvidas pelas prostitutas no Centro Histórico. E, no terceiro capítulo, analisam-se os diferentes significados sobre o trabalho na prostituição e as divergências no movimento

feminista sobre estigma, sexualidade e reconhecimento da prostituição como um trabalho.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL:

Analisar os discursos sobre o trabalho na prostituição, a percepção dos riscos e vulnerabilidades e as estratégias de proteção desenvolvidas individual e coletivamente pelas profissionais do Centro Histórico de Salvador.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Caracterizar o perfil das prostitutas, dos locais de trabalho e os tipos de prostituição desenvolvidos no Centro Histórico de Salvador.

Descrever a organização do trabalho na prostituição no território do Centro Histórico de Salvador e os saberes produzidos para a redução dos riscos e vulnerabilidades relacionados ao trabalho.

Analisar a produção de discursos sobre a prostituição.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 GÊNERO E TRABALHO

O processo de trabalho da prostituta e o lugar social que ocupa, assim como nas demais profissões, são marcados pelas relações de poder e dominação de gênero, raça e classe, sendo necessário compreender com maior profundidade a estruturação dessas desigualdades e assimetrias de poder para a análise do trabalho. As diferenças biológicas observadas entre os sexos e as representações, características e comportamentos sociais vinculados a essas diferenças constituem um eixo fundamental do sistema de hierarquias que organiza as relações sociais: a desigualdade de gênero (SCOTT, 1995). As representações de gênero que organizam a vida social concreta e simbólica produzem relações desiguais entre homens e mulheres e reproduzem privilégios, uma vez que as referências que estruturam essa organização definem diferentes distribuições de poder entre os gêneros (AGUIAR; D'OLIVEIRA, 2011). Esse sistema de diferenças de gênero não aparece de forma isolada de outras categorias que produzem desigualdade, como raça, classe, etnia e religião, observando a intersecção de múltiplas relações desiguais, que se expressam de forma diferenciada nos distintos períodos e lugares (PISCITELLI, 2009).

Os padrões e modelos que definem a identidade de gênero estruturam-se a partir do contexto sociocultural e ditam como as pessoas devem pensar, agir e as características e papéis desempenhados por cada um (COSTA, 2000). Observa-se um processo histórico de reprodução dessas identidades na organização social, com a naturalização das diferenças culturalmente construídas como algo inato ao sexo biológico e, portanto, a desvinculação dessas diferenças dos modelos de organização social, resultando em aparências que ocultam a arbitrária divisão social de gênero (BOURDIEU, 2012). No processo de socialização, os sujeitos entram em contato e apreendem os conceitos que definem o que é ser homem e o que é ser mulher, atribuindo significados, valores e funções diferenciados em função dessa identidade, e, dessa forma, as práticas sociais de subordinação da mulher sustentadas nas diferenças de gênero são reproduzidas (COSTA, 2000). Segundo Bourdieu (2012), a dominação pode ser exercida através de princípios simbólicos reconhecidos tanto por quem domina como por quem é dominado, permitindo o

exercício de um poder simbólico que é invisível às próprias pessoas que vivenciam a submissão e, frequentemente, não são percebidas por aqueles que a sofrem, como ocorre nas relações desiguais de gênero.

A desigualdade entre homens e mulheres têm como base material o trabalho e a divisão social do trabalho entre os sexos, que é adaptada historicamente e a cada sociedade (HIRATA; KERGOAT, 2007). Dessa forma, os homens foram prioritariamente vinculados ao trabalho da esfera produtiva, com tarefas mais ligadas à dominação e ao jogo de poder sobre os outros e as mulheres, à esfera reprodutiva doméstica, com tarefas mais ligadas à assistência e ao cuidado de menor valor social. Este sistema é norteado por dois princípios: o da separação e o da hierarquização. O primeiro refere-se à premissa de que há trabalho de homens e trabalho de mulheres e o segundo, de que o trabalho realizado pelos homens tem maior valor do que o realizado pelas mulheres, sustentando-se na naturalização dos valores identitários de gênero produzidos socialmente (KERGOAT; HIRATA, 2007; GIFFIN, 2002; WOLFF; WALDOW, 2008).

A desigualdade de gênero produziu diferenças na inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres, definindo o espaço de cuidado do lar e da família, não remunerado, como o lugar das mulheres, enquanto os homens se inseriam nos espaços fora do lar e remunerado (PISCITELLI, 2009). Apesar do expressivo aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, observa-se uma disparidade nas taxas de trabalho informal e desemprego entre homens e mulheres. A taxa de atividade entre as mulheres é em torno de 60%, enquanto que a dos homens está em 80% e a tendência de aumento na taxa de ocupação não está mais em curso, observando-se uma estabilização dessas taxas no período de 2004 a 2014 no Brasil (IPEA, 2016). Há também registro de associação entre transtorno mental comum e desemprego entre mulheres, sugerindo o trabalho remunerado como um fator de proteção à saúde mental das mulheres, provavelmente pelo aumento da renda e pela redução do isolamento e monotonia associado ao trabalho doméstico (LUDERMIR, 2000).

Ao analisar educação, longevidade e renda, as mulheres brasileiras têm índices superiores aos homens nas duas primeiras categorias, porém apresentam importante desvantagem na categoria renda, com os homens recebendo 40% a mais pelo trabalho do que as mulheres (BLANCHETTE; SILVA, 2009). As mulheres têm maior taxa de desocupação e de trabalho precário, com 39,1 % das mulheres negras

inseridas em trabalhos precarizados e 20,6 % de homens brancos. Percebe-se que as mulheres negras, submetidas à opressão de gênero, raça e classe ocupam os piores empregos e tem a menor remuneração. Em relação à renda, as mulheres negras não alcançam 40% da renda dos homens brancos, permanecendo ainda o trabalho doméstico remunerado como principal ocupação das mulheres negras, com uma taxa de 17,7% (IPEA, 2016).

Observa-se uma segregação horizontal, com setores do trabalho masculinizados e outros feminizados, com inserção das mulheres nos setores com menor remuneração, e uma segregação vertical, com os homens ocupando os espaços de maior poder e com maior acesso a promoção no trabalho. As mulheres estão concentradas em setores com maior exposição a risco psicossocial relacionado ao trabalho, como no setor de serviços, o que é agravado pela segregação vertical e relações hierárquicas no ambiente laboral, aumentando o risco de problemas de saúde físico e mental (CAMPOS-SERNA *et al.*, 2013). O aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho ainda está concentrado nas faixas de remuneração de até um salário mínimo, com menor oportunidade de emprego nas ocupações com maior status e remuneração (DEDECCA; RIBEIRO; ISHII, 2009).

Além das diferenças salariais, observa-se que, mesmo ocupando o mesmo cargo, há diferenças com relação às exposições a riscos ocupacionais e às condições de trabalho. As mulheres têm relações e contratos de trabalho mais precarizados, com maior insegurança e monotonia, menor status e controle sobre seu trabalho. Os homens são expostos a maior jornada de trabalho (sem incluir o trabalho doméstico), maior esforço físico, ruído e desequilíbrio esforço-recompensa. Outro aspecto importante na diferença entre o trabalho feminino e masculino é a maior exposição das mulheres ao assédio psicológico e sexual, o que determina maior vulnerabilidade e risco de adoecimento (EMSLIE; HUNT; MACINTYRE, 1999; CAMPOS-SERNA *et al.*, 2013).

Ainda se mantém a desigualdade na distribuição do trabalho doméstico, mesmo quando ambos estão inseridos em regime de trabalho integral. A enorme quantidade de trabalho doméstico executado pelas mulheres mantém-se vinculada às características ditas “femininas” até os dias atuais. Esse trabalho não remunerado permanece invisibilizado, apesar de servir aos interesses de toda a sociedade. O trabalho não remunerado desenvolvido no espaço doméstico gera valor e é parte

fundamental da manutenção e reprodução da vida e da força de trabalho, que gera lucro nas relações sociais de produção. A não inclusão desse trabalho como uma atividade é mais uma forma de exclusão e exploração das mulheres (KERGOAT; HIRATA, 2007). Estas continuam a fazer muito mais trabalho doméstico do que os homens, com uma jornada de 25,3 horas semanais entre as mulheres e 10,9 horas entre os homens. Quando se considera a dupla jornada, as mulheres apresentam uma carga horária de trabalho superior, evidenciando a sobrecarga do trabalho feminino (IPEA, 2016).

A inserção desigual no trabalho doméstico não remunerado limita o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, o que também interfere na qualidade das condições e relações de trabalho feminino. É maior a proporção de homens que realizam o trabalho remunerado em tempo integral, enquanto as mulheres têm maior proporção de inserção em empregos com tempo parcial, o que permite conciliar o trabalho fora de casa com o doméstico. Os trabalhos de tempo parcial estão relacionados a menor status ocupacional, com menor remuneração, segurança e benefício social. (CAMPOS-SERNA *et al.*, 2013)

Em 2006, a jornada de trabalho dos homens era de 44 horas e das mulheres era 37 horas, porém nas atividades domésticas relacionadas a reprodução social os homens dedicavam 5 horas e as mulheres 19 horas, totalizando uma jornada de 49 horas para os homens e 56 horas para as mulheres (15% maior). Observa-se que, entre as mulheres com maior renda e escolaridade, a carga horária dedicada ao trabalho doméstico é reduzida significativamente e há um aumento na jornada no mercado de trabalho, com maior inserção em trabalhos mais qualificados e bem remunerados, o que é possibilitado pela contratação de outra mulher para assumir parte dos trabalhos domésticos. As mulheres de baixa renda e menor escolaridade são as que têm a maior jornada de trabalho doméstico, sendo 75% superior à das mulheres com nível superior, e possuem a maior carga horária total de trabalho, com inserção em ocupações com menor status e proteção social (IPEA, 2016).

As situações vividas pelas mulheres são fruto das múltiplas relações desiguais e de poder que organizam a sociedade e, apesar do papel central da categoria gênero para a compreensão desse contexto, elas não podem ser analisadas de forma isolada dos outros condicionantes e desigualdades que interagem em cada situação. Não é possível falar de uma feminilidade universal e nem de uma masculinidade, pois diversas outras categorias, como raça, classe social,

religiosidade organizam o lugar social e a elaboração de identidade dos indivíduos (BANUTH; BARBOSA-FERREIRA, 2015; PSCITELLI, 2009). Da mesma forma, as relações de dominação não ocorrem sem resistência e as pessoas desenvolvem estratégias, individuais e coletivas, para se oporem a estas relações (PISCITELLI, 2009). É nesse contexto de distribuição desigual de poder e privilégios e de determinação de espaços de atuação e papéis sociais diferenciados entre os sexos, mediado pela cultura, que se insere o trabalho feminino e a prostituição. Observam-se importantes articulações do trabalho na prostituição com a categoria social gênero e pensá-lo como uma atividade econômica com relações e condições de trabalho singulares só é possível quando ele é situado no trabalho feminizado em geral e nas relações sociais de gênero (BLANCHETTE; SILVA, 2009).

3.2 A PROSTITUIÇÃO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA

No Brasil, a prostituição, tradicionalmente, tem sido vista como um fenômeno que requer a ordenação do Estado e das instituições, mediada pelos representantes do campo jurídico, na figura dos juízes e policiais, e da saúde pública, os médicos, com o objetivo de proteger as famílias dessa prática desviante. Uma ameaça que necessita ser eliminada ou controlada, a prostituição nunca foi tratada como uma atividade econômica. A motivação econômica como aspecto central e primário na decisão das mulheres em iniciar e manter o trabalho na prostituição é pouco abordada, prevalecendo uma visão moral vinculada aos valores religiosos que ora enxerga a mulher prostituta como uma pecadora, sem moral, que precisa ser reformada, ora como uma vítima, submetida pela vontade de terceiros e que precisa ser salva. De uma forma ou de outra, a prostituição é identificada como uma atividade degradante que necessita ser reprimida ou controlada (BLANCHETTE; SILVA, 2009; MORCILLO, 2014).

É importante diferenciar o termo exploração sexual e prostituição, frequentemente confundidos ou utilizados como sinônimos, o que reforça o estigma associado à atividade. Exploração sexual refere-se ao trabalho sexual forçado, por coerção física, psíquica ou ameaça, situação análoga ao trabalho escravo. A utilização do termo exploração sexual para denominar a prática de prostituição converte as pessoas que utilizam os serviços sexuais em criminosos e reforça a

abordagem centrada na criminalização do comércio sexual, desconsiderando a possibilidade do desenvolvimento dessa atividade de forma voluntária (OLIVAR, 2012; SOUSA; OLIVEIRA, 2010).

Os aspectos econômicos e as características do trabalho têm se configurado como elemento primário na decisão das mulheres por entrar na prostituição. Afirmar a centralidade da motivação econômica não significa desconsiderar outras motivações e situações que também estão relacionadas ao trabalho na prostituição (BLANCHETTE; SILVA, 2009). As condições sociais e econômicas e as desiguais distribuições de poder marcam as possibilidades de escolha e acesso ao mercado de trabalho e à renda das mulheres, como ocorre nas demais profissões. Vale registrar que a baixa escolaridade e falta de qualificação profissional limitam o acesso ao mercado de trabalho das mulheres em situações de maior vulnerabilidade e exclusão, como as travestis, transexuais e de baixa renda, cuja entrada na prostituição representa uma possibilidade de melhor remuneração do que outras ocupações disponíveis, caracterizando uma escolha socialmente condicionada (TORRES; DAVIM; COSTA, 1999; PAIVA *et al.*, 2013). É importante destacar que a prostituição não é uma atividade ocupada apenas pelas mulheres pobres, as trabalhadoras da classe média baixa e universitárias também estão inseridas na prostituição, e, nesses contextos, o trabalho sexual possibilita a formação profissional, a compra de imóveis e ascensão socioeconômica (BLANCHETTE; SILVA, 2009; SOUSA; OLIVEIRA, 2012).

As profissionais também relatam outras motivações para manter-se na prostituição, como a possibilidade de viajar, conhecer lugares e pessoas diferentes, trabalhar na noite e na boemia. Os motivos apontados pelas profissionais para entrada na atividade são a inserção socioeconômica, geralmente referida para custear as despesas com a família e a necessidade de sair de um ambiente familiar marcado por violência. É importante destacar que, apesar de desenvolverem a mesma ocupação, as motivações e trajetórias para a entrada e permanência nessa ocupação são singulares e apresenta múltiplas determinações (SOUSA, 2012). Outro ponto destacado como atrativo para as mulheres entrarem na prostituição é o fato de ser um mercado aberto aos jovens e que exige pouca formação profissional, o que facilita a entrada no mercado de trabalho. Observa-se uma maior participação da população jovem no mercado sexual, com média de idade variando de 25 a 29,8 anos, observadas em estudos na Escócia, na Inglaterra, no Brasil e na Espanha,

com maior amplitude de idade entre as prostitutas do que entre os michés (PASSOS; FIGUEREDO, 2004)

Percebe-se que, como observado em outras profissões, na prostituição as mulheres estão expostas a diversos riscos e vulnerabilidades associadas à sua prática profissional, pois a inserção dos indivíduos nos espaços de trabalho, as condições e a organização do trabalho interferem no processo saúde-doença da população (BRASIL, 2001). Em relação ao trabalho na prostituição, o estigma e a clandestinidade na prestação dos serviços sexuais expõem essas mulheres à violência física, insultos e fraude cometidos por clientes e donos dos locais onde ocorre a atividade, implicando na violação de direitos dessas mulheres.

Segundo estudo realizado em Sobral (Ceará), 63% das profissionais afirma sofrer violência eventual, sendo o relato de violência física o mais frequente (30%) e observa-se uma maior frequência de violência sofrida por essas profissionais no ambiente doméstico, praticada por ex-companheiros (60%) (MOREIRA; MONTEIRO, 2012). Também se observam práticas de violência e extorsões por policiais, que, ao invés de atuarem como agentes de proteção da segurança dessas mulheres, aumentam a vulnerabilidade e riscos associados à ocupação. A exposição às infecções sexualmente transmissíveis (IST) e ao uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA) também são apontados como vulnerabilidades relacionadas ao cotidiano na prostituição (SILVA, 2006; SOUSA; OLIVEIRA, 2010).

A prevenção da infecção pelo HIV é o aspecto da saúde das prostitutas mais discutido no setor saúde, motivado pelos indicadores que evidenciam uma taxa 10 vezes maior de infecção entre as profissionais do sexo do que entre as mulheres de forma geral. Inicialmente, utilizava-se o conceito de grupo de risco, que promovia o isolamento e estigmatização de grupos, e referenciava-se nas propostas de abstinência como estratégias de enfrentamento ao HIV. Posteriormente, o conceito do comportamento de risco ganha maior espaço nas discussões de prevenção às doenças sexuais, numa tentativa ampliar a compreensão sobre o processo de exposição e adoecimento, mas ainda centrava a responsabilidade e culpabilização no indivíduo. Durante a década de 90, novos olhares para o processo saúde-doença ganham visibilidade, com destaque para o conceito de vulnerabilidade (AYRES *et al.*, 2003). Esse conceito evidencia a complexidade do processo de adoecimento e os múltiplos fatores que estão relacionados e interferem na saúde dos indivíduos. Os aspectos sociais, econômicos e culturais produzem modos de vida que

potencializam ou restringem experiências de vida mais saudáveis e o contexto em que os indivíduos estão inseridos promovem vulnerabilizações e maior risco de adoecer (PORTO, 2011).

A abordagem conceitual de grupo ou comportamento de risco compreende o adoecimento a partir de questões individuais e responsabiliza os indivíduos pela situação de saúde vivenciada pelos mesmos. Já o entendimento ampliado de vulnerabilidade incorpora outros elementos nessa análise, como desigualdade de gênero e raça, as relações de poder, as dinâmicas sociais e espaciais, bem como os recursos individuais e grupais para lidar com os problemas. (CORREA *et al.*, 2011; PORTO, 2011). O contexto social interfere nas possibilidades de autonomia, autodeterminação e autocuidado desenvolvidas pelas pessoas, nas escolhas e decisões possíveis a partir dos recursos disponíveis para um indivíduo ou grupo (PORTO, 2011).

Dessa forma, pode-se afirmar que as dimensões políticas, sociais e culturais são fundamentais para a compreensão das vulnerabilidades e problemas que as mulheres que trabalham na prostituição vivenciam e os recursos desenvolvidos individualmente ou coletivamente por essas trabalhadoras no cotidiano de vida e trabalho. No trabalho sexual, as mulheres entram na atividade com pouco conhecimento sobre a ocupação e através das experiências vividas e trocadas as prostitutas desenvolvem as competências necessárias para exercerem a prostituição e lidarem com os problemas presentes no cotidiano do trabalho e aprendem a desenvolver estratégias para a se exporem a menos riscos (SOUSA; OLIVEIRA, 2010; SOUSA, 2012).

Outro aspecto importante na análise do processo de saúde-doença de populações vulnerabilizadas é a ineficiência das instituições para responderem aos problemas enfrentados por elas. As estruturas de poder, as históricas desigualdades e acessos diferenciados às distribuições de riqueza permitem que setores da população tenham mais ou menos recursos para se protegerem e promoverem sua própria saúde, bem como tenham acesso diferenciado às tecnologias e instituições responsáveis por promover saúde e bem-estar dos indivíduos, como o setor saúde e a segurança pública (PORTO, 2011). Grupos marginalizados, como as mulheres em situação de rua, usuárias de psicoativos e prostitutas, têm uma dificuldade ainda maior de acessar as políticas públicas devido aos estigmas e preconceitos, com barreiras de acesso aos serviços e políticas limitadas (VILLELA; MONTEIRO, 2015).

Evidenciar os contextos históricos e os conflitos que retiram os direitos e vulnerabilizam os grupos é importante para que se possa construir políticas de inclusão e garantia de direitos, promovendo a visibilidade e participação da população excluída (PORTO, 2011).

3.3. MOVIMENTO SOCIAL DE PROSTITUTAS E REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE

Rosangela Lacerda (2015), sistematiza quatro modelos distintos de relação do Estado com a prostituição: o proibicionista, o regulamentarista, o abolicionista e o laboral. O proibicionista considera a venda de serviços sexuais degradante e afirma que a mesma deve ser proibida e reprimida, com punição de quem a desenvolver e dos clientes. Esse modelo vem sendo desenvolvida na Suécia desde 1999 e penaliza o comprador dos serviços sexuais, que pode ser condenado a até 4 anos de prisão por buscar ou procurar prostitutas. Qualquer tipo de benefício obtido com a venda de serviços sexuais de outra pessoa é ilegal, pois considera-se a prostituição inaceitável e uma expressão da desigualdade de gênero (LACERDA, 2015; WIJERS, 2004).

A Suécia é reconhecida por ter leis severas referentes aos aspectos da sexualidade e, por exemplo, é o único país Europeu que proibiu o funcionamento de saunas gay. Para os defensores da política proibicionista, a Suécia precisava mandar uma mensagem para a sociedade que não mais aceitaria a prostituição, mas pouco tem se analisado os impactos da mudança da lei. Os críticos a ela afirmam que a condução para espaços menos visíveis e para clandestinidade torna as prostitutas mais expostas e vulneráveis à exploração dos que se beneficiam do mercado ilegal (LACERDA, 2015; WIJERS, 2004). Parece ter havido uma diminuição da prostituição de rua e um aumento da desenvolvida nos bordéis da periferia da cidade, onde se desenvolvem relações de trabalho mais coercitivas e as profissionais afirmam que foi reduzida a possibilidade de escolha dos clientes (KULICK, 2004, AUGUSTÍN, 2001). Não há nenhuma evidência de que os países que adotaram a linha proibicionista avançaram no sentido de eliminar a prostituição e foi observado que a política repressiva tornou as profissionais mais dependentes de terceiros, seja dos donos dos estabelecimentos que conseguem estruturar uma política de proteção, seja da polícia ou de funcionários do Estado, que por ameaça

ou extorsão, permitem a realização da atividade (WIJERS, 2004; LACERDA, 2015).

O modelo regulamentarista entende a prostituição como um mal necessário e defende a necessidade de uma regulamentação que proteja a sociedade dos problemas relacionados a atividade. Essa perspectiva autoriza o Estado a realizar ações de forte controle sobre a atividade, utilizando a polícia e as autoridades médicas, porém não proíbe o desenvolvimento da mesma e não garante nenhum tipo de direito ou proteção (MESTRE, 2004; WIJERS, 2004). Foi uma linha que teve maior expressão no século XIX, consolidada na França nesse período, e expandiu-se para outros países como Uruguai e Argentina, com o estabelecimento de zonas de prostituição, registros e exames periódicos obrigatórios, marcando uma separação das prostitutas do restante da sociedade. A restrição da prostituição a zonas específicas era uma forma de “higienização social”, pois só era permitido desenvolver a atividade em bairros mais afastados, desabitados ou degradados (MESTRE, 2004; WIJERS, 2004). No Brasil, não houve uma política clara de regulamentação da prostituição como no Uruguai e Argentina, mas a intervenção estatal e policial sempre fizeram parte do cotidiano das profissionais (CORRÊA; OLIVAR, 2010).

A linha abolicionista nasceu no contexto de combate à escravidão do século XIX, no entendimento que a prostituição é uma atividade degradante e de exploração dos corpos feminino e considera as mulheres que realizam programas como vítimas da estrutura social e das relações desiguais de poder. Por esses motivos, defende que é necessário abolir essa prática social sem criminalizar a prostituta e combater os que, de forma individual ou organizada, exploram a prostituição. Algumas autoras de referência nessa linha, como Pateman e MacKinnon, afirmam que reconhecer a prostituição é reconhecer a dominação masculina, a venda dos corpos das mulheres e sua submissão. Há um entendimento de que a prostituição e o estupro são práticas afins, pois sustentam-se no domínio sexual e violações e não se reconhece a possibilidade de consentimento na prostituição, pois ela sempre é fruto de uma coerção determinada pelas relações desiguais de gênero (MESTRE, 2004; WIJERS, 2004).

O modelo abolicionista defende duas linhas de ações: a penal, com o objetivo de criminalizar todo o mercado ao redor da prostituição e os que se beneficiam dessa exploração; e a social, com políticas de reinserção social das mulheres que estão em situação de prostituição, termo utilizado pela linha. A perspectiva

abolicionista é adotada na maioria dos países do mundo, com proibição do recrutamento de prostitutas e de qualquer forma de benefício com a venda de serviços sexuais de terceiros, aluguel de quartos ou casas para prostituição (LACERDA, 2015; MESTRE, 2004; WIJERS, 2004).

O quarto modelo é o laboral, que defende o direito de escolha e autodeterminação da mulher, que não são vistas como vilãs e nem como vítimas do sistema, e sim como trabalhadoras (LACERDA, 2015; PISCITELLI, 2012). Essa perspectiva defende que a prostituta desenvolve uma atividade do setor de serviços e que é necessário reconhecer a prostituição como uma atividade legítima, despenalizar o comércio e garantir os direitos sociais e trabalhistas a essas mulheres como aos demais trabalhadores (MESTRE, 2004; WIJERS, 2004). Entende-se que as prostitutas estão inseridas nas relações socioeconômicas capitalistas de exploração do trabalho, como nas demais ocupações, e que “não existe razão necessária para entender a prostituta como menos trabalhadora ou mais escravizada que qualquer outra operária nas diversas áreas de serviços” (BLANCHETTE; SILVA, 2009, p. 23).

Esse modelo defende que, ao invés de priorizar a abordagem penal, a priorização da inserção da prostituição na legislação civil e trabalhista pode melhorar as condições de trabalho e enfrentar os abusos que existem na indústria do sexo, com proteção legal trabalhista. Na Holanda, desde 2000 a indústria do sexo não é mais penalizada, ao passo que aumentou a rigidez na penalização das situações de violência, coerção e abusos no setor. Os bordéis necessitam de licença para funcionar e precisam cumprir alguns pré-requisitos mínimos para manter a licença de funcionamento, como condições adequadas de higiene e proteção contra incêndio. Com o reconhecimento da prostituição como uma atividade legítima, os trabalhadores do sexo passaram a ter os mesmos direitos dos demais trabalhadores, mas ainda não se concretizou na prática o reconhecimento das relações de trabalho e dos benefícios sociais, com forte presença do mercado informal. A prostituição também é reconhecida como um trabalho na Alemanha e na Nova Zelândia (WIJERS, 2004; CORRÊA; OLIVAR, 2010).

No Brasil, no final do século XIX ganha força a linha a abolicionista e, com o Código Penal de 1940, o país assume essa perspectiva na sua legislação penal. O código penal criminaliza todo o mercado ao redor e os que se beneficiam da atividade, mas não categoriza como crime o exercício da prostituição de forma

autônoma. O artigo 228 caracteriza como crime induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, com multa adicional se o crime for cometido com o fim de lucro, como nas casas de prostituição. O artigo 229 descreve como crime manter um estabelecimento em que ocorra a exploração sexual, como as boates, as casas de massagem e as *privés*. O artigo 230 classifica como crime o lucro ou proveito econômico com a prostituição de terceiros e o 231 refere-se à criminalização da promoção da prostituição em país estrangeiro, independente se foi consentida ou não pela trabalhadora (LACERDA, 2015).

Esses artigos impactam negativamente a promoção de melhores condições de trabalho das prostitutas, pois mantêm os locais e relações de trabalho na invisibilidade, favorecendo os que exploram a atividade em detrimento das trabalhadoras. Questiona-se sobre a real necessidade de haver uma legislação específica sobre a prostituição, pois há outros artigos no Código Penal que tratam dos temas relacionados à liberdade individual e sexual, bem como do trabalho escravo, os quais são suficientes para impedir as práticas de coerção e violência presentes na prostituição. A não regulamentação da atividade e criminalização do comércio em torno da atividade aumenta a vulnerabilidade do trabalho e fragiliza as ações de fiscalização das condições de ambiente e trabalho (LACERDA, 2015).

No Brasil, as práticas de violência e prisões arbitrárias sempre estiveram presentes na prostituição e, mesmo com o Código Penal permitindo o exercício da atividade, o Estado manteve a atuação de repressão. Em resposta à violência policial, com o assassinato de duas travestis e duas prostitutas na Boca do Lixo, na região do centro de São Paulo, em 1979, as prostitutas, apoiadas por alguns setores do movimento feminista e intelectuais, organizaram o primeiro grande ato de denúncia (CORRÊA; OLIVAR, 2010). Em 1982, prostitutas e travestis profissionais do sexo organizaram uma passeata que culminou com uma assembleia e a luta contra a violência e enfrentamento do HIV, foco dos primeiros anos do movimento.

Na década de 1980, algumas lideranças de prostitutas, como Gabriela Leite, ganharam força nacionalmente e começaram a participar de diversos espaços políticos. Fruto dessa articulação, em 1987, ocorre o I Encontro Nacional de Prostitutas, no Rio de Janeiro, com participação de prostitutas de 11 estados, o qual apontou como questão central o combate à violência e resultou na criação da Rede Brasileira de Prostitutas, com sede no Rio de Janeiro e membros em diversos estados do país. A Rede tem como bandeira central o combate ao estigma e à

violência, o reconhecimento da prostituição como um trabalho e a sua regulamentação no Brasil. A partir desse período, esse movimento passa a participar dos espaços políticos e institucionais de debates sobre a prostituição. No segundo encontro Nacional de Prostitutas, ocorrido em 1989, o tema da saúde das prostitutas aparece como um dos temas centrais e define-se pela mudança do nome da Rede Nacional de Prostitutas por Rede Nacional de Profissionais do Sexo e diversas associações e entidades se organizaram nos anos seguintes (RODRIGUES, 2009; OLIVAR, 2012; CORRÊA; OLIVAR, 2010; SOUSA; OLIVEIRA, 2010).

Após o segundo encontro, as prostitutas brasileiras passaram a utilizar o termo trabalhadoras do sexo, nome mais aceito no contexto internacional, e organizaram, em 1994, o III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo, que além da pauta de enfrentamento ao HIV e à violência, dá visibilidade à luta por direitos trabalhistas. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, observa-se um tensionamento entre as diferentes perspectivas sobre a prostituição dentro da organização. Uma parte do movimento entende a afirmação identitária e positiva da prostituição e a profissionalização como pauta central do movimento, enquanto a outra parte entende que a centralidade está na defesa dos direitos humanos e das mulheres de forma mais genérica e considera a prostituição como algo não desejado e passageiro. Esse processo se desdobrou na ruptura do movimento e criação da Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo, organização que privilegia a discussão contra a exploração sexual e tráfico e que possui ressalvas sobre a questão da profissionalização das prostitutas. Em 2004, Gabriela Leite e outras lideranças retomam o termo prostituta e voltam a utilizar o nome Rede Brasileira de Prostitutas, mantendo o foco na profissionalização e na regulamentação do trabalho da prostituição e o combate ao estigma (OLIVAR, 2012).

A Federação Nacional de Trabalhadoras do sexo não estava alinhada com a perspectiva da profissionalização e passou a atuar em parceria com a Pastoral da Mulher Marginalizada e outras organizações, como a AMOCAVIM (Associação de Moradores de Condomínio e Amigos da Vila Mimososa) e a GMEL (Grupo Mulher, Ética e Libertação), vinculadas à Pastoral da Mulher Marginalizada, e assume uma posição contrária à regulamentação explicitamente (OLIVAR, 2012). Apesar dos tensionamentos e divergências dentro do movimento, as articulações das prostitutas com outros setores, como a saúde, o trabalho, a justiça e o turismo, possibilitou a inclusão da prostituição na CBO em 2002, o que representou um avanço no

reconhecimento da atividade pelo Estado.

Observa-se o destaque dado pela CBO para as atividades de educação sexual e redução dos riscos e vulnerabilidades associados à atividade, aspectos importantes das pautas das organizações de prostitutas. No tópico da CBO em que é feita a descrição detalhada das atividades desenvolvidas pelas prostitutas, destacam-se os itens referente à promoção da organização da categoria e a minimização das vulnerabilidades como pontos de avanço da normativa, pois compreendem-se esses dois aspectos como elementos fundamentais ao desenvolvimento do trabalho e à proteção à saúde dessas profissionais (RODRIGUES, 2009; BRASIL, 2002). No item referente à minimização de vulnerabilidades, são descritos os seguintes tópicos:

...negociar com o cliente o uso do preservativo; usar preservativos; utilizar gel lubrificante à base de água; participar de oficinas de sexo seguro, identificar doenças sexualmente transmissíveis (DST), fazer acompanhamento da saúde integral; denunciar violência física; denunciar discriminação; combater estigma e administrar orçamento pessoal. (BRASIL, 2002, *online*).

O item promoção da organização da categoria é descrito com os itens listados a seguir:

...promover valorização profissional da categoria; participar de cursos de auto-organização; participar de movimentos organizados; combater a exploração sexual de crianças e adolescentes; distribuir preservativos; multiplicar informação e participar de ações educativas no campo da sexualidade. (BRASIL, 2002, *online*)

Esses dois itens evidenciam a preocupação da CBO em fortalecer estratégias de proteção à saúde e promoção da cidadania dessas profissionais, com valorização da auto-organização e do movimento de trabalhadoras para a efetivação desses direitos (BRASIL, 2002; RODRIGUES, 2009).

Outro ponto importante no código refere-se à descrição das condições gerais do exercício da atividade:

Trabalham por conta própria, em locais diversos e horários irregulares. No exercício de algumas das atividades podem estar expostos às intempéries e a discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST, e maus-tratos, violência de rua e morte. (Brasil, 2002, *online*).

Nesse item, observa-se uma descrição limitada das relações de trabalho da prostituta, pois não reconhece os regimes de trabalho integrais em que a profissional está vinculada a uma casa, referindo-se apenas às trabalhadoras autônomas. Esse aspecto evidencia uma contradição na legislação sobre o trabalho da prostituta, que não considera crime o exercício da atividade de forma autônoma, sendo permitida inclusive a contribuição na previdência social, porém criminaliza toda a infraestrutura para o desenvolvimento do comércio sexual e caracteriza como crime a prestação de serviços a terceiros e manutenção da casa de prostituição (LACERDA, 2015).

No Brasil, a discussão sobre a regulamentação da atividade e reconhecimento do vínculo de trabalho entra como pauta da Câmara dos Deputados com o projeto de Lei n. 98/03, proposto pelo deputado do Partido dos Trabalhadores Fernando Gabeira em 2003, que introduziu o tema da regulamentação da atividade e da descriminalização das atividades que ocorrem relacionadas à prostituição no legislativo. A proposta instituía como obrigatório o pagamento dos serviços sexuais realizados pelas prostitutas e excluía os artigos 228, 229 e 331, que criminalizam o comércio sexual (RODRIGUES, 2009; LACERDA, 2015). Fruto das movimentações e articulações das organizações de prostitutas, o projeto muda radicalmente a perspectiva de regulação executada pelo Estado brasileiro.

Em 2007, a Comissão de Constituição e Justiça acolheu o parecer contrário do então Deputado Federal Antônio Carlos Magalhães Neto, que considerou o projeto como reforço à indústria da prostituição, salientando que “quem iria ganhar seriam os grandes empresários, de quem as mulheres ficariam reféns” (LACERDA, 2015, p. 224). Após tensionamentos e muitas discussões sobre o tema, o projeto foi arquivado em 2011 (RODRIGUES, 2009; LACERDA, 2015; MARINHO, 2007).

Em 2012, como desdobramento da articulação do movimento de prostitutas com o deputado do PSOL Jean Wylis, um novo Projeto de Lei (PL) é lançado. Esse PL defende a distinção entre prostituição e exploração sexual, a descriminalização do comércio relacionado à prostituição, a obrigatoriedade de remuneração pela prestação de serviços e a aposentadoria especial de 25 anos. Considerado pelos críticos ao projeto como a legalização da cafetinagem e da exploração do corpo das mulheres, os defensores do projeto acreditam que ele ampliará os direitos sociais e protetivos dessas trabalhadoras, reduzindo os riscos relacionados ao trabalho e as arbitrariedades das instituições por retirar a atividade da invisibilidade e da marginalidade (LACERDA, 2015; BETTIM, 2015; CUNHA, 2013)

4. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório, voltado para a compreensão das interações sociais e interpretações produzidas pelas prostitutas do Centro Histórico de Salvador/Bahia. A perspectiva compreensiva adotada neste estudo privilegia a interpretação das experiências dos indivíduos e grupos, analisando os sentidos da ação humana e sua relação com o contexto social. Essa perspectiva permite explorar as singularidades dos contextos, a subjetividade e intersubjetividade, valorizando a compreensão e o significado que a pessoa atribui à sua realidade e à interação social, e o de sentido produzido intersubjetivamente (MINAYO, 2014; GOLDENBERG, 2004).

O paradigma compreensivo tem como objetivo central “a compreensão dos sentidos concedidos pelos atores às suas ações e interações (subjetividades e intersubjetividades), às suas racionalidades e reflexividades, às suas motivações e justificações, às suas interpretações e valorações” (FERREIRA, 2014, p. 981). Nesta pesquisa, as reflexões, leituras e impressões que as prostitutas elaboram sobre sua realidade são elementos centrais na interpretação elaborada pela pesquisadora, bem como o entendimento das relações sociais em que estas estão inseridas. Não se busca uma verdade essencialista, e sim interpretar o que está por traz daquele discurso, as razões que fizeram expressar determinados conteúdos, entender os aspectos significativos da fala do sujeito da pesquisa (MINAYO; DESLANDES, 2008).

No estudo, foram realizadas entrevistas abertas e observação de campo para caracterizar as modalidades de prostituição realizadas no Centro Histórico e as estratégias de proteção, que são desenvolvidas individual e coletivamente pelas trabalhadoras desses locais. Em todas as análises e interpretações produzidas, aparece a subjetividade das participantes e da pesquisadora. Diferente do que se propõe nos paradigmas positivistas e pós-positivistas, o paradigma interpretativista, que orienta esta pesquisa, não objetiva neutralizar a subjetividade do pesquisador, pois entende-se que toda análise é influenciada pela posicionalidade do autor (GOLDENBERG, 2004). Neste estudo, o lugar que ocupo como médica de família e comunidade e os posicionamentos críticos e feministas estão presentes no texto e em toda a interpretação desenvolvida. Se por um lado defende-se que não há neutralidade em nenhum discurso ou produção textual, é fundamental deixar claro

para os leitores a posição e pressupostos do pesquisador. É necessário perceber essa situação não para buscar a neutralidade e anulação da visão de mundo e conhecimento prévio do pesquisador, pois o olhar sempre estará permeado pela história de vida da pessoa, mas para questionar a familiaridade, conhecimento e interpretações produzidas (LAPLANTINE, 2004).

Sobre a minha posicionalidade na produção deste estudo, destaco minha aproximação com as discussões de gênero e organizações sociais que trabalham com o tema durante a graduação em medicina, com o desenvolvimento de parcerias com o Movimento Sem Terra e Movimento Sem Teto da Bahia. Essas organizações, dentre outras questões, discutem e desenvolvem ações relacionadas às questões de gênero e condições de vida das mulheres, com participação ativa das mesmas nos espaços organizativos.

Já formada, como médica de família e comunidade, trabalhei em parceria com o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (GRUMAP) na comunidade onde atuava como médica, organização que desenvolve ações de defesa das mulheres negras da periferia e de enfrentamento das violências. Desenvolvemos um projeto utilizando o teatro do oprimido com as adolescentes do bairro com o foco na discussão sobre direito sexual e reprodutivo, bem como intervenções com exibição de filmes com os jovens do bairro. A parceria com o GRUMAP consolidou o interesse em pesquisar as condições de vida das mulheres trabalhadoras e as estratégias que as mesmas utilizam para melhorar suas vidas e dar visibilidade à necessidade de mudança dos serviços de saúde para melhor acolher as demandas das mulheres e contribuir na garantia de direitos.

A partir da aproximação com as equipes de saúde que atuam no Centro Histórico, consolidou-se a demanda de estudo sobre o trabalho das prostitutas da área com o objetivo de compreender os sentidos e saberes produzidos no cotidiano da prostituição e aprofundar as discussões sobre o trabalho e sexualidade feminina. Outro aspecto relevante para o desenvolvimento do estudo foi a possibilidade de aproximação da Faculdade de Medicina da Bahia, instituição responsável pelo Programa de Pós-Graduação que faço parte, localizado no Centro Histórico de Salvador, com as trabalhadoras que atuam nessa região, propiciando a interação e a produção de conhecimento com as prostitutas e moradoras desse território compartilhado. Atualmente, atuando como docente, as discussões sobre as relações de poder e as implicações das questões de gênero no processo saúde-doença são

aspectos que entendo serem centrais no processo formativo, bem como a necessidade de compreender a clínica como ação política, em que as estruturas de poder podem ser reforçadas ou questionadas no cotidiano de trabalho do profissional de saúde.

4.1. LOCAL DA PESQUISA

O Centro Histórico de Salvador é um importante ponto turístico de Salvador e possui monumentos históricos do século XVII, além de bares, restaurantes, museus e teatro. Próximo à zona portuária, nessa região se concentram muitos pontos de prostituição da cidade, que ocorre tanto na modalidade fechada, em casas de prostituição, como na modalidade aberta, com a prostituição de rua. As principais regiões do Centro onde são desenvolvidas as atividades são a Ladeira da Montanha, a Ladeira da Conceição, a Praça da Sé, a Barroquinha e o Comércio (RIBEIRO, 2014).

O Pelourinho foi uma área nobre da cidade e entrou num processo de degradação no século passado, momento em que os locais com construções antigas foram desvalorizados ao passo que novas áreas com construções modernas atraíam a elite da cidade. Com a desvalorização econômica e social e a redução do custo de moradia da região, a parcela mais pobre da cidade foi atraída para a região. O território degradado favoreceu uma concentração da prostituição nessa área devido à condição econômica e social atrativa e à menor repressão policial, que impedia o desenvolvimento da prostituição em outras áreas, em especial a prostituição de rua.

Por ter um caráter divergente, a prostituição precisa se concentrar em locais distantes de onde vivem a classe alta da cidade e se fixa nos locais de menor valor econômico, não podendo, portanto, se localizar em qualquer lugar da cidade. Há tanto uma pressão social, como opressão policial para restrição da circulação das prostitutas e fixação dos pontos de prostituição em locais de menor valorização. O mercado do sexo precisa manter o status de atividade divergente sem atrair os mecanismos de repressão e resistência da vizinhança, em locais que também tenham serviços de apoio como bares e quartos (ESPINHEIRA, 1984).

O Pelourinho também dispunha de uma estrutura urbana que favorecia o exercício da atividade, com diversos casarões que se estabeleceram como moradias

coletivas e uma vizinhança que tolerava a atividade. A repressão policial à prostituição de rua no século passado era ostensiva e as ameaças e violências forçavam constantemente a migração e mudanças dos limites territoriais da atividade. A concentração da prostituição em um local facilitava o controle e a fiscalização, ao mesmo tempo que retirava as profissionais de circulação e do convívio com as “famílias de bem”. No diário de notícias de 1969, alguns trechos se referiam a perseguição às prostitutas, denominadas de mariposas, e da prostituição de rua, conhecida no meio policial e jornalístico como *trottoir* (ESPINHEIRA, 1984):

Homossexuais e prostitutas terão as suas cabeças raspadas à máquina zero caso sejam flagradas a partir do dia 28 na prática de *trottoir* em via pública. A declaração foi do Delegado Orlando Bacelar, da Jogos e Costumes, que já iniciou a repressão ao vôo das mariposas [...]

...prenderam ontem à noite e recolheram ao xadrez dezenove mulheres de vida livre, quando faziam *trottoir* em diversas ruas da cidade principalmente na Carlos Gomes, Terreiro de Jesus e Praça Cairu. (ESPINHEIRA, 1984, p. 71)

Com o desenvolvimento urbano na cidade e as políticas de gentrificação no Pelourinho, as prostitutas foram expulsas de áreas de interesse do turismo e das vias urbanas, aumentando a pressão de concentração da atividade em limites mais precisos. As áreas em que a prostituição era tolerada, como o Terreiro de Jesus, Praça Cairu, a Rua do São Francisco, passam a ter proibição para o exercício da atividade, com impedimento em diversas áreas do centro. Na Ladeira da Montanha, na Gameleira e na Ladeira da Conceição, era realizada uma prostituição menos visível, dentro de casas e boates, e, no Maciel, na Preguiça, no Julião e na Misericórdia, havia uma grande concentração de bordéis e prostitutas, com bares e comércios ligados ou derivados da atividade, zonas conhecidas como puteiros ou mangues.

A repressão policial e interesses empresariais e do turismo seguiram pressionando para o deslocamento da prostituição para áreas ainda menos visíveis e segregadas, os mangues foram desaparecendo paulatinamente e as profissionais espalharam-se pelas ruas da cidade (ESPINHEIRA, 1984). Alguns bares, boates e bordéis ainda permanecem funcionando na região, com formatos diferentes do que era observado no antigo Centro Histórico e algumas regiões, como a Ladeira da Montanha e a Ladeira da Conceição, tiveram seus casarões abandonados e

degradados.

Segundo pesquisa realizada pelo projeto Força Feminina, 40,6% das mulheres que trabalham na prostituição em Salvador são mulheres negras e 55,2 % das prostitutas são responsáveis pelo sustendo da casa (FORÇA FEMININA, *online*). Na prostituição de rua, observa-se a divisão do território entre as profissionais, com mulheres e travestis ocupando seus pontos específicos. Houve um aumento da participação das travestis na prostituição de rua, com 90% das travestis da cidade inseridas na atividade. As travestis trabalham em pontos da Orla, como Pituba e Itapuã, além da Carlos Gomes no Centro de Salvador (RIBEIRO, 2014). Optou-se por realizar o estudo no Centro Histórico pela concentração da atividade nesse espaço, que possui diferentes modalidades de prostituição, relações e condições de trabalho diversificadas. O estudo tem como objetivo realizar a aproximação com as mulheres que desenvolvem a prostituição e estão inseridas em contexto de maior vulnerabilidade e por esse motivo não incluirá as prostitutas do alto meretrício, que ofertam o serviço pela internet ou por agências e estão inseridas em processos de trabalho de menor vulnerabilidade e com maior proteção social.

4.2. O CAMPO

O trabalho de campo ocorreu no período de novembro de 2017 a março de 2018. Em novembro, foi realizado o contato e agendamento de uma reunião com toda a equipe de saúde do Consultório na Rua do Pelourinho para discutir o projeto e planejar as atividades de campo. O Consultório na Rua é uma equipe de saúde que tem como foco o trabalho com a população em situação de rua e de maior vulnerabilidade para a articulação do cuidado à essa população com outros setores e com os serviços de saúde. Também acompanha as profissionais do sexo que trabalham no território, realiza entrega de preservativo, lubrificante e dialoga sobre as estratégias de redução de danos, bem como articula a continuidade do cuidado com outros serviços da rede.

A equipe de saúde do Consultório na Rua do Pelourinho é composta por uma assistente social, uma pedagoga, um educador físico, uma psicóloga, uma técnica de enfermagem e uma médica. A sede é no 19º Centro de Saúde e a atuação é desenvolvida prioritariamente no território do Centro Histórico. O serviço funciona de

segunda a sexta no horário comercial e na segunda-feira pela noite a equipe realiza atividade do campo no Comércio e na Ladeira da Montanha, para realizar o acompanhamento dos usuários que são encontrados com maior facilidade à noite.

Durante a reunião, a equipe de saúde compartilhou algumas experiências no acompanhamento das prostitutas e avaliou-se que seria importante essa maior aproximação e conhecimento sobre o cotidiano e organização do trabalho das profissionais, bem como da história de vida dessas mulheres. A partir desse momento, iniciei as idas a campo com a equipe de saúde às segundas-feiras à noite e comecei a aproximação com as prostitutas que são acompanhadas pelo serviço, além de acompanhar a rotina de trabalho realizada pelos profissionais de saúde aos usuários do Comércio. A condução da aproximação com o campo foi realizada pela equipe do Consultório na Rua de forma acolhedora e cuidadosa com a pesquisadora e sujeitas da pesquisa. Após esse momento, além do campo na segunda-feira à noite, passei a realizar visitas aos pontos de prostituição do Centro Histórico em outros dias da semana, articulada com a equipe de saúde, totalizando 22 atividades em campo nesse período. O campo foi realizado em dois bares, um bordel e em um espaço de prostituição de rua.

Após o momento de observação e aproximação, realizou-se a apresentação do projeto, dos objetivos e metodologia do estudo às profissionais. Foram convidadas 20 prostitutas para participar da pesquisa, selecionadas a partir da indicação da equipe de saúde e de informantes-chaves identificadas pelos profissionais do Consultório na Rua: nove que atuam na prostituição de rua, oito que trabalham nos bares e três que trabalham no bordel. Algumas prostitutas não aceitaram participar da pesquisa devido ao medo de se exporem, visto que o trabalho é estigmatizado e uma parte das profissionais o realizam de forma sigilosa. Das vinte mulheres convidadas, aceitaram participar da pesquisa sete que trabalham na prostituição de rua, cinco que trabalham em bares e duas que trabalham no bordel. Das quatorze mulheres que aceitaram participar da pesquisa, seis não aceitaram que as entrevistas fossem gravadas devido ao receio de exposição, sendo então realizadas anotações sobre as falas no diário de campo pela pesquisadora.

Das sete mulheres entrevistadas que realizam programa em pontos na rua, a faixa etária variou de 33 a 55 anos, cinco eram negras e duas pardas. Uma das entrevistadas terminou o ensino médio, três fizeram o ensino fundamental completo e três incompleto. Todas já trabalharam em outras ocupações e, atualmente, três

realizam outra atividade além do programa: uma trabalha no comércio, uma trabalha como cuidadora e outra com venda de mariscos. Com exceção de uma das mulheres, todas as demais têm filhos e três relataram que tem uma relação afetiva estável. Três mulheres moram em bairros mais distantes e referiram fazer uso social do álcool e não ter interesse em utilizar outras substâncias, mesmo vivenciando um contexto de facilidade de oferta. Quatro moram no centro da cidade, destas, uma tem uma residência fixa num bairro vizinho ao Centro Histórico e as demais dormem na rua ou em casa de colegas. Duas profissionais declaram fazer uso diário e intensivo de crack e álcool e informaram que começaram a fazer programa para poder comprar as substâncias psicoativas.

Das cinco mulheres que trabalham nos bares, três têm ensino médio completo e duas incompleto. A faixa etária variou de 25 a 35 anos, quatro são negras e uma é branca. No Bar 1 foram entrevistadas três mulheres, uma delas também trabalha como manicure e duas tem uma relação estável com parceria afetiva. No Bar 2 foram entrevistadas duas trabalhadoras, as quais citaram que já tiveram outras ocupações no comércio, e costumam realizar programas em períodos que precisam melhorar a renda. As duas declaram ter filhos, e uma é casada e seus familiares não têm conhecimento que ela realiza programas. Nenhuma das cinco mulheres entrevistadas nos bares realizam uso abusiva de substâncias psicoativas. No bordel foram entrevistadas três mulheres, todas negras, pobres e com baixa escolaridade. As três nasceram fora de Salvador, vieram morar na cidade muito jovens, sem apoio familiar, e começaram fazer programa na adolescência. Todas têm filhos, mas não convivem com os mesmos, e não possuem parceria afetiva estável. As três mulheres fazem uso abusivo de substâncias psicoativas.

Também foi feito contato com a APROSBA (Associação de Prostitutas da Bahia), e realizada uma entrevista coletiva com três membros da Associação, com o objetivo dialogar sobre a história e organização das atividades realizadas pela Associação e sobre o cotidiano de trabalho das prostitutas. Na reunião, estavam presentes Marilene, Fátima e Fernanda. Além do diálogo sobre a associação, encaminhou-se a articulação de um espaço da Associação com os serviços de saúde, visando maior aproximação do movimento com as pautas da saúde.

Em campo, foi realizada a abordagem de cunho etnográfico, um processo vivencial e experiencial, com uma descrição do sujeito e contexto observado e reflexões sobre o que foi vivido e apreendido através da observação e da escuta

(TRAD, 2012). Por meio da observação do universo cultural, em que estão inseridos os sujeitos da pesquisa, é possível ter acesso ao mundo de conceitos dos entrevistados e, dessa forma, ampliar a compreensão sobre o fenômeno que está sendo pesquisado (GEERTZ, 2008). Ainda, segundo este autor:

[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado. (GEERTZ, 2008, p. 4)

Durante a realização do campo, observou-se os locais em que o trabalho é ofertado e realizado, as expressões verbais e não verbais das trabalhadoras e frequentadores dos locais, as relações entre as profissionais e entre estas e clientes. Foi possível observar as condições de trabalho das prostitutas tanto nos locais onde ocorre a oferta dos serviços como onde são realizados os programas, perceber as condições de higiene, de segurança e conforto. Além da percepção objetiva mediada pela observação, outros sentidos e impressões marcaram a observação de campo: a música alta, os sons das conversas, o cheiro de mofo, o cheiro das comidas e bebidas, os quartos limpos, os quartos sujos, as mulheres bem arrumadas e perfumadas, as que estavam com roupas velhas e descuidadas, o álcool, a cocaína, o crack e seus efeitos. Uma mobilização de diferentes sensações e sentimentos, com produção de novos sentidos sobre o ser prostituta no Centro Histórico. A descrição etnográfica não mobiliza apenas a visão, envolve outros sentidos e afetos do pesquisador, que utiliza o olfato, o tato, o ouvido e o paladar na imersão no campo, permitindo uma visibilidade ampliada para compreender e analisar o contexto e o fenômeno social em investigação (LAPLANTINE, 2004). Segundo esse autor:

A etnografia é antes de tudo uma experiência física de imersão total, consistindo numa verdadeira aculturação ao invés, onde, longe de tentar compreender uma sociedade unicamente nas suas manifestações "exteriores" (Durkheim), eu devo interiorizá-la através das significações que os próprios indivíduos atribuem a seus próprios comportamentos. É esta apreensão da sociedade, tal como ela é apreendida do interior pelos próprios atores sociais com os quais mantenho uma relação direta (apreensão que não é de forma alguma exclusiva da maneira como se coloca em evidência o que lhes escapa, mas que, pelo contrário, abre a via a esta etapa ulterior da pesquisa) .(LAPLANTINE, 2004, p. 23)

Da mesma forma como ocorre com o sujeito da pesquisa, o pesquisador também está inserido em relações sociais e culturais próprias, com olhares e significados singulares previamente construídos sobre os fenômenos sociais. Quando o pesquisador está em campo e observa um fenômeno social, seu olhar está condicionado pelos seus modelos e modos culturais e busca encontrar um conhecimento que dialogue com o modelo teórico construído previamente e não com o que se ignora ou rejeita. É necessário despertar a sensibilidade e o olhar para impregnar-se de uma cultura que não é a do pesquisador, para ver o que não poderíamos prever e nem imaginar, e perceber aspectos que não são habituais (LAPLANTINE, 2004).

Toda a observação de campo foi registrada no diário de campo, as conversas informais, as expressões, o não dito, as interações, observando as congruências e incongruências entre o que é escutado e o que é observado. A observação de campo permite ao pesquisador formular questões que, no processo de interação, são percebidas como pouco ou muito relevantes e estão respaldadas nos pressupostos que orientam o estudo ao mesmo tempo em que permite a inclusão de questões que emergem durante o processo (MINAYO, 2014).

4.3. ENTREVISTA ABERTA

Optou-se pela entrevista em profundidade, com o objetivo de compreender as singularidades das entrevistadas, as interpretações que produzem sobre sua realidade, ações e relações (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). A entrevista possibilitou a compreensão dos sentidos produzidos pelas prostitutas sobre o trabalho que realizam, as percepções, desejos, crenças, bem como os saberes que produzem sobre seu cotidiano de trabalho. A finalidade das entrevistas não é produzir uma explicação sobre um fenômeno social, e sim interpretar as múltiplas compreensões sobre as experiências vividas em contextos específicos (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

A entrevista não é compreendida como uma técnica de coleta impessoal e neutra e sim como um diálogo entre pessoas que ocupam lugares específicos na entrevista e possuem olhares e lugares sociais distintos, inseridos em relações de

poder e contextos diferenciados. O roteiro deve servir de guia, mas, a partir da interação e diálogo com o entrevistado, de suas narrativas e contradições na fala, é possível elaborar perguntas importantes para a pesquisa e que não haviam sido pensadas previamente. O entrevistador deve demonstrar interesse pelo que está sendo dito, possibilitando que o informante perceba que tem um conteúdo e conhecimento importantes para a pesquisa e sinta-se estimulado a falar (FERREIRA, 2014)

Explorou-se três aspectos durante a realização das entrevistas: o relato sobre cotidiano do trabalho na prostituição, sobre as práticas de cuidado com a saúde realizadas pelas mulheres e sobre o significado do trabalho na prostituição e da regulamentação da atividade. Foram observadas as diferenças e semelhanças entre as experiências das diferentes modalidades de prostituição no território, buscando compreender o contexto em que as entrevistadas estão inseridas e as representações que elaboram sobre si e sobre o mundo (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Foi considerado o encerramento por saturação quando a lógica interna dos grupos foi compreendida, com repetição de temas e de semelhanças nos dados obtidos nas entrevistas e observação de campo (MINAYO, 2014). Os critérios de exclusão para a amostragem foram as situações de tráfico internacional, de trabalho forçado e de trabalho infanto-juvenil, pois a pesquisa teve como objetivo discutir o trabalho das prostitutas que desenvolvem sua ocupação de forma voluntária, sem coerção ou ameaça. Todas as participantes foram esclarecidas dos objetivos e etapas da pesquisa, com garantia do sigilo, da confidencialidade e a autonomia.

4.4. ANÁLISE DE RESULTADO

A análise tem como objetivo a interpretação dos significados do conteúdo e contexto das falas e observações e o acesso aos temas explícitos e não explícitos (CALIXTO; CAVALCANTE; PINHEIRO, 2014). Utilizou-se a abordagem compreensiva, que tem como base o entendimento do outro através da linguagem e intersubjetividade, e buscou-se interpretar os discursos, os significados latentes e as intenções dos indivíduos, localizando-os numa conjuntura social e cultural específica. O contexto em que os sujeitos estão inseridos é um aspecto fundamental

da compreensão, pois este impregna o discurso e possibilita o entendimento dos motivos e sentidos elaborados pelo outro (MINAYO; DESLANDES, 2008).

Na análise de dados do estudo, a interpretação sobre o trabalho na prostituição, suas motivações e implicações foi produzida com base na compreensão das prostitutas sobre a atividade que realizam, nos discursos elaborados por elas sobre si e sobre o contexto em que vivem. As reflexões e sentidos produzidos pelas sujeitas da pesquisa sobre a realidade em que estão inseridas e sobre si próprias são aspectos centrais na interpretação da pesquisadora sobre o fenômeno estudado, a qual também está imersa em uma realidade que produz subjetividades, interesses e compreensões. Não se trata de uma interpretação ingênua, que atribui aos fenômenos descritos e ao discurso das participantes um status de verdade total, mas uma análise que privilegia a produção de sentido e reflexividade e estabelece as pontes e diálogos com o contexto social e cultural em que os indivíduos estão inseridos (MINAYO; DESLANDES, 2008).

A estrutura social, as relações de poder e a ideologia interferem na produção dos discursos das prostitutas, bem como essas trabalhadoras interferem cotidianamente na realidade em que vivem. Portanto, é necessário realizar a articulação da subjetividade com a realidade objetiva, explorar as semelhanças, diferenças e contradições para compreender a realidade social (COSTA, 2002; MINAYO, 2014). O sistema ideológico dominante aparece em todos os aspectos da vida social e seleciona, induz, direciona a forma de interpretação da realidade, com conceitos construídos ideologicamente como a normalidade, a objetividade e a imparcialidade. Dessa forma, valores são reproduzidos e instituídos como aparentemente neutros e naturalizados na ordem social. Os valores implícitos na ideologia operam no favorecimento e manutenção da ordem estabelecida, “forma de consciência social materialmente ancorada e sustentada” (MÉSZAROS, 1996, p. 22).

No processo de sistematização e interpretação dos dados, foram utilizadas categorias analíticas e empíricas. Como categorias analíticas, que emergiram da revisão de literatura, serão utilizados os seguintes temas: trabalho, gênero, movimento social e relação de poder. Categoria analítica refere-se às relações fundamentais que contribuem para a compreensão do objeto no contexto geral e são sistematizadas desde o início do trabalho, orientando o pesquisador na observação e compreensão das questões gerais que se relacionam com o singular. As

categorias empíricas de interpretação e análise da pesquisa são as que emergem da realidade no desenvolvimento da pesquisa e são criadas a partir na leitura do material de campo, tanto das entrevistas como do diário de campo. As categorias empíricas que surgiram foram: identidade, sexualidade e estigma. As questões que aparecem no campo vão contribuir para a compreensão da teoria, assim como a teoria contribui para a compreensão do campo e nesse momento de análise os conceitos elaborados na fase inicial serão testados, questionados e aprofundados (MINAYO, 2014; JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

4.5. ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisadora informou a todas as participantes da pesquisa, utilizando linguagem adequada e acessível, sobre os objetivos, implicações e metodologia do estudo desenvolvido. Foi assegurado a confidencialidade e o sigilo das informações e garantida a autonomia da participante em permanecer ou não na pesquisa. O respeito à dignidade, à diversidade e às diferenças foi assegurado, com especial atenção à não reprodução de estigmas e preconceitos. As entrevistas gravadas foram transcritas e foi garantida a não identificação das participantes da pesquisa e o direito à privacidade e ao anonimato. Todas as participantes que, após informadas adequadamente sobre a pesquisa, concordaram de forma autônoma, livre, esclarecida e consciente em participar do estudo declararam a anuência através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. O projeto foi aprovado no Comitê de ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia.

A pesquisa seguiu os princípios éticos de acordo com a Resolução n. 466/12, assegurando o compromisso de minimizar os danos e riscos e maximizar os benefícios, bem como de evitar os danos que são previsíveis. Como benefícios, destaca-se a produção de conhecimento sobre o cotidiano e dinâmica de trabalho das prostitutas, bem como dos problemas e demandas de cuidado produzidos nesse cotidiano; maior visibilidade das mulheres que trabalham na prostituição, com ampliação e aprofundamento da compreensão sobre o trabalho desenvolvido por elas, visando a redução dos estigmas e preconceitos, bem como um melhor acolhimento dos serviços de saúde; compreensão das demandas e necessidades

dessas trabalhadoras pelos profissionais de saúde, com o objetivo de promover a responsabilização dos serviços para o desenvolvimento de ações de proteção à saúde das prostitutas; compreensão dessas trabalhadoras em sua integralidade e como protagonistas de seu próprio cuidado pelas equipes de saúde, buscando a inclusão das mesmas na formulação e execução das políticas e ações voltadas para elas.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, houve um risco da observação e entrevista gerar desconforto ou constrangimento, o que foi minimizado com o esclarecimento adequado e acessível sobre o sigilo e confidencialidade de todas as informações, bem como da liberdade da participante da pesquisa em se retirar a qualquer momento da pesquisa, sem nenhum tipo de penalização. Outro possível risco da pesquisa é a identificação das profissionais que participaram do estudo, visto que parte das trabalhadoras realiza a atividade de forma sigilosa, sem o conhecimento de amigos e familiares. Para garantir a não identificação das profissionais, algumas estratégias foram utilizadas: realizou-se por duas vezes a mudança dos nomes de todas as entrevistadas, modificou-se as idades, locais de moradia, ocupações já desenvolvidas e não foram identificados os bares, bordéis e espaços abertos em que o campo foi realizado.

5. CARACTERIZANDO OS ESPAÇOS: SOBRE LUGARES E PESSOAS.

“Flores Horizontais,
flores da vida
flores brancas de papel,
da vida rubra de bordel,
flores da vida
afogadas nas janelas do luar
carbonizadas de remédios, tapas, pontapés,
escuras flores puras, putas, suicidas, sentimentais.
Flores horizontais.
Que rezais?”

(Oswald de Andrade / Zé Miguel Wisnik)

Após a realização do campo, com base na revisão de literatura, estabeleceu-se duas modalidades principais de prostituição no território do Centro Histórico de Salvador: a modalidade aberta, em que a oferta é realizada na rua e bares e o programa ocorre nos hotéis do território; e a modalidade fechada, desenvolvida nos bordéis. As diferentes modalidades de trabalho na prostituição referem-se não apenas à questão territorial, mas também à forma de organização de trabalho nesses locais, como: a oferta, a prestação de serviços sexuais, a relação com clientes e intermediários na realização do programa, a exposição a riscos, além de aspectos simbólicos e subjetivos que estão envolvidos no processo de trabalho de cada modalidade (SILVA, 2006). Será descrito com maiores detalhes cada um destes espaços.

5.1. A PROSTITUIÇÃO DE RUA:

Na prostituição realizada na modalidade aberta a atividade fica mais visível para o entorno e ocorre tipicamente dentro de restaurantes, bares e praias ou em pontos de rua. A prostituição de rua, também conhecida como trottoir, palavra francesa que quer dizer calçada, passeio é a mais visível e geralmente é

desenvolvida de forma individual e autônoma pelas profissionais nas ruas da cidade. As profissionais procuram um local que favoreça a oferta de serviços sexuais e diferenciam-se dos demais pela aparência e abordagem aos possíveis clientes, sendo incomum presença de intermediários na relação com os clientes, como cafetinas ou cafetões (BLANQUETTE; SILVA, 2009; ESPINHEIRA, 1984; SILVA, 2006). É realizada por mulheres, por travestis e michés, e há uma divisão territorial com ocupações de diferentes ruas e avenidas por cada categoria.

Nos pontos de rua as mulheres geralmente trabalham individualmente ou em pequenos grupos que assumem determinado território, que sabidamente é utilizado para a oferta de comércio sexual. Essa modalidade de prostituição pode ter uma alta lucratividade, autonomia e flexibilidade, porém há uma maior exposição das mulheres aos clientes, que podem violentá-la ou se recusar a pagar o preço combinado e, principalmente, uma maior vulnerabilidade aos não clientes que passam pelos pontos, que, devido ao estigma relacionado à atividade, podem agredir as mulheres nos pontos de rua (BLANQUETTE; SILVA, 2009. ESPINHEIRA, 1984). Na prostituição de rua costuma-se encontrar o baixo meretrício, em que se observa uma maior vulnerabilidade aos riscos relacionados à prostituição e flexibilização das estratégias de proteção, com menor exigência das profissionais (GASPAR, 1984).

O ponto de prostituição de rua do Centro Histórico em que a pesquisa foi realizada caracteriza-se por ser um local de prostituição cis feminina, em que há a presença de profissionais do sexo masculino ou travestis. Atualmente, trabalham uma média de 20 a 25 mulheres com idade e perfil socioeconômico bastante distintos, com a faixa etária variando de 30 a 60 anos, algumas com melhor status social e outras em situação de maior vulnerabilidade social, maior pobreza, em situação de rua ou moradia mais precária.

Localizado em um espaço de bastante movimento no Centro Histórico, com diversos pontos comerciais ao longo de sua extensão, as prostitutas costumam ficar sentadas em bancos aguardando os clientes que frequentam o local, sendo incomum as trabalhadoras realizarem alguma abordagem mais explícita ou ostensiva aos clientes naquele espaço. Devido ao caráter marginal da atividade da prostituição, ela geralmente é desenvolvida em espaços restritos, marginalizados ou fora da rota de interesses do mercado imobiliário, como nos bairros mais pobres ou

em áreas de comércio. Também ocorre em locais de muita mobilidade como na vizinhança de rodoviárias e em locais de grande fluxo de turismo. Apesar de não haver uma restrição formal ou legal ao desenvolvimento da prostituição em outros espaços, há uma regulação moral que Gey Espinheira (1984) denominou de ecologia da prostituição. Dessa forma, entende-se porque a Praça da Sé, Carlos Gomes, Comércio e Orla são espaços que concentram a prostituição de rua. Silva (2006) sinaliza que, além da segregação espacial, outros aspectos também definem os locais onde acontece a prostituição, como as normas legais e o controle policial, além de normas internas da prostituição.

As trabalhadoras ouvidas neste estudo, que ofertam seus serviços na rua, costumam utilizar dois hotéis próximos ao local em que aguardam os clientes. Três das prostitutas entrevistadas declararam também realizar programa no cinema voltado para a prostituição presente no território. Esses estabelecimentos já são conhecidos como espaços onde realiza-se programas, com grande rotatividade de dia e à noite e utilização dos quartos por curtos períodos. O preço do quarto nos hotéis está em torno de 18 a 20 reais a hora e as prostitutas os avaliaram positivamente, considerados limpos e organizados, apesar de simples. Apenas uma das entrevistadas afirmou que os quartos são inadequados com higienização precária. As trabalhadoras informaram que um aspecto positivo dos hotéis são as normas de funcionamento do local, que não permitem a entrada de clientes alcoolizados, o consumo de substâncias psicoativas e nenhum tipo de agressão. Os clientes que se envolvem em situações de violência, agressão ou roubo são expulsos e não é permitido o retorno deles.

Diferente da representação do senso comum, as zonas de prostituição não são espaços caóticos e sem regras, e, da mesma forma que ocorre em outras territorialidades e espaços de trabalho, existem normas que organizam a atividade e sanções quando as mesmas não são seguidas, com base nos valores morais da sociedade (SILVA, 2006). Espinheira (1984) caracterizou esses espaços como os hotéis do Centro Histórico, em que são realizados os serviços sexuais pelas prostitutas, mas não há oferta de programa, ou seja, não dispõem de profissionais fixas no local, como Casa de Encontro. Dessa forma, classifica-se o trabalho desenvolvido por essas prostitutas como prostituição de rua, modalidade aberta, realizado em Casas de Encontro.

O turno de trabalho mais frequente entre as entrevistadas é o vespertino, com

uma média de seis horas por dia, mas se observa a presença de profissionais do sexo no local em todos os turnos. O preço mínimo do programa é trinta reais, podendo aumentar o valor a depender da negociação com o cliente e da prática sexual que será realizada. O preço pode variar a depender da necessidade da profissional, que em momentos de mais dificuldade financeira pode reduzir o preço do programa. A necessidade de comprar algum item fundamental para si ou para família, como alimentos ou medicamentos, ou fissura para comprar alguma substância psicoativa, pode reduzir o valor do programa. Outro fator apontado para a redução é o baixo movimento de clientes no local, que faz com que as trabalhadoras aceitem um menor valor para não retornar para a casa sem nenhum dinheiro. A prostituta com idade mais avançada, que é desvalorizada no mercado da prostituição, também recebe menos pelo serviço. Em contrapartida, a trabalhadora que realiza o programa completo, que consiste em sexo anal, oral e vaginal, consegue um valor mais alto, assim como aquelas que flexibilizam a utilização do preservativo (SILVA, 2006).

As prostitutas citaram que houve uma queda importante no movimento de clientes na região. Antes, as profissionais conseguiam realizar uma média de sete programas por dia e atualmente está em torno de um a dois. Uma das entrevistadas afirmou que às vezes não consegue nenhum cliente e por esse motivo passou a frequentar menos o local. As demais afirmaram que, apesar da redução do movimento e clientes, ainda conseguem um rendimento suficiente para pagar suas contas e necessidades diárias. Uma das trabalhadoras associou a redução da circulação dos clientes antigos do local à situação de violência e furtos no Centro Histórico, enquanto outra avalia que a redução ocorreu porque os clientes estão com mais receio de serem expostos, pois o espaço passou a ter um fluxo maior de pessoas e turistas após as reformas.

Apesar do menor fluxo, as trabalhadoras relatam como vantagem do trabalho nessa modalidade a maior objetividade do programa, pois não têm necessidade de permanecer como acompanhante do cliente. Nos bordéis e bares, a prostituta necessita permanecer um período maior com os clientes antes do programa, para que os mesmos consumam nos estabelecimentos e porque muitos buscam uma acompanhante. Sobre esse aspecto, Liana declara sobre a prostituição de rua: “É mais rápido e enche menos o saco” (Liana).

A maioria dos clientes são trabalhadores que moram em Salvador e são

frequentadores antigos do local, em geral casados, além de homens idosos aposentados. Eventualmente, aparece novos clientes, turistas ou homens mais jovens. A maioria das entrevistadas expôs que prefere os clientes turistas, pois é possível cobrar um preço maior pelo programa e receber um melhor tratamento, com a possibilidade de circular e frequentar outros espaços. Em relação aos clientes mais jovens, é frequente que estes contratem a prostituta e utilizem o quarto dos hotéis para fazer uso em segurança de psicoativos não legalizados, em geral para cheirar cocaína ou fumar crack e não solicitam nenhum serviço sexual, apenas a companhia no quarto.

Em relação à abordagem policial, as prostitutas que trabalham na rua afirmaram que é comum sofrerem abuso e violência e ocorrer intervenções com violação de direitos. Uma entrevistada relatou que é frequente serem humilhadas pelos policiais:

Se a gente for falar alguma coisa chama a gente de vagabunda, se a gente tiver apanhado ou alguma coisa, eles falam contra a gente e chama de vagabunda. Eu nem olho pra cara deles. Eles ficam olhando o que a gente tá fazendo, mas eu nem me dirigi a eles e já aconteceu de ir na delegacia dar queixa de um rapaz e a delegada dizer assim: “Você sendo deste local, baixa a voz. Ainda quer tirar onda aqui?! Mulher prostituta quer falar alto com os profissionais?” A própria delegada daqui... Eu fui dar queixa de um rapaz que roubou minha casa. “Ah, essas delinquentes, vagabunda, ficam aí tentando vender o corpo”. (Lara)

Adriana declarou que a maioria dos policiais que atua no território é violento e não acolhe as queixas levadas pelas prostitutas, porém refere que alguns policiais da área, em especial a polícia feminina e os mais antigos, já conhecem as trabalhadoras dessa localidade e realizam uma abordagem diferenciada e menos violenta: “Tem uns que ajuda, outros não, diz que não quer saber, ‘você que arranjou’, ‘sai daqui, não fique fazendo zoada aqui não’... É assim, se eles vê briga, marido batendo na gente, eles nem tchum” (Adriana). Essa fala evidencia o olhar da polícia sobre a garota de programa e o entendimento que essas mulheres não têm direito à proteção do Estado. Por outro lado, Núbia avalia que os policiais da região, por conhecê-la há muito tempo, não permitem que ela sofra algum tipo de agressão. Ela afirma que, quando procura assistência policial, ela tem um bom atendimento, evidenciando que há percepções diferenciadas das prostitutas desta região sobre a abordagem policial.

Em relação às situações de violência ou calote realizado pelos clientes, todas

as mulheres que trabalham na prostituição de rua relataram já terem vivenciado essas situações pelo menos uma vez, mas afirmam que não é frequente na rotina de trabalho delas. As três profissionais que estão em situação de rua declararam que isso ocorre com maior frequência na Carlos Gomes e na Orla, pois nesses locais a profissional não têm segurança para onde o cliente a levará e não tem uma rede de pessoas conhecidas próxima, que garante maior proteção. Núbia relatou que tanto na Orla como na Carlos Gomes é mais comum situações de calote, ameaça com arma de fogo, agressões dos clientes e desrespeito aos pactos estabelecidos, como o valor do programa e os serviços que serão realizados. Apesar de ter um risco maior, a entrevistada afirmou que prefere trabalhar na rua e na Orla, porque o rendimento é melhor, o preço do programa na Orla costuma ser o dobro do que ela costuma receber na prostituição de rua do Centro Histórico, além de ter um número maior de clientes.

Todas as entrevistadas informaram que o preservativo é fundamental para realização do programa e declararam ter receio de se expor a doenças sexualmente transmissíveis. Elas dizem que não aceitam fazer programa sem preservativo, independentemente do valor ofertado pelo cliente, porém três profissionais referiram que já realizaram programas sem preservativos. Para elas, é comum os homens proporem que sejam realizadas algumas práticas sexuais, como o sexo oral, sem proteção e duas mulheres relataram já terem tido uma infecção sexual, mas não souberam relatar qual.

5.2. BARES

Nos bares, restaurantes e praias não há relação da profissional com o estabelecimento e não há taxa de exploração, sendo geralmente exigido apenas que a profissional consuma algo para a utilização da mesa. Nesses espaços não há preços tabelados, cada mulher negocia o preço e a profissional precisa ir atrás do cliente para ofertar o serviço, sendo um espaço com um grau de disputa e concorrência maior entre as profissionais. Outro ponto em comum desses espaços é que costumam ser lugares mistos, em que pessoas que não estão buscando o comércio sexual ou até mesmo desaprovam, também frequentam o local. Uma dificuldade enfrentada pelas mulheres nesses pontos de trabalho é a maior

vulnerabilidade de sofrer violência, roubo ou fraude, pois, não há segurança na prestação dos serviços sexuais, que ocorrem fora do local em que são habitualmente ofertados. Nessa modalidade há flexibilidade no horário e não ocorre vínculo com o estabelecimento, o que permite que as mulheres tenham outro emprego (BLANQUETTE; SILVA, 2009).

O trabalho de campo incluiu dois bares do Centro Histórico. O Bar 1 localiza-se numa região pobre, há pouca circulação de turista e as mulheres que realizam programa neste espaço têm uma média de idade de 30 a 50 anos. Trabalham no bar uma média de cinco profissionais e algumas o frequentam eventualmente. Não há nenhum tipo de vínculo com o dono do estabelecimento, que tem o rendimento obtido com a venda de bebidas e comidas, e o quarto para a realização do programa é ofertado no mesmo prédio do bar por outro dono. Não é necessário deixar nenhum valor para o bar se a prostituta optar por sair com algum cliente, pois esta não é considerada funcionário do estabelecimento, como ocorre nos bordéis.

Observa-se, neste espaço, uma flexibilidade com dias e horários de trabalho e as mulheres definem o período que irão permanecer no local. Verificou-se que alguns homens frequentam o local apenas para consumo de álcool, conferindo um caráter misto a este espaço, em que frequentam pessoas que buscam garotas de programas e pessoas que estão no espaço apenas para consumo de bebidas. Apesar de observar-se uma maior flexibilidade e liberdade na gestão do processo de trabalho no Bar 1, algumas regras são estabelecidas para a permanência local, como descrito por Liana:

“Não pode menor de idade; se roubar lá dentro, bota pra fora... Se roubasse lá, ele botava pra rua, não tinha conversa... Quem trabalhava no outro não podia entrar no Damasco, aí eu trabalhei lá, e quando eu fiquei de maior é que eu entrei no Damasco, mas aí ele me disse “agora você vai ter que fazer uma escolha, ou você fica aqui ou você fica lá”, aí eu disse “eu fico aqui, desde o primeiro dia eu queria ficar aqui”. Entrei, nunca mais saí...”
(Diana)

O outro bar descrito por Diana era um estabelecimento vizinho ao Bar 1 que fechou, no qual ocorria com frequência roubo aos clientes e tinha má fama na região, diferente do Bar 1, que o dono não permite que ocorra nenhum tipo conflito entre as profissionais e entre os clientes e profissionais. As prostitutas que frequentam este local queixaram-se do pouco movimento do bar, que tem sido mais

frequentado pelos homens para consumo de bebidas do que por clientes a procura de programa. O estabelecimento vem apresentando uma queda importante no movimento, segundo relato das entrevistadas e da APROSBA, diferente do outro bar em que a pesquisa foi realizada, que é bastante movimentado e frequentado principalmente por turistas.

As mulheres costumam cobrar o mínimo de 50 reais por 30 min de programa e o quarto, que é pago pelos clientes, custa 20-25 reais. As profissionais mencionaram que o quarto ofertado no mesmo prédio que o bar não é adequado e a higiene é precária, motivo pelo qual muito dos clientes antigos preferem ir para outro local para realizar o programa. Já com os clientes novos, que eventualmente aparecem, a preferência das profissionais é permanecer e fazer o programa no local, para reduzir o risco de se expor a violência ou calote. Uma das entrevistadas informou que uma vantagem em ter esse quarto precário é a redução do tempo de permanência com o cliente novo. Ela também avalia como positivo que o Bar não seja frequentado por turistas, pois esses gostam de circular e contratar as prostitutas como acompanhante, o que, na avaliação dela, caracteriza um tempo perdido, além do aspecto que parte das mulheres que trabalham no local são casadas e não podem circular em outros espaços pelo risco de serem vistas. Sobre o quarto ofertado próximo ao bar, Liana relata:

“só tem aquele mata rato...E não tem limpeza. É muito ruim. Quando não tem jeito, vamos lá... E é porque é mais rápido, pela falta de conforto, acaba fazendo um programa mais rápido, fica tranquila, fez, tchau... E aqui em cima não, neguinho quer assistir filme, quer conversar, banho quente, ar condicionado então por ter um mais de conforto, você fica mais tempo e você acaba perdendo tempo porque vai ganhar o mesmo dinheiro... Se o cliente for bom você dá sorte, se já é cliente seu tá tudo certo, mas quando é uma pessoa desconhecida você acaba não valendo a pena”... (Liana)

As mulheres entrevistadas apontaram que o Bar 1 costuma repassar para as prostitutas que frequentam o local o preservativo que a equipe do Consultório na Rua fornece e afirmaram que não há pressão do estabelecimento para que elas consumam no local. Uma delas informou na entrevista que costuma comprar água e refrigerante fora do estabelecimento, visto que os preços são maiores dentro do bar e nunca teve nenhum problema por esse motivo. Apenas uma trabalhadora relatou que há uma pressão do estabelecimento para que as profissionais consumam bebidas no local e que ocorre um assédio nesse sentido.

O Bar 1 é simples, com mesas e cadeiras de plástico, música muito alta e bancos no balcão onde uma parte dos clientes costuma ficar. Durante as atividades de campo foi possível observar que o bar tem ficado vazio, estando sempre com um número reduzido de clientes, em torno de três a cinco, sendo que alguns só frequentam o bar para consumo de bebida. Está localizado num local de muito movimento e comércio e é aberto, podendo ser observada a movimentação no seu interior por aqueles que circulam na região. As mulheres que trabalham no local costumam ser discretas e não há nenhum tipo de conflito com o comércio vizinho. O bar é frequentado por moradores da região, com faixa etária diversificada, a maior parte de homens casados. As profissionais costumam chegar por volta das 15 horas e estabelecimento encerra seu funcionamento por volta das 19 horas, devido ao risco de assalto na região.

Um aspecto observado por uma das prostitutas deste bar é a demanda de alguns clientes em ter apenas uma companhia para conversar e tomar cerveja no bar, não solicitando nenhum tipo de serviço sexual e nem a ida a um espaço reservado. Esse fato também é observado por outras profissionais entrevistadas, que descrevem as diferentes demandas dos clientes que procuram as prostitutas: homens que pagam apenas para conversar, outros para olhar o corpo da profissional, para se masturbar ou para realizar alguma fantasia excêntrica. O serviço ofertado pela prostituta é mais amplo do que a realização de uma prática sexual:

Tem uns que eu não preciso gastar corpo, só paciência. Naquele dia que você chegou lá que eu disse “agora eu não posso”, ele me ligou 11 horas eu ganhei o que, 300 reais só pra beber com ele até a hora dele ir embora... : Eu tinha chegado ali tinha pouco tempo, a gente tava no Mercado Modelo, tomando uma também, ai ele de vez em quando dá um cheiro, dá um pitoque e pronto.(Liana)

As prostitutas contam que alguns clientes buscam sexo e um encontro rápido e outros as procuram como confidentes, em busca de conselhos ou companhia e são geralmente os clientes que se tornam fixos e desenvolvem uma relação mais próxima com a trabalhadora. Os mais velhos são os que, com maior frequência, tornam-se fixo e frequentam a zona de prostituição e são vistos como os mais confiáveis. A habilidade de saber identificar o perfil do cliente, escutar e conversar é valorizada no universo da prostituição (SOUSA e OLIVEIRA, 2010).

Todas as profissionais que trabalham nos bares afirmaram que nunca sofreram nenhum tipo de agressão de clientes, nem no bar atual e nem em prévios, e apenas uma das entrevistadas afirmou ter recebido um calote há 15 anos atrás, quando trabalhava numa boate:

“o cara toda vez que colocava camisinha, mudava de posição e ele tirava...ele tirou três vezes, mas como eu sempre andava com camisinha na bolsa botei outra, ai ele tirou, eu peguei, vesti minha roupa e disse “não vou mais ficar com você”, aí ele “eu não vou lhe pagar”, “não vai pagar não, vou chamar a polícia pra você”, “puta não chama polícia”, “pois essa aqui chama” interfonei e mandei chamar a polícia, o cara da recepção perguntou “tem certeza”, eu disse “tenho, pode chamar”, a viatura veio, eu contei o que tava se passando que ele tava tirando camisinha, “ah mas eu não terminei”, “não tem condições de você terminar se você ficar tirando a camisinha, que se você tá tirando algum motivo por trás disso tem”, aí ele disse que não ia pagar, o policial disse “então vamos resolver isso na delegacia”, eu disse “vamos”, entrei, fui pra delegacia lá na Praça da Piedade. O delegado tava dormindo, um negão bonito, um coroa lindo, invocado, “e aí, me conte aí...?” ele quis se intrometer, “eu não perguntei a você, perguntei a ela”, aí eu contei a história, que ele não queria pagar, ai ele “o máximo que eu dou a ela é 20 reais do transporte”, aí o delegado pegou “você sabe que profissional do sexo é um trabalho como qualquer outro?”... aí o delegado veio, eu disse que não aceitava metade, porque minha parte eu topava fazer, mas ele tava tirando a camisinha, “se a senhora não aceitar metade ele vai ficar preso aqui, o que é que você tem pra me dizer?”, ele disse que não ia pagar, o delegado chamou “fulano, recolha aqui os pertences dele”, aí quando tirou a bolsinha, ele com um bolo de dinheiro... Aí ele foi preso, dormiu lá...”(Liana)

Neste relato, destaca-se o posicionamento do policial a favor da trabalhadora, reconhecendo a prostituição como um trabalho e o direito da mulher que exerce a atividade, diferenciando-se do perfil de policiais realizado pelas prostitutas. Todas as profissionais que trabalham nos bares declararam que nunca sofreram agressões ou extorsões de policiais e não vivenciam situações de desrespeito ou violação de direitos no cotidiano de trabalho.

Em relação ao uso do preservativo, todas as profissionais declararam que utilizam proteção em todas as práticas sexuais que realizam com os clientes. As entrevistadas afirmaram que é comum o cliente aumentar o valor do programa para que ele seja realizado sem preservativo, mas todas as entrevistadas que trabalham no bar referiram não aceitar esse tipo de proposta e registram que nunca sofreram ameaça ou foram coagidas a fazer um programa sem proteção. Uma profissional dos bares tem HIV, mas a exposição não foi relacionada ao trabalho, ocorreu com realização de prática sexual sem preservativo com parceria afetiva, pois no sexo comercial com os clientes ela sempre utiliza proteção. Não houve alusão a nenhuma outra IST pelas profissionais entrevistadas.

O segundo bar em que a pesquisa foi realizada tem um funcionamento mais próximo a um bordel. Nesse tipo de estabelecimento, o cliente busca o serviço sexual no local, que frequentemente não é identificado na fachada do recinto, por ser ilegal o funcionamento dessas casas (SILVA 2006, LACERDA, 2015). É possível encontrar bordéis em regiões variadas da cidade, com casas de luxo nos bairros mais nobres e casas mais simples em bairros periféricos e as prostitutas podem morar ou apenas trabalhar. O local geralmente é constituído por vários quartos, onde ocorrem os serviços sexuais e o bar, em que são vendidas bebidas alcoólicas e alimentos, reconhecidos pelos clientes por espaços de entretenimento e lazer, em que podem contratar uma garota de programa e utilizar psicoativos (SILVA, 2006). São organizações comerciais da indústria do entretenimento, em que além da compra e venda de serviços sexuais há comercialização de bebidas e outras substâncias (ESPINHEIRA, 1984).

Nas casas fechadas os clientes que passam a ser frequentador do local e as mulheres não oferecem os serviços na rua, podendo ter ou não vínculo da profissional com o estabelecimento. Nesses locais costuma ser realizado o médio meretrício, ou média prostituição, com maior segurança e menor exposição das profissionais, e o preço do programa varia a depender da localização do estabelecimento. Nos locais mais luxuosos e frequentando por clientes com alto poder aquisitivo encontra-se o alto meretrício ou alta prostituição, também realizada pelas prostitutas que trabalham de forma autônoma na modalidade call girl (SILVA 2006; GASPAR, 1984).

As mulheres que prestam serviço sexual no Bar 2 possuem melhor condição socioeconômica do que as que trabalham nos pontos de rua e no Bar 1 e a faixa etária é mais jovem, variando entre vinte e quarenta anos. Trabalham no local em média 10 mulheres e, no período de realização da pesquisa, apenas duas estavam morando no local, as demais o utilizavam apenas para trabalhar. Nesse espaço, há uma parte reservada ao bar e mesas onde os clientes são recebidos e outra, aos quartos, que são pequenos, simples e organizados, local onde os programas costumam realizados. A dona do estabelecimento é responsável pela organização da casa e do trabalho das prostitutas e também prepara os pratos que são servidos no bar. O rendimento obtido por ela é com o consumo de bebidas e comidas no estabelecimento e aluguel dos quartos e o dinheiro do programa fica integral para a

profissional.

É comum que nos bordéis as mulheres consumam e incentivem os clientes a consumirem no bar do estabelecimento, porém as profissionais entrevistadas informaram que no Bar 2 elas não são obrigadas a consumir bebidas, apenas a incentivar o consumo por parte dos clientes. Outro aspecto da relação de trabalho observada em alguns bordéis é a exigência do cliente pagar um valor para a casa caso deseje sair com a profissional para outro local durante o horário de funcionamento do estabelecimento, fato que também foi relatado pelas profissionais que trabalham no Bar 2 (SILVA, 2006). A preferência em realizar a oferta e prática do comércio sexual nos locais fechados relaciona-se com a maior segurança para a oferta dos serviços nesses espaços e menor exposição, quando comparado com os locais públicos, como ruas e praças. (SOUSA; OLIVEIRA, 2012).

Se por um lado a prostituição de rua tem um caráter mais autônomo e independente, os bordéis representam o assalariamento da profissional, a venda da capacidade de trabalho por um preço estabelecido para aqueles que dispõem dos meios e instrumentos de trabalho necessários para o exercício da atividade. (ESPINHEIRA, 1984). Nos bordéis, observa-se que há um vínculo entre a prostituta e o dono do local, que estabelece as normas de funcionamento e horário de trabalho que precisam ser seguidos para a permanência da profissional na casa. As profissionais são obrigadas a utilizar os quartos do estabelecimento e a cumprir a carga horária exigida, e observa-se uma série de relações com pessoas e instituições externas para garantir a proteção do local e criar um sistema defensivo (ESPINHEIRA, 1984).

A reduzida autonomia e pouca flexibilidade na organização do trabalho são aspectos relatados pelas profissionais que trabalham na modalidade aberta que as fazem preferir trabalhar fora de bordéis. Diana contou sobre sua experiência em um bordel que havia trabalhado previamente, em que a rotina de trabalho iniciava diariamente às 15 horas e encerrava às 04:00-05:00 da manhã, com o período de descanso ocorrendo no período matutino. O dono do local exigia que todas trabalhassem no período da madrugada, independente do desgaste físico ou adoecimento, e todas eram obrigadas a morar no estabelecimento e repassar 20 reais por cada programa realizado. Por esse motivo, ela declara preferir trabalhar em espaços abertos, mesmo tendo a possibilidade de trabalhar em casas com maior

movimentação de clientes e melhor remuneração: “aqui é mais aberto, você não tem que cumprir horário, você vem a hora que você quiser, você vai embora... É, eu faço meu horário” (Diana).

As profissionais do Bar 2 cobram o mínimo de 50 reais pelo programa de 30 minutos, o quarto é pago pelos clientes, em torno de 25 reais, e não há repasse do dinheiro recebido pela profissional para a dona do estabelecimento. O Bar funciona no período da noite, a partir das 18 horas, sendo muito frequentado pelos turistas que visitam o Pelourinho, e, nos dias em que há chegada de cruzeiros, abre às 13 horas para receber os turistas que chegam nesse horário. A fachada do bar é discreta e não é notada pela maioria dos que circulam na região, mas é um espaço conhecido na rota do comércio sexual.

A dona do estabelecimento tem uma boa relação com as profissionais e nota-se que há uma preocupação com a redução dos riscos relacionados ao trabalho, com incentivo ao uso de preservativo e acompanhamento da saúde. Nesse espaço, não há tolerância a qualquer tipo de agressão, ameaça ou desrespeito às trabalhadoras. Rosa comunicou uma situação em que um cliente descumpriu o pacto estabelecido e teve uma abordagem agressiva com ela, e após essa situação o cliente foi proibido de voltar a frequentar o bar.

5.3. BORDEL

O Bordel é o espaço em que se encontram as mulheres com maior vulnerabilidade social. Com a faixa etária média de 30 a 50 anos, nesse espaço moram e trabalham mulheres que vieram de famílias muito pobres do interior da Bahia e de outros estados, com baixa escolaridade e que entraram muito cedo na prostituição. Algumas mulheres vieram jovens para Salvador de ambiente familiar violento e entraram na prostituição para sobreviver na cidade.

A casa é bastante degradada, com infiltração, mofo e goteiras por todo o local, com a tinta desgastada e acomodação bastante precária. Na entrada, há um espaço maior com algumas cadeiras e no fundo encontra-se o bar, que se constitui como uma das fontes de renda. Os programas são realizados em um local sem ventilação e bastante mofado, semelhante a um porão. Os quartos são pequenos e precários, sem janela e com uma cama de solteiro e custam 10 reais por programa, valor pago pelo cliente. Nessa casa, moram algumas pessoas que a utilizam somente para

moradia por um custo de 200 reais ao mês e não realizam programas, e há mulheres que moram e realizam programas no local. As que possuem residência em outros espaços e trabalham na casa utilizam o quarto apenas para período do programa, que em média custa 20-30 reais. O rendimento do dono do espaço vem do consumo de mercadorias no pequeno bar e do aluguel dos quartos, seja para os moradores, seja para realização de programa, e não há repasse de nenhum valor relativo ao programa para o estabelecimento.

Esse bordel é um resquício de um período em que os bordéis e meretrícios eram muito presentes no Centro de Salvador. Anteriormente, o bordel era gerenciado por uma senhora que organizava o espaço, cuidava das mulheres e preparava a comida para todas as garotas de programa, assemelhando-se à figura da Casteleira descrita por Gey Espinheira (1984) na descrição sobre a Comunidade do Maciel na década de 1970. Na descrição realizada pelo autor sobre os bordéis nesse período, a figura da Casteleira representava a autoridade no local, estabelecia as normas que deveriam ser cumpridas por todos e não tolerava nenhum tipo de violência às profissionais que trabalhavam com ela.

A figura da cafetina aparece aqui como uma mulher mais experiente e que assume uma postura maternal de proteção às profissionais da casa, frequentemente chamada de dona ou mãezinha, mais comum nos bordéis antigos do Centro Histórico. Atualmente, é incomum encontrar estruturas como essa, pois, com o crescimento da cidade, foram gradualmente substituídas por empresas mais impessoais e lucrativas no mercado do sexo (ESPINHEIRA, 1984). O Bordel também se aproxima de outro formato de organização da prostituição do Centro Antigo da década de 1970 descrito por Gey Espinheira (1984), denominada Casa de Cômulo: casarões antigos e deteriorados em que ocorria o aluguel de cada cômodo a pessoas diferentes que moravam provisoriamente ou de forma mais permanente no espaço. Era um local tanto de moradia como de prostituição, e a única obrigação da profissional era realizar o pagamento do aluguel. Percebe-se que, mesmo no contexto de profundas mudanças no mercado do sexo, nesse bordel ainda se encontra um formato provinciano. Com a morte da cafetina antiga, um senhor de idade assumiu o controle do local, e as trabalhadoras declaram ter uma boa relação com ele.

O que se observa com frequência na relação de trabalho entre cafetina/cafetões e prostitutas é a intensificação da exploração do trabalho e

regimes de controle e coerção das profissionais (LEITE, 2009). Na percepção da Rede Brasileira de Prostitutas, a situação é agravada pelo caráter ilegal das casas e das relações de trabalho, o que torna os bordéis locais em que a cafetina ou empresariado da prostituição podem exercer livremente o abuso de poder (MARINHO, 2007). Atualmente, apesar de ainda estarem presentes no ambiente de prostituição a figura do cafetão e da cafetina, vêm sendo substituídos pela figura do empresário e novas modalidades de organização do trabalho vem crescendo e ganhando espaço, como as ofertadas em jornais e internet (SILVA, 2006).

Nesse espaço marcado pela pobreza, o comércio sexual ocorre em paralelo ao uso de substância psicoativas, mais fortemente o uso do crack. Os clientes e profissionais que frequentam o espaço utilizam os quartos para a realização do programa e para o fumo do crack em local seguro, fora da rua e longe da polícia, sendo comum que o espaço seja utilizado apenas para uso da substância, sem prática de serviços sexuais. As trabalhadoras expuseram que frequentemente os policiais aparecem no local para localizar pessoas procuradas na região por terem cometido algum crime, mas não ocorre agressões às mulheres. As prostitutas de locais fechados do baixo meretrício, por conviverem com possíveis criminosos, são vistas pelos policiais como potenciais informantes para identificação de suspeitos (SILVA, 2006).

Há um código de normas e regras na organização do trabalho no Bordel que não tolera a ocorrência de furto a clientes, bem como calotes ou agressões às prostitutas. As mulheres que eventualmente realizam algum furto ou não cumprem as regras da casa são expulsas do espaço e não têm mais autorização de realizar o programa no local. As entrevistadas disseram que não ocorrem situações violência dentro da casa devido às regras do estabelecimento que inibem agressões ou desrespeito às prostitutas, porém relatam vivências de violência em outros espaços em que já realizaram programas.

Em relação aos preservativos, as mulheres consideram importante o uso de proteção na realização de programas, mas afirmam que eventualmente ocorrem práticas sexuais no Bordel sem proteção. Uma das mulheres que trabalha no espaço tem HIV+, mas relata que atualmente não realiza nenhum programa sem preservativo.

Na pesquisa não se identificou outras modalidades de prostituição fechada neste território, como as termas, boates, casas de massagem e privês. As termas

são espaços que oferecem saunas com bares e as mulheres são funcionárias da casa, trabalhando de quatro a seis vezes por semana no espaço, sendo multadas quando não comparecem. As profissionais que trabalham nas termas não ganham salário, recebem um valor por cada programa realizado, com uma taxa de exploração (apropriação pela casa do preço pago pelo cliente) em média de 40%. Além do valor que é repassado para a trabalhadora, as termas cobram a entrada do cliente, os insumos consumidos pelos clientes e o aluguel dos quartos. As boates são espaços semelhantes aos das termas, com a diferença de oferecerem outros serviços além do comércio sexual. As relações de trabalho também são semelhantes, com a diferença que, em algumas boates, não há quartos para os serviços sexuais, sendo necessário o cliente pagar uma “multa” para retirar a profissional do estabelecimento e a levar para um quarto se sua preferência. Nessa modalidade, os preços não são tabelados pela casa, sendo o valor negociado diretamente com a profissional (BLANCHETTE; SILVA, 2009).

Tanto as termas como as boates, apesar da necessidade de dedicação exclusiva e das altas taxas de exploração, oferecem a vantagem de ser um espaço mais seguro, com maior anonimato que a rua e onde não há o risco de calote, como ocorre em outras modalidades da prostituição. As condições de trabalho são bastante variadas nesses espaços, com diferenças significativas na higiene e qualidade do ambiente laboral (BLANCHETTE; SILVA, 2009). Silva (2006) afirma que há boates com relações de trabalho mais rígidas e outras mais flexíveis em que é facultado à profissional definir a carga horária e as atividades que irá desenvolver.

A casa de massagem ocorre em apartamentos ou escritórios e, diferente das duas modalidades citadas acima, costuma funcionar com um número pequeno de funcionárias (duas a dez funcionárias). Nesses espaços, os serviços sexuais são oferecidos em conjunto com a massagem e a taxa de exploração é em torno de 30% a 50%. Os *privés* também ocorrem em escritórios e apartamentos, porém, diferente das massagens, não há nenhum serviço adicional incluído, somente o serviço sexual é oferecido. Da mesma forma que nas massagens, o número de funcionárias é reduzido (de três a dez), com preços tabelados e turnos de trabalho concentrados no horário comercial. Também são variadas as condições das casas de massagens e *privé*, com espaços mais simples alternados com locais luxuosos. Há descrição de *privés* organizados e administrados pelas próprias prostitutas, funcionando como um trabalho cooperativado. (BLANCHETTE; SILVA, 2009).

6. RESISTÊNCIA E SABERES PRODUZIDOS NA PROSTITUIÇÃO: ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO TRABALHO.

“Tentaram nos enterrar, mas não sabiam que éramos sementes.”

(Provérbio mexicano)

Diversas estratégias são utilizadas pelas prostitutas para reduzir os riscos e vulnerabilidades vivenciadas no processo de trabalho, tanto aprendidas no fazer cotidiano e nos saberes compartilhados entre elas como nas ações desenvolvidas por associações de trabalhadoras, que possibilitam a ampliação da participação política das prostitutas nos movimentos por defesa de direitos. As mulheres elaboram e compartilham diversos saberes no exercício da prostituição e trajetórias de vida, saberes sobre seus corpos, sobre *performance* nos programas, na relação com os clientes, negociação, uso da camisinha e as regras da noite e dos locais de trabalho (OLIVAR, 2012; SOUSA, 2012).

6.1. PRESERVATIVO, CUIDADO COM O CORPO E HIV:

A maioria das entrevistadas citou que sempre utiliza preservativo e permanece atenta durante todo o programa para conferir se o cliente manteve o preservativo ou se o retirou no momento em que elas não estão observando diretamente, fato que não é incomum de ocorrer. Porém, elas relatam que é fácil perceber quando isso ocorre e elas param imediatamente o programa. Os estudos nessa área evidenciam que a maioria das prostitutas não aceitam realizar programa sem a utilização de preservativo e relacionam essa prática com a higiene pessoal e cuidados com a saúde. Há relatos de flexibilização do uso do preservativo, como em situações de maior necessidade econômica ou quando a profissional assume que o cliente tem baixo risco, como ser casado ou com melhor status social (RHODES *et al.*, 2008; MALTA *et al.*, 2008).

Algumas prostitutas relatam que passam a flexibilizar o uso do preservativo com os clientes antigos com quem desenvolvem uma relação mais íntima e afetiva. Entretanto, as profissionais frequentemente relatam o uso regular de preservativos nas relações profissionais e a recusa em aceitar programas sem preservativos,

sendo comum o não uso de proteção na relação íntima com a parceria, o que constitui uma barreira simbólica de separação do trabalho e da intimidade (MORCILLO, 2015; SOUSA; OLIVEIRA, 2010).

No estudo, observou-se uma preocupação maior com a saúde e com os cuidados com o corpo entre as mulheres que trabalham nos bares, que costumam realizar consultas e exames com maior frequência e relatam estarem sempre atentas para observar alguma mudança em seu corpo ou algo suspeito no corpo do cliente:

Minha filha, tem uns que, Jesus, você sente o cheiro antes de encostar lá... Da higiene ruim. Por isso que, quando eu vou, eu prefiro tomar banho com ele, porque quando eu chego no quarto eu apago a luz, então no banheiro de luz acesa dá pra você dar uma olhadinha como tá lavando, dar uma olhadinha se tem uma feridinha... (Liana)

A entrevistada relaciona o uso do preservativo à garantia de maior limpeza e higienização, sendo considerado um instrumento de trabalho fundamental. O uso de lubrificante foi referido para redução de desconforto e maior segurança para a realização do programa, estratégia mais frequentemente relatada pelas profissionais que trabalham nos bares. Liana declarou que é necessário ter um cuidado com o corpo, usar preservativo, fazer exames e ir regularmente ao médico, pois entende que seu corpo é seu instrumento de trabalho e que para continuar trabalhando na sua área é necessário cuidar-se.

A saúde adquire um grande valor para elas, mas a percepção de saúde está relacionada a não ter nenhuma infecção sexual, o que impediria ou atrapalharia a continuidade do trabalho. As prostitutas que são expostas a uma IST têm dificuldade para continuar na área, seja por rejeição dos clientes ou das próprias colegas. Para essas trabalhadoras, ter saúde está relacionado ao cuidado do corpo, mas especificamente com o trato genital, mas quando perguntadas sobre os familiares, elas relacionam saúde com o bem-estar, numa perspectiva mais ampliada (AMAYA; CARNAVAL; VIÁFARA, 2005). Liana relatou que deixou de trabalhar em um espaço em que ela obtinha um alto rendimento e tinha um bom relacionamento com a dona da casa e com os clientes porque avaliou que as condições de higiene do local não estavam adequadas, o que, na percepção dela, desencadeou um problema de saúde:

...era muito simples, eu ganhei muito dinheiro lá, eu deixei de frequentar depois que eu peguei uma coceira, porque o quarto era arrumadinho, era, mas não tinha aquela frequência da troca de lençol... [...] Aí eu peguei uma coceira e todas as medicações pra curar isso fedem, aí eu parei de ir, ela me ligava, mandava chamar, mas eu não voltei. (Liana)

Esse trecho evidencia a preocupação da profissional com as condições de trabalho, que determina sua escolha sobre o local em que realiza o programa, bem como sua preocupação com a saúde do seu corpo. Nos bares, não houve relatos de flexibilização do uso do preservativo com os clientes, porém na prostituição de rua e no Bordel observa-se a realização de algumas práticas sexuais sem preservativo por profissionais que vivenciam situação de maior pobreza e vulnerabilidade social.

O uso do preservativo é flexibilizado em alguns momentos porque o cliente fez uma oferta de um pagamento melhor, pela necessidade de garantir o cliente ou pela urgência em conseguir dinheiro. Liana expõe sobre esse aspecto: “Muitos não querem usar, chamam, oferecem um dinheiro maior e tudo pra ir sem... E outra, tem mulheres que, pra ganhar o dinheiro ou pra ganhar o cliente, ela vai sem...” Flora diz que alguns clientes que frequentam a prostituição de rua chegam a oferecer 100 a 150 reais para a realização de programa sem preservativo, sendo que a média no local é de 30 a 50 reais. No contexto de competição, vulnerabilidade social e econômica, a oferta de um valor maior pela realização do programa sem proteção promove o comércio sexual sem uso de preservativo e maior exposição às infecções sexuais (MENDES; CUNHA; NOGUEIRA, 2011).

É, eles botam pocando. Mulher que transa sem camisinha ganha dinheiro bastante... [...] Eu acho que a maior parte não tá usando... Porque a maldita da droga não deixa, aí elas querem ganhar dinheiro de qualquer jeito... (Flora)

Dentre as mulheres entrevistadas, duas relataram ter HIV. Uma das trabalhadoras relata nunca ter realizado programa sem preservativo, e a exposição ao vírus ocorreu no contexto de uma relação afetiva mais antiga. A outra trabalhadora está exposta a uma situação de maior vulnerabilidade social e econômica e se expôs no contexto de realização de programas, abuso de substância e uso menos rigoroso do preservativo, situação também descrita na literatura (MALTA *et al.*, 2008).

No último Boletim Epidemiológico sobre HIV/AIDS divulgado pelo Ministério da

Saúde (2017), a prevalência de HIV entre trabalhadoras do sexo foi de 5,3% e entre a população feminina geral foi de 0,5 %, aproximadamente 10 vezes menor do que a observada entre as prostitutas. Esses dados não são estratificados por cor e status social, o que dificulta a análise do perfil de prostitutas que estão adoecendo por HIV, visto a grande disparidade racial, de escolaridade e de renda dentro dessa categoria profissional (BRASIL, 2017).

O boletim aponta as diferenças observadas na população geral, considerando escolaridade e cor, indicando que esses dados precisam ser melhor avaliados na discussão sobre HIV. Entre 2006 e 2016, observa-se que houve uma redução de 21,9 % da proporção de casos entre os brancos e aumento de 35,7 % entre os pardos. Entre os indivíduos declarados pardos e pretos, a proporção de mulheres com HIV é maior do que dos homens, diferente do perfil populacional geral que a taxa de infecção dos homens é maior do que a das mulheres. Os homens com AIDS apresentam uma melhor escolaridade do que as mulheres e a maior proporção de HIV encontra-se na população com escolaridade de quinta a oitava série incompleta (BRASIL, 2017). Esses dados sinalizam que a distribuição do HIV difere não apenas quando se analisa gênero e orientação sexual, mas também na análise da escolarização e da raça dos indivíduos.

Observa-se, na análise da literatura e no relato das entrevistadas, a realização de programa sem uso do preservativo entre as profissionais mais pobres, seja por necessidade ou por coerção, o que as torna mais vulneráveis ao adoecimento por HIV (MALTA *et al.*, 2008). Dessa forma, parece ser fundamental a análise do perfil das profissionais do sexo que adoecem por HIV, a qual categoria de trabalho pertencem, qual seu status social e sua raça e se pertencem à prostituição de rua ou de boates de luxo, para a construção de uma estratégia mais efetiva para o problema da AIDS entre as prostitutas. É importante verificar a mudança que a associação prostituição e infecção por HIV sofre ao estratificarmos por raça, renda e escolaridade para observar a magnitude desses fatores no desfecho principal que é a infecção pelo HIV.

As prostitutas costumam ter um bom conhecimento sobre o HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis, bem como das estratégias de prevenção de exposição, porém isso não é suficiente para garantir o uso de preservativo em todas as práticas sexuais (MALTA *et al.*, 2008). O setor de saúde está falhando no enfrentamento do HIV e, apesar da tendência em não utilizar o conceito de grupo de

risco na discussão sobre as doenças sexuais, esse ainda permanece sendo o foco dos serviços de saúde e o entendimento sobre as vulnerabilizações relacionadas ao adoecimento é limitado. A assistência às prostitutas, considerados pelos profissionais de saúde como um grupo risco para as infecções sexuais, é centrada na saúde sexual e reprodutivas das mesmas, e a abordagem integral à saúde dessas mulheres não se realiza (AMAYA, CARNAVAL; VIÁFARA, 2005).

As mulheres que trabalham na prostituição de rua utilizam os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e todas frequentam ou já frequentaram os serviços de saúde do Pelourinho, mesmo as que não moram no território. As três profissionais que moram na região são acompanhadas pela Unidade de Saúde da Família (USF) do Terreiro de Jesus, sendo que duas também frequentam o Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) Gregório de Matos. Elas relatam que nos dois serviços os profissionais são acolhedores e se interessam por elas e não percebem nenhum tipo de preconceito com elas por serem prostitutas:

Frequento a faculdade de medicina, fiz até meu preventivo, dia 19...
Eu fui e tomei minha injeção de três meses. Lá é ótimo, tudo mundo da recepção me conhece e todo mundo me trata bem, nunca trataram mal. Quase todo mundo sabe... E do CAPS também...
(Adriana)

Milena informou que utilizava a USF do Terreiro de Jesus quando morava no Centro e tinha um bom acompanhamento no serviço. Porém, depois que precisou de mudar para o subúrbio, vem encontrando bastante dificuldade para realizar seu acompanhamento regular. As trabalhadoras do estudo que moram em outros bairros declararam realizar acompanhamento com a enfermeira do Décimo Nono Centro de Saúde e que são bem acolhidas e atendidas pela profissional, com quem elas se sentem confortáveis para conversar sobre o trabalho que desenvolvem. Na consulta médica destes serviços e nos outros locais que frequentam fora do Centro Histórico, elas não são questionadas sobre qual trabalho desenvolvem e não conversam sobre a atividade na prostituição. Entretanto, nas unidades de saúde do Pelourinho (USF, CAPS e 19° Centro), principalmente com as profissionais da enfermagem, elas conversam sobre esse aspecto da vida delas e não percebem preconceito por parte da equipe de saúde.

As prostitutas que trabalham nos bares utilizam de forma regular a rede privada de saúde, apenas Liana frequenta a rede privada e pública de saúde e diz realizar

os testes rápidos para IST na USF do Terreiro de Jesus. Ela informou que na rede privada de saúde os profissionais não perguntam sobre qual trabalho ela desenvolve e que não se sente confortável para falar sobre essa questão, o que não ocorre na USF, onde ela conversa abertamente sobre seu trabalho com a enfermeira da unidade. Sobre a USF, ela afirma “...em relação aos atendimentos que eu tive aqui pra mim foram perfeitos... são atenciosos, lembra de você e pergunta as coisas, se preocupam... Eu observo isso” (Liana). Flora também declarou que atendimento na USF é diferenciado e que percebe que é melhor atendida na USF por trabalhar como garota de programa:

Na hora que a gente chegar ela atende a gente, olha o útero todinho, bota o aparelho... Eu acho que quando a gente conta que a gente é, ela tem um cuidado diferente... cuida melhor.... Eu mesmo tive um problema de um carocinho que eu fiquei desesperada, mas eu fui lá, ela resolveu rapidinho. (Flora)

A partir dos relatos, percebe-se que os profissionais que trabalham na USF e no CAPS do Centro Histórico têm um perfil diferenciado do que observado em outros serviços, não ocorre barreira de acesso e as prostitutas sentem-se acolhidas e bem atendidas nesses serviços. Observa-se que os serviços desenvolvem uma clínica ampliada e psicossocial, com fortalecimento dos vínculos entre usuárias e serviço, aspecto que é percebido pelas profissionais do sexo: “É, ela leva uma hora de relógio examinando a gente, olha nosso corpo todinho... Olha tudo... Eu me sinto à vontade... Ela conhece minha história de vida todinha” (Flora).

Os relatos de Flora evidenciam uma ação de discriminação positiva por parte das equipes de saúde do Centro Histórico. Por meio da avaliação das situações de vulnerabilidades, os serviços priorizam os atendimentos e realizam uma discriminação positiva das prostitutas e dos usuários que necessitam de um atendimento diferenciado, com flexibilização de agenda, de adscrição de clientela e intensificação de cuidados para os que estão mais desorganizados (CARNEIRO; SILVEIRA, 2003).

As ações de discriminação positiva devem ser pensadas para os que estão em situação de maior vulnerabilidade: pobreza, exclusão, situação de rua, uso abusivo de substância, redução da capacidade de autocuidado. Esse contexto pode ser observado entre as participantes do estudo que trabalham no Bordel e entre algumas mulheres que trabalham na prostituição de rua. Nesse entendimento, não é

a definição de ser ou não prostituta que é o elemento central na definição da vulnerabilidade e na orientação de prioridades dos serviços de saúde, e sim os determinantes sociais, econômicos e capacidade de gerenciamento do próprio cuidado (CARNEIRO; SILVEIRA, 2003).

No relato das entrevistadas da pesquisa e na revisão de literatura, observa-se que uma parte das prostitutas realiza acompanhamento regular nos serviços de saúde e não flexibiliza as ações de prevenção de doenças relacionadas ao trabalho e, portanto, não é necessária uma atenção diferenciada e priorização do atendimento dessas trabalhadoras. Situação diferente das prostitutas mais pobres, que se expõem a mais riscos e com frágil capacidade de autocuidado. Apesar de desenvolverem a mesma atividade, as profissionais do sexo estão inseridas em contexto sociais e de trabalho tão díspares que não é possível pensar em estratégias de cuidado genéricas voltadas para as mulheres que desenvolvem essa ocupação. Esse é o entendimento da Rede Brasileira de Prostitutas, evidenciado no posicionamento da organização em algumas discussões sobre as ações e políticas de saúde. Um exemplo foi reação contrária do movimento de prostitutas à campanha de vacinação realizada dentro das zonas de prostituição, pois, no entendimento das militantes, as profissionais do sexo têm capacidade de buscar as vacinas nos locais onde são disponibilizadas, da mesma forma como os demais (MARINHO, 2007).

A realidade observada nos serviços de saúde do Centro Histórico é diferente da descrita na literatura, em que as prostitutas relatam dificuldade de acesso aos serviços, preconceito e maus-tratos durante os atendimentos, situação que é ainda mais grave entre as usuárias de substâncias psicoativas. As barreiras de acesso, como horários de marcação no início da manhã, período menos acessível para as mulheres que trabalham na noite, a agenda pouco flexível e a vivências de preconceito afastam as mulheres com maior vulnerabilidade social dos serviços de saúde e reduzem as possibilidades de acompanhamento e adesão (MALTA *et al.*, 2008). Os serviços de saúde estruturam suas rotinas a partir da vulnerabilidade às patologias e organizam as rotinas programáticas para os usuários tradicionais dos serviços e não a partir das diferentes demandas dos grupos que estão em seu território (CARNEIRO; SILVEIRA, 2003).

Nesse sentido, observa-se que os serviços do Centro Histórico se aproximam mais do que é preconizado pelo SUS, ou seja, orientam as ações para a redução das iniquidades no acesso às ações de saúde, em uma compreensão ampliada do

processo saúde e doença, que tem no resgate da cidadania e na promoção da saúde alicerces fundamentais. A equidade, ou seja, tratar os desiguais de forma desigual, possibilita que os serviços organizem ações adequadas às necessidades dos diferentes grupos e privilegiem os mais marginalizados, com inserções institucionais e sociais precárias. Para essa população, as rotinas precisam ser flexibilizadas, com a realização de atendimento à demanda espontânea no momento em que o usuário chega ao serviço, pois é importante aproveitar a oportunidade para realizar as ações e intervenções demandadas e necessárias, buscando ter o máximo de resolutividade neste encontro. Para isso, a equipe precisa flexibilizar agendas e rotinas comumente desenvolvidas pelos serviços e potencializar os vínculos e encontros, com o cuidado de não reproduzir estigmas, nem cristalizar preconceitos com ações tutelares que reduzem a autonomia (CARNEIRO, SILVEIRA, 2003).

6.2. SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E REDUÇÃO DE DANOS:

As prostitutas entrevistadas no estudo que trabalham nos bares e a maioria das mulheres que trabalham na prostituição de rua relatam que evitam utilizar substâncias psicoativas em excesso, bem como os clientes que fazem uso abusivo: “Eu não, só quero beber minha cerveja em paz, eu não uso droga, eu não curto droga de ninguém” (Liana). As trabalhadoras contam que, em geral, os estabelecimentos não obrigam a mulher a consumir nenhum produto e, quando isso ocorre, elas utilizam algumas estratégias para reduzir consumo de bebidas. Uma das estratégias mencionadas é a diluição da bebida alcoólica com água ou água de coco sem o cliente perceber, permanecendo bastante tempo com o mesmo drink, enquanto o cliente continua consumindo no estabelecimento. Há relatos de casas que dão uma comissão para a mulher por dose consumida, o que favorece que a profissional faça um uso mais intensivo durante a permanência no local para aumentar seu rendimento econômico. Os bordéis, por serem locais onde ocorre um uso maior de álcool e outras substâncias psicoativas, há maior exposição das prostitutas a clientes que fazem uso abusivo e há maior incentivo de uso pelas profissionais, diferente do que é observado na prostituição de rua e nos bares (SILVA, 2006).

A maioria das profissionais entrevistadas avalia que consumir bebidas em excesso pode expô-las a maiores riscos, mas também relatam que o álcool cria uma maior desinibição e descontração e facilita a realização do programa. O abuso das SPA aumenta a vulnerabilidade da trabalhadora, pois está associado à maior exposição à violência e à flexibilização do uso de proteção. No estudo atual, identificou-se que as trabalhadoras do Bordel e duas profissionais que trabalham na prostituição de rua fazem uso intensivo de álcool, crack e maconha, o que interfere nos seus cotidianos de trabalho e reduz as estratégias de proteção (MALTA *et al.*, 2008; MARINHO, 2007). O contexto observado no Bordel é bem diferente do contexto dos bares e a regra nesse espaço é o uso intensivo do crack tanto pelas profissionais quanto pelos clientes.

Algumas prostitutas identificam que, para as pessoas que já realizam ou realizaram uso intensivo de substância, o trabalho nos ambientes em que ocorre a prostituição, em especial à noite e em bordéis, pode contribuir para que retomem o uso abusivo da substância: “É como uma pessoa com fome na frente de um frango assado” (Liana). Para analisar o uso abusivo do crack ou outras substâncias no contexto da prostituição, é necessário entender o contexto social em que essas trabalhadoras estão inseridas. Dentro da perspectiva da redução de danos, o uso da substância psicoativa é compreendido de forma ampliada e analisa-se o contexto, o sujeito e a substância, que interagem e relacionam-se com a forma de uso e com a relação que o sujeito desenvolve com a substância (NIEL; SILVEIRA, 2008).

O uso abusivo de qualquer substância depende de uma interação de fatores complexos, como o contexto social, história de vida, organização familiar e o tipo de substância. No exercício da prostituição em espaços em que o álcool e outras drogas fazem parte do cotidiano de trabalho, como dentro dos bares e bordéis, a utilização da substância de forma abusiva não pode ser explicada somente pela inserção na prostituição em si. Frequentemente, o uso intensivo das substâncias psicoativas precede a entrada na prostituição, que se configura como uma possibilidade de conseguir rendimento para a compra da SPA. Entender o uso da substância como uma relação causa-efeito e apontar a prostituição como causa da relação abusiva com a droga, associação que é realizada em alguns estudos, é analisar de forma superficial o fenômeno do uso de substância psicoativa (SOUSA, 2012; MALTA *et al.*, 2008).

Na pesquisa realizada por Sousa e Oliveira (2012), prostitutas relatam prazer

com o uso do álcool, que não é visto de forma negativa e sim como uma alternativa de diversão e entretenimento, assim como relatam que o consumo de substâncias psicoativas proporciona relaxamento e maior desinibição para o exercício da atividade. Outras profissionais relatam que preferem evitar o consumo abusivo de substâncias psicoativas, pedem doses sem álcool ou não aceitam clientes usuários de substâncias, com o intuito de minimizar os riscos percebidos por elas. Outro aspecto apontado é a possibilidade de a entrada na prostituição configurar-se como fator estruturante e organizador da vida pessoal e profissional, contribuindo para a redução do uso abusivo de substâncias psicoativas. A dedicação a uma atividade, a organização da rotina de trabalho pode contribuir para a organização do sujeito e para redução do consumo da substância, na medida em que amplia o repertório do território existencial da pessoa (SOUSA; OLIVEIRA, 2010; SOUSA; OLIVEIRA, 2012; NIEL; SILVEIRA, 2008).

6.3. VIOLÊNCIA E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS:

Situações de agressões e violências estão presentes no contexto da prostituição e aparecem como riscos relacionados ao trabalho, diversas estratégias são desenvolvidas para reduzir a exposição a estes riscos. As prostitutas referem evitar utilizar quartos fora dos espaços que consideram ser protegidos e muitas evitam realizar programas na rua da Orla e Carlos Gomes, espaços considerados de maior risco. Os hotéis fazem parte da rede de segurança das profissionais, território de controle, e, portanto, as mulheres não frequentam qualquer hotel para a realização dos programas (OLIVAR, 2011). Todas as entrevistadas que trabalham na prostituição de rua informaram utilizar os mesmos hotéis para realizar programas e os consideram espaços protegidos, pois não se permite que ocorram agressões nesses locais. As prostitutas que trabalham em bares consideram que estar num local fechado e frequentado por clientes já conhecidos do dono do estabelecimento é um fator de proteção:

Essas meninas aqui da “rua”, você se expõe demais, pega todo tipo de homem... Se bem que outros lugares também pegam todo tipo de homem, mas eles já vai com um receio, ele tá num bar, tem muita gente vendo ele. Aqui, não, você tá perto ele faz um sinal pra você...

Ele simplesmente passou, ninguém gravou cara, ninguém viu...
(Liana)

Entre as mulheres que trabalham nos bares, só houve um relato de calote ocorrido há 15 anos, período em que a profissional trabalhava numa boate. Não houve nenhum outro relato de agressão ou calote vivido por essas profissionais no período que trabalharam nos bares. Já na prostituição de rua, todas as mulheres relataram pelo menos uma história de calote ou agressão realizada pelos clientes, sendo mais frequente entre as mulheres mais pobres e com maior vulnerabilidade social e também entre as que trabalham no período noturno e na Orla.

Dentro do baixo meretrício, são frequentes os relatos de violência por parte dos clientes, que costumam ocorrer quando as trabalhadoras não aceitam práticas sexuais ou valores não combinados previamente. Nos espaços de rua, a violência é maior e a vulnerabilidade aumenta pela possibilidade de os clientes levarem as profissionais para lugares distantes e realizar diversos abusos (MALTA *et al.*, 2008; MARINHO, 2007). Na rua, é maior o risco de não ser paga, de sofrer violência e observa-se uma maior repressão social às prostitutas, com intolerância da população pela ameaça que elas representam aos costumes e valores (ESPINHEIRA, 1984).

As prostitutas que trabalham no Bordel informaram terem vivido situações de violência em outros espaços em que já realizaram programa, mas dentro desse Bordel não ocorre calote ou agressão de nenhum cliente. O dono do espaço e as regras estabelecidas no local se configuram como um fator de proteção às profissionais, pois não se permite nenhum tipo de violência às mulheres que moram e trabalham lá, e os que não seguem as regras são ameaçados e expulsos da casa. Nos bordéis, é comum haver esquemas de segurança, formais ou informais, aos quais as mulheres podem recorrer quando são expostas a algum risco, e há uma espécie de solidariedade quando há uma ameaça de fora (SOUSA, 2012; ESPINHEIRA, 1984).

As prostitutas entrevistadas preferem trabalhar durante o dia, período considerado de maior segurança por elas, em que ficam menos expostas à violência. Flora conta que não trabalha à noite, pois esse período tem um perfil de clientes que ela não gosta, mais jovens e com maior consumo de drogas: “Eu acho muito cansativo e aparece uns tipos de gente, e eu não aceito [...] à noite dá todo

tipo de gente” (Flora). As profissionais declararam preferir os clientes antigos e mais idosos, que costumam ser melhores clientes, seja porque realizam o programa com mais rapidez (ou às vezes nem realizam a prática sexual), seja porque tratam melhor as profissionais do que os jovens. Os clientes jovens são reconhecidos como os mais violentos, os que fazem uso mais intensivo de substâncias psicoativas e os que oferecem um maior risco à profissional sofrer violência ou abuso pelo rompimento dos acordos previamente estabelecidos (SOUSA; OLIVEIRA, 2010). Liana relata:

Quando rola lá embaixo, eu penso duas vezes porque eu não gosto de sair com menino novo, nunca gostei. Se ele tiver tomando uma e eu ver que tá me olhando, eu já observo ele. Se eu perceber que tá cheirando, eu não vou... Eu tenho minhas restrições... pra que eu vou ficar nessa ganância de ganhar esse dinheiro? Precisar eu preciso, mas nessa você pega o dinheiro e depois pode dar até um problema maior, aí eu prefiro ficar na minha, já tenho o dinheiro de minha cerveja. (Liana)

A maioria das profissionais afirmou que não aceita fazer programas com pessoas com quem não sinta segurança. “Nem todo mundo eu aceito... porque eu não vou com qualquer um, eu escolho e eu sou chata...” (Flora). No cotidiano de trabalho, as mulheres socializam as experiências e aprendizados, reconhecem e recusam as casas e clientes mais violentos ou que costumam não realizar o pagamento, reduzindo a vulnerabilidade no trabalho. As trabalhadoras compartilham informações e os clientes são classificados a partir dos critérios de relevância no universo da prostituição. As profissionais realizam a leitura e análise dos contextos e aprendem a identificar o perfil dos clientes, seja para evitar os ruins, seja para se dedicar mais àqueles vistos como bons pagadores ou bons clientes, que podem dar melhor retorno financeiro ou prazer sexual (SOUSA; OLIVEIRA, 2010; PASINI, 2005).

Também é frequente o relato de prostitutas do baixo meretrício que sofreram violência policial e são tratadas como criminosas pela polícia. Situações de abuso policial, como violência verbal, prisão arbitrária, violência física, cobrança de taxas para permitir o exercício da profissão, estupro, humilhação e punição moral são descritas pelas profissionais, que identificam a violência policial como principal problema da prostituição (MARINHO, 2007; RHODES *et al.*, 2008; OLIVAR 2013). A agressão física, a agressão psicológica e os estupros são observados em diversos países e as leis contra a prostituição ou que criminalizam os clientes possibilitam

que a ameaça de prisão seja utilizada como intimidação e extorsão pelos policiais. Observa-se, em alguns locais, a ocorrência de cobrança ilegal pela polícia para permitir o funcionamento das casas de prostituição, visto que, pelo artigo penal 228 e 229, é ilegal o funcionamento de casas para comércio sexual, bem como o favorecimento e rendimento com o trabalho de terceiros. Dessa forma, em alguns estabelecimentos, uma parte dos rendimentos é repassada à polícia para permitir o funcionamento da casa (OSBORNE, 2004; LACERDA, 2015).

No estudo realizado por Rhodes e colaboradores (2008), as profissionais informaram acreditar que os policiais têm o direito de exercer atos violentos, visto que elas são prostitutas e pessoas de menor valor, não acreditam na possibilidade de terem seus direitos protegidos pelos policiais. Uma das entrevistadas neste estudo declara: “I can’t complain to anybody, I’m a prostitute” (RHODES *et al.*, 2008, p. 3). A polícia frequentemente considera que as prostitutas não são dignas de proteção, seus relatos são identificados como inverídicos ou falaciosos, o que faz com que as prostitutas não busquem proteção nas situações de extorsões, roubo e nem em agressões sexuais (OSBORNE, 2004).

Os relatos de abuso policial são mais frequentes entre aquelas que trabalham na rua ou à noite, sendo incomum nos locais fechados, em especial nos que circulam profissionais e clientes com melhor status social, evidenciando que a violência cresce enquanto as condições socioeconômicas diminuem. Relatos de violação de direitos de populações mais marginalizadas pela polícia militar fazem parte do cotidiano do Centro Histórico, o que evidencia que essa problemática não se limita à prostituição. A população em situação de rua, usuária de psicoativos, estigmatizada pela identidade ou orientação sexual e os moradores da periferia são expostos aos abusos da polícia cotidianamente e a intersecção de estigmas e identidades deterioradas tornam as relações ainda mais violentas. As opressões articulam desigualdades de gênero com outras categorias de discriminação, tornando as prostitutas negras, pobres, as travestis e os homossexuais mais vulneráveis à vivência de situações de violência pelos clientes e pelo Estado (PISCITELLI, 2014; RHODES *et al.*, 2008).

A oferta de trabalho sexual masculino vem crescendo, mas são desenvolvidos em espaços específicos, separado dos locais onde são ofertados os serviços sexuais femininos, com um público hegemonicamente homossexual. Estudos recentes apontam para o crescimento do comércio sexual heterossexual ofertado

por homens em regiões mais pobres, geralmente negros, contratados por clientes mulheres turistas de países ricos, num movimento de sexualização e erotização das desigualdades de classe, raça e nacionalidade (PISCITELLI, 2014). O comércio sexual ofertado pelas travestis também não é ofertado nos locais onde essa pesquisa foi realizada, sendo mais frequente encontrá-las nas ruas da Orla e na Carlos Gomes, em territórios específicos e divididos. As populações que destoam das normas de gênero, como os homossexuais feminilizados e travestis, sofrem um estigma maior que as profissionais do sexo feminino e vivem situações de maior violência e risco no cotidiano de trabalho, seja pela violência institucional, mediada pela polícia, seja pelos clientes ou a sociedade, que discriminam e agridem esse/as profissionais (PISCITELLI, 2014; RHODES *et al.*, 2008).

A maioria das profissionais entrevistadas da prostituição de rua viveram alguma situação de violência e ainda que exista uma certa naturalização dessas situações como parte inerente do trabalho, há também resistência e reações através de denúncia às autoridades ou de reação física ou verbal diretamente (RUSSO, 2007). A naturalização da violência também é observada em outros contextos de violência contra mulher, como no intradomiciliar, em que o sistema de representações sociais e o poder simbólico naturalizam as vivências de violência (MARINHO, 2007).

Marilena, prostituta, militante da Associação Baiana de Prostitutas da Bahia (APROSBA), referiu que as agressões realizadas em Salvador pela polícia militar diminuíram, porém ainda continuam ocorrendo, o que demanda uma atenção e ações constante da organização. A APROSBA foi criada há 20 anos, fruto das movimentações de prostitutas da década de oitenta, pela necessidade de enfrentamento das diversas violências vividas pelas prostitutas no cotidiano de trabalho, em especial da violência que o Estado realiza. Na percepção da Aprosba, a luta e ação da organização foi um dos fatores que possibilitou a redução violência policial, principalmente em relação ao baixo meretrício. A associação considera o enfrentamento às violências vivenciadas pelas prostitutas uma questão central na luta pela melhoria das condições de vida dessas trabalhadoras e avalia que a redução dessas ações arbitrárias do Estado foi um dos principais ganhos da organização. Avalia-se que a possibilidade de fala e participação social das prostitutas foram fundamentais para a mudança na forma que o Estado tem se relacionado com as profissionais (MARINHO, 2007).

A organização das prostitutas deu maior visibilidade para os problemas que as

prostitutas enfrentam e ampliou a possibilidade de diálogo com as instituições. As duas maiores associações, a Rede Brasileira de Prostitutas e a Federação Nacional de Profissional do Sexo, que surge de uma dissidência da Rede, não têm concordância sobre a melhor estratégia para a garantia de direitos das profissionais, mas ambas entendem a necessidade de dar mais visibilidade para os problemas vividos pelas prostitutas. A APROSBA está alinhada com a Rede Brasileira de Prostitutas e entende que o estigma é um problema central para as profissionais e que é necessário enfrentar e desconstruir a moral sexual, que é a base das diversas violências presentes no cotidiano da atividade. Para essa organização, o entendimento da prostituição como um trabalho tem um efeito protetivo, pois retira da clandestinidade todo o mercado relacionado ao sexo que está em torno da profissional. Essas organizações entendem que as mulheres que exercem a prostituição são dotadas de capacidade de escolha e agência como as que estão atuando em outras ocupações e defendem o direito de ser puta (MARINHO, 2007; OLIVAR, 2011). A APROSBA possibilitou o fortalecimento das prostitutas como sujeitas ativas e protagonistas de uma organização social e a ressignificação do ser prostituta com uma concepção mais positiva, sem negar as dificuldades e problemas vivenciados no cotidiano.

Outro ator importante no Centro Histórico na defesa das mulheres prostitutas é o Projeto Força Feminina, que tem a sede localizada no Pelourinho e realiza diariamente atividades com as profissionais. O projeto Força Feminina é uma instituição social de caráter pastoral, que iniciou suas atividades em 1998 e desenvolve ações de atenção integral às mulheres que trabalham com prostituição no Centro Histórico de Salvador. O projeto está vinculado ao Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor e tem como objetivo colaborar com a inserção cidadã e processo de conscientização das prostitutas. O instituto das Irmãs Oblatas foi fundado em 1870 em Madri com o compromisso de solidariedade com as mulheres que trabalham na prostituição, chegou na América Latina em 1932 e no Brasil em 1935, na cidade do Rio de Janeiro. Em Salvador, o projeto chega em 1997, e, em 1998, um grupo de religiosas vinculadas ao Instituto cria o Projeto Força Feminina, que trabalha na perspectiva da educação popular, desenvolve atividades artesanais e socioeducativas, oficinas, cursos profissionalizantes e oferece suporte terapêutico (FORÇA FEMININA, *online*).

Somente entrevistadas da prostituição de rua relataram frequentar o Projeto e

Flora avaliou que o trabalho do Força Feminina é importante para as mulheres que trabalham nesse local, pois o lanche fornecido pela instituição ajuda algumas profissionais que estão com maior dificuldade financeira. Também declarou que as atividades de beleza são importantes porque a maioria das mulheres não teriam condições de pagar uma manicure ou cabeleireira e isso contribui para a rotina de trabalho das profissionais. Todas as profissionais entrevistadas, que participam das atividades do Projeto Força Feminina, declararam como um aspecto positivo os serviços de beleza que são oferecidos e não fizeram referência às atividades de cunho religioso ofertadas. Algumas profissionais disseram que participam das rodas de conversa que o Projeto organiza: “É corrido, tem brincadeira, tem roda de conversa, é legal... Tem passeios também, é bacana” (Milena). Também foi relatada por essa trabalhadora a realização de oficinas de geração de renda, como artesanato: “Eu já fiz vários, já fiz blusa, já compraram tudo e era 10 meu, 10 do pessoal para comprar material... Já fiz brinco, já fiz aquelas blusas com miçangas...”

A maioria das entrevistadas avalia positivamente as ações do Projeto, mas algumas declararam que as atividades realizadas atualmente não têm utilidade e que o Projeto já teve uma atuação mais importante no passado do que nos dias atuais. Uma das prostitutas ressaltou que não tem mais interesse em frequentar o Projeto: “É que às vezes trata a pessoa bem, às vezes trata mal.... Ali, antigamente era bom, agora não é mais não” (Adriana).

O Projeto Força Feminina traz contribuições por apoiar e dar visibilidade às mulheres que trabalham com a prostituição, o que pode ser observado no discurso das prostitutas entrevistadas e nos relatos dos profissionais de saúde do território. Por outro lado, no entendimento de Gabriela Leite (2009), a atuação da igreja católica reforça um discurso de vitimização que pode estabelecer uma relação de dominação e hierarquia com as prostitutas. Sobre algumas atividades realizadas pela igreja no Rio de Janeiro, ela relata:

A grande ideia delas era ensinar as meninas a pintar florzinha em pote de maionese Hellmann's e colocar babado naquela tampa laranja. E diziam que aquilo era uma alternativa de renda para a puta! Elas partiam do princípio que a prostituta é uma vítima que não teve chance nenhuma, nem de pintar vidro de maionese. (Leite, 2009, p. 139)

A Pastoral da Mulher Marginalizada, organização da igreja católica criada para trabalhar com as prostitutas, defende que a libertação das prostitutas será conseguida através de ações de conscientização das profissionais sobre as condições de exploração que são submetidas e pretendem o fim da prostituição. A defesa é construída a partir do entendimento de que todas as mulheres estão na prostituição por não ter outra opção, forçadas pelas necessidades sociais e econômicas e não se admite a possibilidade de escolha dentro dessa atividade (LEITE, 2009; MELLO, 2014).

Na década de 1970 e 1980, a Pastoral, sob influência do setor mais progressista da igreja católica, passa a incentivar a participação das prostitutas nas Comunidades Eclesiais de Base, com o objetivo de fortalecer a organização dessas trabalhadoras na luta por seus direitos e avançar na conscientização das injustiças. Na década de 1980, o entendimento da Pastoral era que a luta das prostitutas deveria ser articulada com a de outros setores marginalizados e oprimidos. Defendia que a organização das mulheres excluídas deveria ser protagonizada por elas e que as organizações de assessoria teriam a função de apoiar e ser a retaguarda, fortalecendo a participação e ação política das mulheres que viviam as situações de opressão (MELLO, 2014).

No entendimento de Gabriela Leite (2009), a atuação da Pastoral era tutelar e não havia um espaço real de participação das mulheres prostitutas. Nos encontros que ela participou, havia uma forte pressão para que ela assumisse o discurso de vitimização. Ela relata um tensionamento gerado num encontro promovido pela igreja católica por referir-se a si própria como prostituta nas apresentações, enquanto a orientação da Pastoral era que as prostitutas se apresentassem como “a menina”, considerado um nome mais carinhoso e menos duro (LEITE, 2009).

Há um reconhecimento da importância da Igreja Católica na agitação e mobilização das prostitutas e durante muito tempo a Pastoral da Mulher Marginalizada foi a única organização que desenvolveu trabalho com essas trabalhadoras. No momento em que elas eram ainda mais invisibilizadas e marginalizadas, a igreja teve um papel fundamental para a mobilização e fortalecimento delas. Porém, as prostitutas concluíram que era necessário pensar e articular os espaços auto organizativos, sem a interferência das instituições católicas e iniciaram as movimentações para organizar as associações de prostitutas por todo o Brasil (LEITE, 2009; MELLO, 2014).

6.4. SEPARAÇÃO DO AFETO DO COMÉRCIO SEXUAL:

Outra estratégia de proteção identificada pelas prostitutas é o estabelecimento das normas do que vai ser realizado no programa, o acordado no contrato sexual que diferencia o sexo que é realizado na vida íntima do que é desenvolvido na troca comercial. Pasini (2005) relata que as profissionais usavam a palavra sexo quando se referiam ao programa e fazer amor quando falavam de suas relações afetivas, marcando a separação entre essas duas vivências.

Regras que diferenciam o trabalho sexual das relações afetivas são elaboradas e utilizadas no cotidiano da prostituta e definem o que pode ou não ser feito durante o programa, permitindo uma separação entre a identidade puta e a identidade esposa. É comum as profissionais relatarem não permitir determinadas práticas sexuais com os clientes, como o sexo anal, beijos e orgasmos, os quais são reservados para suas relações íntimas. As profissionais elaboram barreiras simbólicas, que marcam a separação entre a vida dentro e fora da prostituição com formas diferentes de se relacionar com o corpo e sua sexualidade nos diferentes espaços (GASPAR, 1984; PASINI, 2000; BANUTH; BARBOSA-FERREIRA, 2015).

Uma prostituta da Vila Mimosa, RJ, declarou que em casa se goza e na zona se finge que se goza, evidenciando as diferenças e a performance realizada durante o programa (MORAES, 1995). Uma das habilidades desenvolvidas no exercício da prostituição é a de representar papéis, que parte do reconhecimento do perfil dos clientes pelo conhecimento compartilhado com as colegas ou pela escuta inicial e desenvolver a *performance* do programa, uma encenação, a partir das fantasias e expectativas do mesmo (SOUSA; OLIVEIRA, 2010). A sexualidade e subjetividade femininas são marcadas pelo amor romântico, e a prática sexual comercial realizada pela prostituta difere-se do que se espera de comportamento sexual feminino, inclusive pelas próprias mulheres que desenvolvem a prática. A atividade exige uma ressignificação do sentido das práticas corporais e sexuais relacionado ao feminino e ao mundo afetivo e pessoal, que tradicionalmente relacionam a prostituição às práticas de perversão e luxúria condenadas moralmente (MORCILLO, 2014).

O uso do preservativo também é um marco na separação entre os dois espaços, pois além de representar a higiene e saúde, marca uma distinção que é frequentemente relatada pelas profissionais: nas relações afetivas, o não uso do preservativo indica confiança, intimidade, carinho e, nas relações com os clientes, o

uso indica profissionalismo, desconfiança, nojo. As profissionais percebem o risco de se contaminar com algumas IST devido ao não uso do preservativo, ou seja, a escolha em não usar não está relacionada à ignorância, mas sim à uma demonstração de confiança e fidelidade que também é observada nas demais relações. Pasini (2000) observa que essas regras são heterogêneas dentro do campo da prostituição e são flexibilizadas com maior frequência entre as prostitutas que não têm parceria afetiva fixa. Todas as profissionais que foram entrevistadas no estudo relataram que não utilizam preservativo com suas parcerias afetivas.

7. PAPEL SOCIAL E DISCURSOS SOBRE A PROSTITUIÇÃO

“Mulheres devem ser livres – pra ser puta, ser santa, das que atraem, das que traem, mas também das que cantam.

Mulheres devem ser livres, pra dizer quanto custa, mandar, seja na presidência ou na Rua Augusta.

Mulheres devem ser livres, das que inspiram o cântico, tipo as mulher preta, que eu lembrei em “Crisântemo” ...

Mulheres devem ser livres, pra ser fraca ou guerreira, pra ser o que quiser, INCLUSIVE trepadeira”
(Emicida)

7.1. IDENTIDADES POSSÍVEIS: TRÊS MULHERES, TRÊS HISTÓRIAS

Dentro do universo da prostituição, observam-se discursos distintos entre as profissionais sobre o trabalho que exercem, sendo possível categorizar três diferentes percepções sobre a ocupação: um primeiro perfil declara nojo e rejeição pela atividade que desenvolve e afirma ter entrado na atividade obrigada por uma grande necessidade. Um segundo perfil tem um entendimento de que trabalhar na prostituição não é uma realização pessoal, mas é melhor do que estar inserida em outras atividades, como as relacionadas ao trabalho doméstico. E o terceiro perfil relata ter prazer e gostar de trabalhar realizando programas (MARINHO, 2007; GASPAR, 1984).

Na pesquisa, foi possível ter acesso aos três discursos coexistindo no mesmo ambiente na prostituição de rua e estes serão descritos por meio das histórias de Lara, Flora e Aline:

7.1.1. Sobrevivendo no Inferno¹

Lara tem 44 anos, faz programa há mais de 20 anos, tem dois filhos que não moram com ela e não sabem que a mãe trabalha com programas. Ela sai de casa às 08:00 horas e retorna às 16:00 horas, relata para a família que trabalha com vendas e já trabalhou em outras ocupações, como auxiliar de serviços gerais. Atualmente, frequenta apenas o Centro Histórico, a Barroquinha e eventualmente o cinema e

¹ Referência ao álbum dos Racionais MC's de mesmo nome lançado em 1997.

costuma utilizar os hotéis da região. Declara que começou a fazer programa por uma necessidade de sobrevivência, para poder sustentar sua família num cenário de escassez de oportunidades laborais. Durante toda a entrevista, ela relata nojo e desprezo pela prostituição, atividade que provoca desconforto e rejeição:

Mas quem entra nessa, minha filha, não tá querendo isso não... Porque entrou nessa, tem que ficar e encara assim, é uma coisa que a gente encara... O trabalho da gente é meio terrível, né? [...] agora só a morte, porque sair dessa só depois que Deus levar... você lidar com homens estranhos mexendo em seu corpo... É horrível, parecendo que tá no formigueiro assim, é horripilante, na minha visão, você tá no formigueiro, alguém te tocando e você não gostar daquele homem... Deus me livre. Porque, entrar nessa barca, parece que é uma entidade, uma coisa... Já pensou? Você sendo uma pessoa normal, aí vem um, vem outro e vai fazer o programa... Fica ali só pelo dinheiro, não goza nem nada. A gente se torna uma pessoa fria, eu sei lá, acho que é coisa do demônio, mas a gente se apegando a Deus e vai marchando... É um trabalho perigoso... E porco. (Lara)

Durante toda a entrevista, Lara fez referência ao risco de adquirir uma doença por causa do trabalho como prostituta, apesar de relatar o uso regular do preservativo e de realizar acompanhamento e exames rotineiramente, sem nenhum problema até o momento: “É tanta gente estranha que aparece aqui... e é um risco diário da gente acabar doente, pegar uma doença terrível, né?” (Lara). Apesar de relatar muito desconforto em trabalhar como prostituta, durante a entrevista ela enfatizou que não teria possibilidade de sair dessa atividade, que só com a morte poderia deixar de fazer programa, mas não ficou claro quais as razões que a faziam ter esse entendimento. Somente em um momento da entrevista ela sinalizou a possibilidade de se organizar para ter um negócio próprio e afirmou o desejo de exercer uma atividade como autônoma:

Não, eu vou sair dessa guardando dinheiro pra poder ver se saio... Já tô com idade, aí queria sair com minhas próprias pernas, não trabalhando pra ninguém... Aí tô sempre rezando, adorando, guardando dinheiro pra abrir uma guia, alguma coisa pra sair disso. (Lara)

Nesse trecho, ela aborda uma das questões recorrentes nos discursos das prostitutas, o medo de envelhecer. Exercer a prostituição é um problema para as mulheres mais velhas, seja porque o corpo já está mais cansado, seja porque o

mercado valoriza a beleza das mais jovens e o programa passa a ser cada vez menos rentável. A questão da idade também determina os locais em que a profissional irá trabalhar, e as mulheres mais velhas realizam programas em lugares mais desvalorizados, como a prostituição de rua do Centro Histórico. Nos locais mais estruturados, onde circulam mais dinheiro e clientes com maior status social, como nos bares da Orla e Patamares, a média de idade das profissionais do sexo é de 18 a 25 anos (MARINHO, 2007). Marilene, militante da APROSBA, faz uma comparação entre a prostituta e o jogador de futebol:

Tem o tempo né... Quando você vai ficando mais velha fica mais cansada, aparece meninas novas e aí... carne nova no pedaço, né? [risos]. Eu ainda faço também, mas não é como antes, nem meu corpo aguenta também. Eu ficava, amanhecia o dia, trabalhava a noite toda, aquele pique, não é mais... É igual a jogador de futebol. Jogador de futebol tá no campo com sessenta anos ele não vai ter perna pra pegar bola. (MARINHO, 2007, p. 126)

O discurso de Lara é permeado por uma grande rejeição à prostituição, que ela compreende como algo relacionado ao “demônio”, drogas, doenças e criminalidade, mas em alguns momentos ela refere-se ao trabalho como algo decente, pois entende que não está realizando nenhuma atividade ilícita e valoriza o esforço cotidiano, “as correrias”:

É que a gente faz as correrias, não roubando, que eu não tenho nenhuma queixa de polícia, eu trabalho na decência. Tem gente que dá 80, 120... Que dá mais dinheiro, o cliente vem aqui com o bolo assim, recheado, chama pra sair e dá um dinheiro bom, você ganhar o dia. (Lara)

Nesse trecho, percebe-se um reforço a uma outra moral que a torna sujeito de valor social, uma moral pelo trabalho e pelo esforço, que retira a centralidade da moral sexual que permeia o discurso dela em toda entrevista e que reforça um lugar do desvalor. Em alguns momentos, ela traz uma compreensão da prostituição como um trabalho e, inclusive, levanta a necessidade de organização de um sindicato com todas as e os profissionais envolvidos com o comércio sexual para que sejam garantidos os direitos trabalhistas, como carteira assinada e garantia de aposentadoria.

O perfil de Lara é descrito no trabalho realizado por Adalgiza Amaya, Gladys

Carnaval e Elizabeth Viáfara em 2005, em que as profissionais entrevistadas declaram considerar o trabalho na prostituição como não digno, malvisto por Deus e pela sociedade e afirmam sentir vergonha por trabalhar como prostitutas. Elas descrevem essa ocupação como um trabalho perigoso, com muitos riscos, percebido por elas como uma condenação, mas que precisam desenvolver devido a alguma necessidade econômica, para a sobrevivência delas e das famílias. Esse é o perfil frequentemente descrito nos textos das feministas radicais, que defendem a linha abolicionista e compreendem que a prostituição sempre é uma exploração e submissão do corpo da mulher, uma forma de dominação masculina. O entendimento dessa corrente é que as prostitutas pobres são mulheres violentadas e sem possibilidades de escolha e que a prostituição é sempre ligada à questão da sobrevivência (OSBORNE, 2004).

Essa análise sobre a prostituição também é abordada na descrição realizada no livro *A Ralé Brasileira*, de Jessé Sousa e colaboradores publicado em 2009. Nesse livro, Patrícia Mattos (2009) descreve as prostitutas pobres como mulheres com baixa autoestima, que sofreram violência na infância e que tiveram que entrar na prostituição por necessidade de sobrevivência, não podendo ser considerada como uma escolha. Esta também é a leitura realizada pela Pastoral da Mulher Marginalizada (MELLO, 2014).

Essa vertente considera que a entrada da mulher na prostituição ocorre devido à miséria, ao abuso sexual sofrido na infância e à violência intrafamiliar, que contribuem para a redução da autoestima das mulheres e reforçam o sentimento de que a vida delas vale pouco (AMAYA; CARNAVAL; VIÁFARA, 2005; KULICK, 2004). A história de vida das prostitutas retratada por essa vertente é de maus tratos na infância, que se perpetua com os maridos na vida adulta e, posteriormente, pelos patrões e clientes. São descritas como mulheres em que se observa a desesperança, um grande sofrimento psíquico, depressão e vazio espiritual, que abandonam a realização de seus sonhos e reduzem-se a condição de mercadoria. São infelizes e vivem para proporcionar prazer a terceiros, ao passo que negam a sua própria felicidade (AMAYA; CARNAVAL; VIÁFARA, 2005; MALTA *et al.*, 2008; MURILLO, 1996; VIEIRA, 2014).

Nessa perspectiva, há um entendimento de que as mulheres que afirmam a prostituição como um trabalho ou como uma escolha o fazem por não terem condições de refletir com mais profundidade sobre suas questões, fruto da situação

de exclusão e violência que vivem. Argumentam que essas mulheres precisam compreender a situação de opressão em que vivem, para superar a falsa consciência que produz esse discurso de autodeterminação. Algumas prostitutas militantes, como Jo Doezema, foram acusadas de estarem associadas ao tráfico internacional de pessoas, por seu discurso questionar o entendimento que todas as prostitutas são vítimas e afirmar a possibilidade da atividade como uma escolha (KULICK, 2004; WIJERS, 2004).

A crítica a essa vertente discute que, em outras profissões, assim como na prostituição, as mulheres de menor renda desenvolvem a atividade laboral pela necessidade de sobrevivência e sustentação da família e não pelo projeto de vida. Portanto, a entrada e permanência na ocupação mediada pela exigência de sobrevivência e escassez de oportunidade não pode ser caracterizada como algo exclusivo da prostituição (FONSECA, 1996). A determinação econômica do trabalho na prostituição não o torna pior ou mais alienado do que outros realizados pelos setores populares, em que a regra é desenvolver trabalhos pouco estimulantes com o objetivo de garantir a sobrevivência (JULIANO, 2004).

Em relação à escolaridade das mulheres prostitutas, estudos realizados na década de 1990 evidenciaram que, ao comparar a escolaridade das prostitutas com a das mulheres em geral, as proporções foram praticamente as mesmas (ANTÓN, 2004). Da mesma forma, mulheres que sofreram abuso sexual e violência na infância pelos familiares e pelos maridos na vida adulta estão presentes em outras categorias profissionais e não foi encontrado nenhum estudo quantitativo bem desenhado que permita indicar que há diferenças entre o perfil das prostitutas e das demais mulheres pobres em relação a esses aspectos.

Os estudos que relacionam a prostituição a alguma psicopatologia foram realizados com as profissionais que procuraram serviços sociais, ou seja, com as mais pobres e vulneráveis e não foi evidenciado se os problemas psíquicos determinaram a entrada da mulher na prostituição, como afirmam alguns textos abolicionistas, ou se foram consequência da entrada nessa atividade, das condições precárias de trabalho, da pobreza ou estigma em que vivem por serem prostitutas e por serem de parcelas da população marginalizadas (ANTÓN, 2004).

Diferentemente do que é retratado no livro de Jessé Sousa (2012), que caracteriza as putas pobres como sem projeto de vida, disciplina, autorregulação, muitas putas pobres trabalharam ou trabalham em outras profissões, são

organizadas têm família, projetos de vida, juntam dinheiro, cuidam da sua saúde e dos seus filhos (PASINI, 2005; MARINHO, 2007). Nesse entendimento, não é negado que há prostitutas pobres que vivem um contexto de entrada forçada na atividade, por coerção ou pobreza extrema, e grande rejeição pelo trabalho que desenvolve, mas se busca ampliar e incluir outras mulheres e possibilidades de relação com a prostituição. Entender que há vítimas, mulheres que não puderam optar por outra forma de sobrevivência, requer considerar também que há mulheres que escolheram entrar na prostituição por estarem insatisfeitas com o padrão de vida que os trabalhos que podem acessar lhes oferecem (ANTÓN, 2004).

A visão sobre a prostituta única e totalizante, desconsiderando outras formas de inserção e relações com a prostituição desenvolvidas pelas mulheres, termina por reforçar estigmas e manter essas profissionais marginalizadas. Elas não constituem um bloco homogêneo, são mulheres com trajetórias de vida heterogêneas, que têm em comum a realização de sexo comercial (RUSSO, 2007). Alguns estudos evidenciam que as profissionais mais pobres, as que estão mais expostas nas ruas, além de não representarem a totalidade das mulheres que exercem a atividade, não constituem a maioria das prostitutas. Em um estudo realizado na Espanha, elas corresponderam a 7% das trabalhadoras do sexo na região e nos EUA, a 20% (ANTÓN, 2004).

Negar a condição de trabalhadora numa sociedade em que o valor da pessoa é vinculado ao status de trabalhador é negar uma possibilidade de valor nas relações sociais e fragilizar um importante aspecto de sua autoestima. Não ser reconhecida como trabalhadora na sociedade moderna implica em fazer parte da categoria dos “vagabundos” e “delinquentes”. A fala de uma prostituta nigeriana imigrante na Espanha, ao referir-se a uma mulher que está pedindo dinheiro na rua, expressa bem esse sentimento das prostitutas: “Esto es una vergüenza, por qué pide limosna pudiendo trabajar de prostituta!” (JULIANO, 2004, p. 47). Esse aspecto também pode ser observado no estudo, durante a entrevista de Lara. Mesmo expressando rejeição ao trabalho que desenvolve, ela busca no discurso diferenciar-se daqueles que não se esforçam para a sobrevivência, que não trabalham duro, mostrando assim o seu valor dentro dessa sociedade. A negação da dignidade vinculada ao status de trabalhador na sociedade atual, à condição de desenvolver um trabalho, representa mais uma violência simbólica às profissionais que realizam a atividade.

7.1.2. A Puta de Família

Flora tem 32 anos, trabalha fazendo programa há cinco anos, já fez programa em um bordel em Camaçari, mas atualmente está somente na prostituição de rua do Centro, pois prefere trabalhar nos locais com maior flexibilidade de horário e regras. Ela mora em Paripe, tem namorado e dois filhos que moram com ela e não sabem que ela é prostituta, a quem ela declara que trabalha com vendas no Centro, atividade que desenvolve em paralelo aos programas. Flora já teve uma lanchonete em Paripe, mas teve um problema com roubo e o comércio faliu. Atualmente, além de trabalhar com vendas e fazer programa no Centro Histórico, trabalha como cuidadora. Ela relatou que já trabalhou num restaurante e que prefere trabalhar com programa a retornar a esse emprego, pois era um trabalho exaustivo, com uma carga horária intensa e com baixa remuneração.

...se eu fosse trabalhar como eu já trabalhei uma vez em um “restaurante”, ganha 900 e poucos reais e trabalha todos os dias, 8h de relógio, muito cansativo... Eu ia morrer de fome, pagar aluguel, ganhar 900 reais, tem que ir de segunda a segunda... arranca o couro da pessoa... Morre de fome. (Flora).

Ela declarou que entrou na prostituição em um período que estava desempregada, trabalhava apenas com vendas no Centro Histórico e estava com o aluguel atrasado três meses. Quando começou a fazer programa rapidamente conseguiu pagar suas dívidas, pois, como ela era novata, conseguiu fazer muitos programas por um valor mais alto e todo o rendimento que tinha ela utilizava para pagar as dívidas. Afirma que um dos aspectos positivos de fazer programa é poder ter o dinheiro no mesmo dia que trabalha, não sendo necessário esperar até o final do mês para receber o salário, aspecto que facilitou o pagamento de suas dívidas. Ela entende que a atividade que desenvolve é um trabalho e não a enxerga como algo que desvaloriza a mulher: “Eu não tô fazendo vida, eu tô trabalhando” (Flora).

Pra quem sabe usar a cabeça, pra quem sabe usar o dinheiro é uma coisa boa... Se você quiser juntar um dinheiro, abrir uma poupança, fazer uma coisa, até mesmo pra sair dessa mesmo, melhorar de vida, não tenho nada contra... Eu conheço muitas que pagam faculdade, já tão que se formando... Tem uma enfermeira chefe que ela fazia vida, aí hoje já tá trabalhando, não precisa mais... Depender do movimento, tem vezes que você tira 2.000, 2.500, pra quem vem

todos os dias, tem quem consegue até 4.000. Todos os dias consegue. Vão fazendo 3 programas, consegue. (Flora)

O projeto de Flora é permanecer fazendo programa por mais um ano e meio para juntar dinheiro e reabrir seu comércio em Paripe. Ela entende a prostituição como um trabalho, mas não como um projeto de vida e está se organizando para iniciar outra atividade que deseja realizar. Não compreende como uma violência e sim como uma oportunidade para realização de projetos que ela e outras mulheres não teriam possibilidade de conseguir através de outras profissões. O perfil de Flora difere muito do perfil construído sobre as prostitutas pobres, no qual se define que o contexto social de violência e vulnerabilizações impede as mulheres de saírem da prostituição e mudar de profissão (AMAYA; CARNAVAL; VIÁFARA, 2005).

Não apenas Flora, como outras entrevistadas, já realizaram ou realizam outros trabalhos concomitante ao exercício da prostituição, contrariando o argumento da falta de opções para sobreviver como o fator determinante para a entrada e permanência na prostituição. A maioria das mulheres relatou experiência em outras atividades profissionais, mais frequentemente relacionadas ao comércio e empregos domésticos. Em outros estudos, as profissionais avaliam que o emprego como babá, diarista ou empregada doméstica são mais opressores e mais mal remunerados do que a prostituição (PASINI, 2005; MARINHO, 2007).

Em pesquisa realizada por Silva e Blanchette (2009), a prostituição aparece como uma opção de emprego que possibilita melhores salários com condições de trabalho semelhantes ou até melhores que outros empregos acessíveis às mulheres pobres, que os autores chamam de “gueto dos subempregos femininos”. Três ocupações são citadas como outras possibilidades de atividade: empregada doméstica, dona de casa e caixa de supermercado. Essas ocupações são consideradas, pelas entrevistadas, como atividades menos vantajosas do que a prostituição, já que esta pode oferecer melhor remuneração, flexibilidade da carga horária e é avaliada como uma opção melhor para o sustento da família. O trabalho no comércio sexual pode ser uma escolha de uma trabalhadora, sendo raro encontrar uma mulher nesse campo de trabalho que não teve acesso a outros empregos.

Na pesquisa realizada por Sousa e Oliveira (2012), as profissionais relatam compreender a prostituição como um trabalho e destacam a possibilidade de

conseguir uma melhor remuneração que em empregos prévios, como atendente de *telemarketing*, empresa de higienização e babá, como uma motivação central para a permanência no trabalho. Uma das entrevistadas dessa pesquisa relata: “A noite é um objetivo na nossa vida, é uma escolha... a gente teve várias escolhas, mas a gente quis escolher essa... Porque o que a gente ganha aqui, a gente tinha que trabalhar trinta dias no mês pra tirar o que, aqui, a gente ganha em uma semana” (SOUSA; OLIVEIRA, 2012, p. 6)

Nesse entendimento, a prostituição não aparece como uma falta de opção de empregos, e sim como a falta de boas opções para as mulheres, que no mercado de trabalho estão inseridas em subempregos de baixa remuneração e precarizados. Não é possível falar de uma escolha livre e autodeterminada, pois os aspectos econômicos e sociais, o acesso à escolarização, bem como as desigualdades de gênero, raça e classe operam como fatores limitantes ao acesso das mulheres no mercado de trabalho e as escolhas, a autonomia e a liberdade são sempre mediadas pelo contexto social (BLANCHETTE; SILVA, 2009). A liberdade e as necessidades só podem ser interpretadas e entendidas se analisadas a partir do contexto histórico e social que as condicionam (MINAYO; DESLANDES, 2008).

Dentro das possibilidades que estão colocadas para as mulheres pobres ou de baixa escolaridade, a prostituição não aparece como a pior e mais degradante para todas as mulheres e é considerada uma opção viável de rendimento. Apesar de ser uma atividade instável, desvalorizada, sujeita a vivências de violência e a agressões, a prostituição se constitui como uma das opções mais rentáveis entre os trabalhos que não exigem uma formação sistemática para ser desenvolvido (PASINI, 2005; MARINHO, 2007; BANUTH; BARBOSA-FERREIRA, 2015). No estudo realizado por Banuth e Barbosa-Ferreira (2015), apenas uma das entrevistadas tinha curso superior, mas o rendimento que ela tinha como pedagoga nas escolas não chegava a setecentos reais, o que a fez decidir por entrar na prostituição.

Essas questões puderam ser observadas nas entrevistas realizadas no presente estudo: Vivian relatou que o rendimento na prostituição está permitindo a construção da casa própria, Lara relatou que está juntando dinheiro para abrir um ponto comercial assim como Flora, e Eliana está enviando dinheiro para pagar o estudo dos filhos. Através da prostituição, a mulher pode manter ou conseguir um padrão de vida melhor e pode ter planejamento econômico como viabilizar estudos ter uma casa própria ou negócio próprio (MARINHO, 2007; AMAYA; CARNAVAL;

VIÁFARA, 2005).

7.1.3. A Moça sem Recato²

Núbia tem 30 anos, nasceu em Recife e veio morar em Salvador na adolescência. Não tem filhos, tem uma parceria fixa com quem se relaciona há alguns anos e que sabe que ela realiza programa. Começou a trabalhar com prostituição na adolescência e já exerceu a atividade em outros Estados e municípios do interior tanto em bordéis como em bares e em rua. Atualmente, trabalha na prostituição de rua do Centro Histórico, no cinema e na Orla e diz preferir esses espaços porque tem a oportunidade de circular com mais liberdade e conhecer mais pessoas. Durante o período da tarde, ela permanece no Centro e costuma fazer uma média de dois programas e no final da tarde gosta de ir para a Orla, onde costuma ter uma média de cinco clientes. Ela gosta de trabalhar na Orla, apesar de ser mais inseguro, porque lá tem um número maior clientes e um rendimento melhor, e afirma que, com a experiência, aprendeu quais são os espaços mais seguros e desenvolveu uma boa relação com os policiais. Já trabalhou em outras ocupações como garçoneiro, serviços gerais e vendedora, mas atualmente está apenas realizando programa.

Núbia declarou que gosta de trabalhar com programas, pois tem a possibilidade de conhecer pessoas interessantes, de ir para lugares diferentes e citou que tem muitos clientes antigos com quem ela mantém uma boa relação. Para ela, o problema do trabalho na prostituição é a instabilidade nos rendimentos, pois tem meses que consegue ganhar uma média de dois mil reais por mês e outros que o rendimento é mais baixo. Por esse motivo, ela deseja voltar a trabalhar com vendas para ter maior estabilidade financeira, mas afirma que continuará realizando programa quando conseguir retomar a atividade no comércio. Núbia mencionou que considera o trabalho na prostituição satisfatório e não pensa em deixar a atividade. Avalia que é uma boa profissional, motivo que faz com que os homens casados a procurem regularmente, pois, no entendimento dela, no casamento as práticas sexuais são insatisfatórias.

² Referência à música *Agito e Uso*, de Ângela Ro Ro.

Núbia é uma mulher pobre, que trabalha realizando programa há 15 anos e afirma ter prazer e satisfação na realização da atividade. Ela não conta nenhuma história triste que a fez entrar na prostituição, não demonstra nojo ou rejeição em exercer a atividade e afirma que continuaria fazendo programa mesmo que conseguisse uma renda fixa em outra ocupação. O companheiro e conhecidos sabem que ela trabalha na prostituição e ela não relata vergonha ou constrangimento com esse fato. O perfil de Núbia aproxima-se do perfil das militantes das associações de prostitutas, que afirmam estarem satisfeitas com a atividade que realizam e o desejo de permanecer realizando-a. A saída da prostituição é planejada para o momento em que o corpo estiver cansado e desgastado (MARINHO, 2007). Núbia não tem uma elaboração teórica sobre identidade prostituta e nem sobre o orgulho de ser puta, como observado no discurso militante, mas ela relata ter prazer com o cotidiano de trabalho que a prostituição proporciona e se orgulha por ser uma boa profissional.

No IV Encontro Brasileiro de Prostitutas, muitas profissionais, principalmente as mais jovens, com menos de 30 anos, afirmaram ter satisfação e prazer em serem putas. Elas relatam ter satisfação erótica durante a realização do programa, desvinculando-se dos discursos sobre a profissionalização da prostituição orientados pela separação simbólica da sexualidade no espaço afetivo e laboral. Para essas profissionais, o beijo, o gozo e namorar clientes são possibilidades do trabalho, e temas no âmbito da sexualidade e direito sexual são trazidos como elementos importantes no debate sobre a prostituição (OLIVAR, 2012).

Olivar (2012) ressalta a importância de considerar a prostituição como outra possibilidade de viver a sexualidade, fora do padrão normatizado e permitido para as mulheres. Defende que a discussão sobre a prostituição precisa ser ampliada, ir além da defesa dos direitos civis e trabalhistas, para incluir o debate do direito sexual e da diversidade. Algumas profissionais declaram prazer na realização do programa, mencionam a permissividade do beijo e do gozo e a não interdição de partes do corpo, que permitem uma outra vivência da sexualidade na realização dos programas (OLIVAR, 2012). Também há relatos de profissionais que se sentem satisfeitas com o trabalho na prostituição, pois têm a possibilidade de viajar, conhecer pessoas e lugares diferentes, de usufruírem de um estilo de vida mais boêmio (SOUSA; OLIVEIRA, 2012). Uma das entrevistadas da pesquisa realizada por Sousa e Oliveira relata:

Do mesmo jeito que tem mulher que o prazer dela é ser mulher, mãe, dona de casa e sente prazer em cozinhar pro maridinho, sempre vai existir mulher que tem sonho de casar, e sempre vai existir mulher que o sonho e o prazer é esse, é ter tudo o que ela encontra aqui dentro. Tudo. Até as brigas, as confusões atraem pra falar a verdade, até os problemas, o que você tem na zona, às vezes, quando você sai, você sente falta. (SOUSA e OLIVEIRA, 2012, p. 8)

Durante a realização do campo e das entrevistas do presente estudo, além de Núbia, outras entrevistadas fizeram referência à possibilidade de prazer e satisfação com o exercício da prostituição. Liana relata ter boa relação com os clientes e menciona, em vários momentos da entrevista, as vivências de lazer e entretenimento com eles. Informa que, com a experiência na atividade, aprendeu a selecionar os homens que “valem a pena”. No relato sobre o início do trabalho no Bar, ela expõe a expectativa de iniciar as atividades nesse espaço e sua relação com os clientes:

Aí eu só fiz esperar pra poder trabalhar no Damasco, porque eu queria muito, eu gostava. E outra, não tinha frescura, você acabou de descer do quarto já tinha outro homem te esperando, hoje em dia não, “você acabou de sair, não vou sair com você não”. Antes não tinha isso, era assim, o fluxo maior, os clientes maravilhosos. Eu fiz muito cliente, tenho cliente ainda dessa época... Tem o que, quase 20 anos, cliente que até hoje ainda sai... (Liana)

Outra entrevistada do estudo, Bruna, trabalhadora da prostituição de rua, mencionou que as relações que ela desenvolve com os clientes são melhores do que com as parcerias íntimas. Afirma ter prazer em realizar programas porque nessa relação prostituta-cliente ela se sente mais respeitada e valorizada do que nas relações intradomiciliares. Seu relato evidencia a possibilidade de satisfação e trocas afetivas durante a realização do programa e as violências simbólicas do cotidiano do casamento: “Que às vezes você é melhor tratada na rua do que com a pessoa que você tá em casa... Às vezes tem mais carinho, mais respeito com o cliente, entendeu?” (Bruna).

Nessa perspectiva, não é negada que as razões econômicas são centrais na profissionalização da prostituta, mas se abre a possibilidade de ter prazer no exercício da atividade para algumas mulheres. Olivar (2012) defende que manter a discussão limitada à afirmação da atividade como trabalho e à garantia direito

trabalhista da prostituta não é suficiente para enfrentar as violências e melhorar as condições de trabalho das prostitutas. O autor afirma que é necessário discutir e enfrentar as questões relacionadas às normativas de gênero e sexualidade para construir uma mudança mais efetiva e desconstruir os estigmas. O autor destacou uma frase dita por uma delegada em 2007 que expressa bem essa demanda, onde se observa o reconhecimento do direito da prostituta ser vista como trabalhadora, ao mesmo tempo em que aparece a reprovação moral e regulação do comportamento feminino: “Trabalho sexual, sim; vulgaridade não” (OLIVAR, 2012, p. 100).

Se por um momento afirmar a condição da prostituta dessexualizada, com comportamento orientado pelas normas de gênero, dedicada ao trabalho e à família foi importante para a construção de uma legitimidade social, para o enfrentamento do estigma, é necessário trazer à tona o debate sobre gênero e sexualidade. Nesse sentido, a Rede Brasileira de Prostituta traz como foco de luta o direito de ser puta, a possibilidade de se relacionar de outras formas com o corpo e a sexualidade como um direito das mulheres. Sobre esse aspecto, Gabriela Leite fala em sua biografia: “Estou na vida porque gosto de sexo e também não conseguiria o que consegui tendo outra atividade, mas sei que para a sociedade sou apenas uma mulher que não presta. Pensar diferente disso é lutar contra os moinhos como Dom Quixote” (Gabriela, 2009, pp. 124-125).

Eliana, uma das entrevistadas do presente estudo, mencionou que em vários momentos sentiu desejo de realizar práticas sexuais diferente com o companheiro, mas que esse sempre negava por considerar o comportamento dela inadequado para uma mulher casada. Essa fala evidencia a dicotomia do que se espera que seja o comportamento da mulher casada e da prostituta e de como os homens e a sociedade se relacionam com essa padronização. Também expressa como o fluxo do desejo feminino pode ser múltiplo, bem com as identidades possíveis de serem assumidas pelas mulheres, incluindo comportamentos à margem dos discursos sociais hegemônicos. As pessoas elaboram múltiplas identidades, que se relacionam de forma diferente com os diversos territórios que compõem a vida, e a produção das identidades sociais tendem a se distanciar da identidade pessoal e do eu (VIEIRA, 2014; GOFFMAN, 1981; OLIVAR, 2011).

Analisando os perfis das três trabalhadoras descritas neste capítulo, conclui-se que não há, objetivamente, uma identidade prostituta entre as mulheres que realizam a atividade e os diferentes discursos que as profissionais elaboram sobre si

e sobre seu trabalho evidenciam essas diferenças dentro da própria categoria. O discurso identitário é importante nas lutas sociais dos estigmatizados e dos que vivenciam relações de opressão, mas ele pode reproduzir naturalizações e homogeneidade em grupos heterogêneos (VIEIRA, 2014; BUTLER, 2017).

A elaboração das identidades se constrói ao longo da vida dos indivíduos num processo de pertencimento a determinados grupos – diferenciação e exclusão – e está relacionada ao papel que estes assumem na sociedade e à forma como são vistos. Esses discursos são elaborados a partir dos diferentes contextos históricos e as diversas categorias sociais, como gênero, classe e raça se cruzam na conformação do aspecto identitário (BUTLER, 2017).

7.2. ESTIGMAS E SEXUALIDADE: ENTRE A MORAL SEXUAL E A TRANSGRESSÃO

O termo estigma foi criado pelos gregos para representar os sinais do corpo, marcas que evidenciavam aspectos morais daqueles que o portavam e significava que aquela pessoa deveria ser evitada. Ao categorizar o indivíduo e os atributos socialmente esperados e desejados – identidade virtual – e esta não se estabelecer como uma identidade real, o indivíduo passa a ser visto com descrédito e com menor valor social e a característica desviante é analisada como um estigma. É possível identificar três tipos principais de estigmas: os que estão relacionados às deficiências físicas, os que se relacionam à moral dos indivíduos e os que se vinculam à raça ou à religião e são transmitidos para os descendentes (GOFFMAN, 1981). Na prostituição, observa-se o estigma relacionado à moral individual, em que atributos depreciativos se expressam como o exercício de uma sexualidade desviante, que não se adequam à identidade virtual do estereótipo esperado para a sexualidade feminina. No estudo atual, Flora afirmou que o maior problema que ela enxerga na prostituição é o estigma:

A única coisa que eu não acho legal é a forma como falam de mim... Não tem pra onde correr... Porque pessoas que já sabem, me conhecem, falam... Me discrimina legal... Muda... Não tô nem aí, não paga minha luz, não paga minha água, não paga minhas contas... A minha família, se descobrir, acho que me isola. (Flora)

As profissionais declararam preferir realizar o trabalho longe de sua residência, pois o maior medo delas é que amigos e familiares descubram o trabalho que realizam. Para uma parte das prostitutas entrevistadas, o desconforto maior não é a realização da atividade em si, mas que os outros descubram e a discriminem. O estigma em torno da ocupação, que provoca o rechaço da sociedade, dos familiares e vizinhos, provoca vergonha nas profissionais, que se sentem marcadas. É frequente as prostitutas relatarem ter família e parcerias afetivas, como observado nas entrevistas realizadas, e ocultarem essa informação dos familiares (PASINI, 2005).

- Deixa em segredo... Porque eu já tive relacionamento que quando eu contei a história toda, não foi... Ele mudou completamente. Não foi o mesmo.
- Você acha que mudou a forma dele lhe tratar?
- Mudou a forma de tratar, mudou o jeito de ser, mudou tudo, completamente... Aí fiquei só mais dois meses e separei, por isso esse que eu comecei tem mais ou menos 3 meses que a gente tá se conhecendo eu preferi deixar em segredo, sem ele saber. (Flora)

Bruna declarou que a parte mais difícil da profissão é a degradação da imagem:

A imagem, a gente fica muito queimada... A gente fica queimada, sem valor nenhum... Isso mexe até com o psicológico da gente... A gente é vista como um mal da sociedade. Já trabalhei como segurança em eventos, festas... Valia a pena assim, em questão de posição, a imagem da pessoa já modifica, a pessoa te vê com outros olhos... Dinheiro é pouco, mas pelo menos você é visto com outros olhos... Eu trabalharia como segurança... Por causa da imagem, minha imagem já tá muito queimada... Incomoda sim, eu tive depressão por causa disso. (Bruna)

Bruna relata o sofrimento vivenciado por ela devido ao estigma e à forma como a sociedade a enxerga e se relaciona com ela por ser prostituta, sofrimento que ela relaciona a um adoecimento psíquico. Para ela, o exercício da prostituição em si não é um problema, é uma forma de rendimento melhor do que outros empregos que já teve, mas a exclusão e preconceito associados ao trabalho a motivam a pensar em retomar outras ocupações, mesmo com menor rendimento. Para Lara, o principal problema que ela vive no cotidiano da prostituição é desrespeito:

Você leva essa vida sofrida assim e não somos respeitadas, nem por homem, nem pelos filhos nem por ninguém... O problema do desrespeito ... E eles não respeita, eu ultimamente tive um namorado, o outro botou na cabeça que ele tava namorando prostituta, aí ele foi dançando, dançando, dançou... Eu não aguentei ele me chamando assim. Qualquer coisa, ele: "Ah, é piriguete". Falando desse jeito, qualquer coisa que reclamava ele falava assim. Pois é, minha filha, eu já tive mil problemas com esses homens, até de roubar minha casa... Só ir "Que nada, eu vou ficar nada com mulher fazendo programa" e roubar, levar tudo. (Lara)

Há uma diferença entre o discurso da puta militante e da não militante e aspectos como reconhecimento social e identidade aparecem de forma diferente. Para a militante, é necessário reforçar o aspecto identitário das mulheres que trabalham com prostituição e se afirmar como tal, enfrentando a moral sexual vigente. As profissionais que decidem não mais esconder o estigma entendem que devem ser aceitas e respeitadas sem a necessidade de escondê-lo e optam por tornarem-se uma pessoa "desacreditada" e assim ter que manipular a tensão gerada como desdobramento dessa nova configuração de identidade (GOFFMAN, 1981). Sobre isso, Olivar (2012) destaca uma fala da Rede Brasileira de Prostitutas, através de Gabriela Leite:

Sintam que palavra linda, sonora é importante. Puta, que é o nome da nossa atividade e também um grande palavrão, uma grande ofensa. [...] Quer dizer também que nossos filhos são nada mais, nada menos, que filhos da puta. Percebem? Nossos filhos nunca, se assumirmos nossa identidade, se sentirão ofendidos se forem chamados de filhos da puta. E um dia, que tenho certeza chegará, ser filho da puta haverá de ser um elogio e não uma ofensa. Mas isso depende de nós, putas. Se continuarmos a ter vergonha de ser chamadas de putas e continuarmos a inventar nomes babacas para a nossa atividade profissional, não só os nossos filhos continuarão a ter vergonha de nós, como o preconceito em relação ao que fazemos continuará forte. (OLIVAR, 2012, p. 98)

A relação dos indivíduos que vivem o estigma com sua categoria estigmatizada é variada, havendo processos de identificação e participação, assim como processos de rejeição (GOFFMAN, 1981). Para a maioria das prostitutas não militantes, o anonimato e sigilo são aspectos fundamentais e a manipulação da identidade aparece como uma estratégia de redução de danos, inclusive com a utilização de novos nomes (nome de guerra). O estigma relacionado à prostituição não é aparente, diferente daqueles que têm deficiência física, e Goffman (1981)

categorizou esses indivíduos como desacreditáveis, ou seja, pessoas que têm a possibilidade de escolher esconder e manipular a informação sobre seu estigma. Mas, ao mesmo tempo em que é necessário esconder esse atributo indesejável para a polícia e familiares, é necessário se expor para outros, como clientes e cafetinas. Quanto maior o número de pessoas que sabem do exercício da prostituição, maior a precariedade moral da pessoa perante a sociedade e por esse motivo estabelece-se uma vida dupla.

A prostituta elabora duas identidades, uma da mulher que realiza a performatividade exigida na profissão e outra que se aproxima do padrão esperado de personalidades ditas femininas. Na performance puta, ela desenvolve práticas corporais, jogos de sedução e erotismo que têm como objetivo proporcionar prazer ao cliente, satisfazer os desejos e as expectativas. Essa relação caminha nos limites da sexualidade hegemônica, com o poder daquele “que come e paga”, ao mesmo tempo em que exige que a mulher tenha domínio, controle e seja ativa na prática sexual, portanto, que deixe baixar a puta. Se durante o programa ela deixar baixar a puta, em casa elas buscam outro referencial e constroem uma identidade alinhada com as expectativas sociais: ser mãe de família, fiel e amorosa (OLIVAR, 2013; BANUTH; BARBOSA-FERREIRA, 2015; MARINHO, 2007).

A maioria das profissionais opta por se afastar de todos os significados que o nome prostituta carrega socialmente e buscam os referenciais de gênero e de sexualidade aceitos socialmente. As prostitutas tentam se encaixar no padrão da mulher respeitada por meio da manipulação da identidade e da construção de barreiras simbólicas entre o sexo comercial e o afetivo (BANUTH; BARBOSA-FERREIRA, 2015; PASINI, 2000). Apesar do termo prostituta ser o de escolha dos movimentos associativos como a Rede Brasileira e a APROSBA com o objetivo de enfrentar o estigma relacionado ao nome, para uma parte das profissionais não militantes não há um reconhecimento em torno dessa denominação e prefere-se o nome garota de programa (MARINHO, 2007).

O termo prostituta é visto pelas profissionais como um nome pesado, feio, um xingamento e há uma tendência entre as próprias profissionais de separarem aquelas que trabalham com profissionalismo, as garotas de programa, das que se comportam como prostitutas, que são as mulheres mais degradadas, de moral duvidosa e pouco qualificadas (MARINHO, 2007; VIEIRA, 2014; GASPAR, 1984). Dentro da própria categoria de estigmatizados se cria uma estratificação e os que

apresentam de forma mais explícita os atributos rejeitados moralmente sofrem preconceito daqueles mais bem adaptados socialmente, em que o estigma é menos visível e a maior aproximação destes com os ditos normais pode amenizar a vivência do estigma (GOFFMAN, 1981). O termo puta traz a conotação sexual da atividade e está vinculado à mulher que se comporta de forma estereotipada, que exhibe os atributos que são rejeitados pela sociedade e pela própria categoria.

Os indivíduos que vivenciam o estigma reproduzem as crenças elaboradas sobre si, que os separa das pessoas ditas normais e define que são pessoas de menor valor, o que produz vergonha e autodepreciação. A pessoa incorpora as crenças produzidas pela sociedade sobre os padrões de normalidade e passa a entender as consequências de ter um estigma em particular (GOFFMAN, 1981).

Na prostituição, é frequente observar relatos de profissionais que justificam a entrada na atividade com algum evento trágico ou grande necessidade e a demanda de contar sempre histórias tristes pode estar relacionada com a justificativa moral perante o outro para exercer um trabalho tão estigmatizado. O indivíduo elabora estratégias para se aproximar dos normais e construir sentidos que expliquem a sua situação, minimizando o preconceito e acusações. Esse código pode ser desenvolvido por conta própria ou estimulado pelos profissionais que solicitam que o estigmatizado conte sua história de vida e de superação (GASPAR, 1984; GOFFMAN, 1981). O discurso sobre o não desejo de estar na prostituição ou a necessidade de saída desta ocupação pode expressar efetivamente um anseio ou expectativa, mas também pode representar uma tentativa de diminuir o estigma ou anular a imagem negativa que se tem da prostituta, alimentando a expectativa salvacionista (MORAES, 1995). A imagem da prostituta arrependida, que foi impelida pela necessidade de sobrevivência e completa falta de opção é facilmente capitulada pelo senso comum, gerando um processo de vitimização (MARINHO, 2007).

Em todas as sociedades, a conduta sexual foi regulada por normas e padrões que definem o que é socialmente esperado e aceitável, notadamente, o casamento e as relações monogâmicas que se constituem como o espaço mais legítimo para o exercício da sexualidade normatizada. A prostituição e outras condutas sexuais que não seguem essa norma fazem parte do comportamento desviante; reprovadas moralmente, elas representam o lugar de rejeição. Esses padrões são recursos ideológicos que dão uma aparente homogeneidade ao corpo social e o desvio é uma

expressão da estrutura social que deve gerir, controlar e regular a sexualidade. (ESPINHEIRA, 1984). Os valores implícitos da ideologia, ancorada e sustentada pela materialidade são expressos em todas as dimensões da vida, como na arte, na filosofia e no direito e regula os corpos e comportamentos humanos, em que se sugere o que é permitido, portanto lícito, e o que é proibido, ou seja, proscrito (MÉSZÁROS, 1996). Por tanto, os comportamentos socialmente aceitos e o que é considerado normal diferem nas diferentes culturas e atuam como ferramentas de controle (ESPINHEIRA, 1984).

A sociedade mantém a prostituição dentro de limites que são controláveis, ao mesmo tempo em que é permitida, é desprezada, oposto ao comportamento que se espera de uma mulher (ESPINHEIRA, 1984). A feminilidade, como constructo social das características ditas femininas, é marcada pelo pudor da sexualidade, que deve ser exercida no âmbito privado e ligada ao afeto. A possibilidade de viver a sexualidade desvinculada do afeto nos espaços públicos está relacionada ao conceito de masculinidade. A prostituta, ao realizar o sexo comercial, transgride o esperado da conduta feminina e essa transposição de barreiras gera diversos sentimentos, desde o nojo ao prazer (BANUTH; BARBOSA-FERREIRA, 2015). Ela apresenta um comportamento desviante, que foge à regra estabelecida, mas que é tolerado enquanto mantido dentro de uma margem de separação da sociedade “normal”. (GOFFMAN, 1981). Segundo esse autor, os desviantes sociais são:

...pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade. (GOFFMAN, 1981, p. 121)

Desviantes são os que transgridem as normas das instituições básicas que organizam a sociedade. E mesmo com o avanço observado nas últimas décadas do amor livre e de uma maior liberdade sexual, em que o prazer, o sexo antes do casamento e diferentes práticas sexuais são mais aceitas e toleradas, ainda se mantém normas restritivas da sexualidade feminina. Observa-se a regulação de padrões de comportamento relacionado ao gênero, com forte vinculação da sexualidade feminina ao amor romântico e às relações familiares (ESPINHEIRA,

1984; GIDDENS, 1993).

Na prostituição, diferente do que se observa em outras trocas comerciais do mercado, o produto que se está comprando, o serviço sexual, geralmente pode ser acessado sem custo pelos que compram o serviço, visto que a maioria dos clientes é casada. O sexo é uma dimensão social marcada pela interação do biológico e da cultura e o fenômeno da prostituição não pode ser entendido pela justificativa que os homens têm uma necessidade biológica e um desejo sexual maior que as mulheres, o que os impele às traições e à busca da prostituição. É na dimensão da cultura, das normas e padrões estabelecidos para o comportamento sexual que está inserida a demanda pelo sexo comercial (OLIVAR, 2011, BANUTH; BARBOSA-FERREIRA, 2015). As prostitutas, ao mesmo tempo em que realizam práticas sexuais que não ocorrem no casamento, estabelecem regras na realização do programa que garantem o controle sobre seu próprio corpo. Ela é responsável de forma ativa pela satisfação sexual e essa transgressão dá impulso ao erotismo (BANUTH; BARBOSA-FERREIRA, 2015; RUSSO, 2007).

O comportamento desviante da prostituta em relação à moral sexual é o que justifica todas as ações de preconceito e violência contra a trabalhadora e estabelece-se uma base social, que sustenta a violência contra todas as mulheres que se aproximam da performance puta. A mulher devassa, que se comporta ou se veste como uma prostituta, pode ser estuprada, julgada e agredida (OLIVAR, 2012; JULIANO, 2004). A que não segue o padrão de sexualidade esperado, incluindo as que não trabalham como prostituta, são reconhecidas como mulheres de menor valor.

Dentro da prostituição, há uma estratificação e nítidas diferenças entre as modalidades. As formas de prostituição que ocorrem em espaços fechados e com melhor status social sofrem menos com o estigma e a discriminação e são melhor aceitas do que as que estão na rua abertamente, a prostituição de mangue. Assim, através do dinheiro, não só o trabalho da prostituta é valorizado, como também a própria profissional passa a ser mais bem vista e aceita. Aquelas que ganham melhor deixam de ser prostitutas e passam a ser vistas como garotas de programa. O valor alto significa que há pessoas dispostas a pagar e as valoriza, o que difere do entendimento que vincula o pagamento pela prática sexual unicamente como algo depreciativo (GASPAR, 1984; RUSSO, 2007).

A desvalorização está relacionada ao pagamento de valores baixos pelo

programa, ao não pagamento ou estupro, que traz como significado o não reconhecimento da profissional e de seu valor (RUSSO, 2007). O dinheiro, ao mesmo tempo em que as insere na sociedade capitalista, desvaloriza as trabalhadoras por vinculá-las a um lugar marginal de monetarização do sexo. A intersecção das opressões de classe e raça intensificam as práticas discriminatórias e aquelas que conseguem se ajustar mais ao padrão social conseguem rendimentos mais altos e são mais bem aceitas, enquanto as proletarizadas e as que estão mais expostas na rua são ostensivamente segregadas e rejeitadas. É aí onde estão as negras, pobres e travestis (ESPINHEIRA, 1984; RUSSO, 2007).

7.3. DISCURSOS SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO NA PROSTITUIÇÃO: VIOLÊNCIA DE GÊNERO OU PROTEÇÃO SOCIAL?

Atualmente, há uma grande discussão sobre se a prostituição pode ou não ser considerada um trabalho, polarizada por duas correntes do feminismo: as feministas radicais ou marxistas, que entendem a prostituição como uma prática próxima à escravidão, que, no contexto de abuso e violência, coloca o corpo da mulher à venda; e as feministas liberais, que compreendem o debate da sexualidade como um elemento fundamental para a emancipação feminina, uma possibilidade de prazer e defendem a prostituição como possibilidade de trabalho. Para Gabriela Leite, militante e ex-prostituta, na prostituição ocorre exploração da profissional, como ocorre nas outras profissões em que as e os trabalhadores são explorados pelos patrões e vendem suas horas de trabalho por uma remuneração (CUNHA, 2013). Ela declarou em uma entrevista realizada em 2016:

O maior preconceito é porque trabalhamos com sexo. Sexo é o grande problema, é o grande interdito das pessoas. E nós trabalhamos, fundamentalmente, com fantasia sexual, esse é o verdadeiro motivo da existência da prostituição. É um campo imenso. Estamos fazendo uma camisa na Daspu que é para questionar essa babaquice de que só puta vende o corpo! E vender sua cabeça, quanto custa? O operário vender seu braço, quanto custa? Toda sua força de trabalho, que está em seu corpo. Existe uma tendência de alguns estudiosos de se declararem a favor das prostitutas e contra a prostituição. Um contrassenso geral e total. (LEITE, 2006, p. 53)

Nesse entendimento, não é o corpo que se vende no exercício da prostituição,

e sim o serviço prestado naquele período estabelecido através de um contrato entre o cliente e a profissional, como observado nas prestações de serviços de forma geral (PASINI, 2005). No estudo realizado por Elisiane Pasini (2005), uma das entrevistadas afirma: “Eu alugo umas sacanagens por uma boa grana. Isso de vender o corpo é bobagem, Lis. Não vendo nada, não. É tudo meu!” (PASINI, 2005, p. 4). A prostituta não tem seu corpo alienado, sem agenciamento e possibilidade de negociação, ao contrário, estão, o tempo todo, estabelecendo limites do que será realizado no programa, por quanto tempo, por qual valor, inclusive rejeitando a oferta de clientes. No entanto, sendo um trabalho marcado pelo estigma e atividades ilegais e clandestinas, rechaçado pela polícia e sociedade, não é possível pensar a prostituição como um trabalho qualquer (FONSECA, 1996).

Em oposição ao feminismo radical, as feministas liberais ou contratualistas entendem que a prostituição é uma possibilidade de trabalho que mantém a lógica do sistema capitalista, uma transação comercial em que se negocia o tempo em que será realizado um trabalho e a quantidade de dinheiro envolvida. Há divergências dentro dessa linha, com perspectivas mais liberais, que defendem que é possível, dentro da sociedade atual, a realização de uma escolha livre com distribuição igualitária de poder e enxergam as prostitutas como pessoas que subvertem a ordem sexual e outra perspectiva que defende a possibilidade de escolha da mulher prostituta, mas entende que há um contexto de relações desiguais de poder e vulnerabilidades que condiciona esta escolha (MORCILLO, 2014; PASINI, 2005).

Há uma vertente que opta por realizar uma análise que supera a polarização entre a vítima e transgressora sexual e traz um entendimento que a entrada na prostituição se dá por múltiplas razões e é realizada por mulheres com trajetórias e histórias de vidas diversas. Para algumas, a entrada significa uma escolha por uma opção melhor de emprego entre outros acessíveis, para outras significa um sofrimento, uma situação à qual foi obrigada a se submeter pelas condições sociais e econômicas. Compreende-se aqui a prostituição como um trabalho dentro da categoria de prestação de serviços que, da mesma forma que observado em outros serviços, também tem suas regras de organização e funcionamento, instrumentos ou meios para a sua realização, relações de trabalho e um produto que é comercializado, que seria o serviço sexual (PASINI, 2005; PISCITELLI, 2012; RUSSO, 2007). Não só as prostitutas, mas todas as demais trabalhadoras e instituições, como a família, o sistema jurídico e a mídia, estão dentro do sistema de

exploração capitalista e de relações desiguais de gênero e não parece coerente apontar apenas a prostituição como locus de relações de opressão de gênero no mundo do trabalho (JULIANO, 2005).

O ponto de vista que entende a prostituta nem como vítima e nem como libertária prioriza a defesa da melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho, o que inclui os âmbitos dos direitos civil e trabalhista e considera legítima a entrada voluntária e autodeterminada das profissionais nessa ocupação (AUGUSTÍN, 2001). Para Laura Augustín (2001), a mudança do olhar sobre a prostituta de suja, imoral e pecadora para alguém explorada, subjugada e sem capacidade de escolha, capitaneado pelo movimento feminista radical, não avança no sentido de enfrentamento do estigma e ampliação dos direitos e participação social dessas mulheres. Ao se referir às prostitutas apenas como vítimas do sistema, subjugadas, esses setores contribuem para a perda da cidadania dessas mulheres e negam sua capacidade de decisão (OLIVAR, 2012; CUNHA, 2013).

Algumas autoras consideram que a posição de não reconhecimento da prostituição como um trabalho se apresenta como mais uma vertente da violência vivida por essas trabalhadoras, pois se permite que as prostitutas falem sem efetivamente escutá-las, reproduzindo dessa forma o lugar marginal que a sociedade já as coloca (PISCITELLI, 2014). Os que relacionam a prostituição ao exercício de uma atividade forçada pela necessidade extrema ou ao baixo nível cultural afirmam que não deve ser levada em consideração o posicionamento das profissionais que afirmam a escolha de entrar na atividade, pois entendem que a própria condição da prostituição as incapacita de discernir e realizar um adequado julgamento (OSBORNE, 2004). Dolores Juliano (2005) classifica essa posição como parte de uma estigmatização conjuntural, que atua através uma postura paternalista e tutelar em defesa da profissional, que difere da estigmatização estrutural, em que a rejeição social e institucional se expressa, em geral, agressivamente.

Lideranças ligadas à Rede Brasileira de Prostitutas referem a fraca participação do movimento feminista nas ações e lutas organizadas pelas profissionais. Desde o início do movimento, com o ato de 1979, a presença do movimento feminista foi discreta e concentrada na juventude, e já nesse momento houve tensionamentos entre os dois movimentos. Nas décadas de 1980 e 1990 ocorreu uma aproximação entre prostitutas e pesquisadoras feministas, mais voltadas para a discussão das questões relacionadas à saúde e ao HIV e no final da década de 90 ainda eram

poucos os diálogos sobre esses temas (CORRÊA; OLIVAR, 2010). Sobre a relação com o movimento feminista, aqui representado pelo feminismo radical, Nilce Machado, prostituta, relata no estudo realizado por Corrêa e Olivar (2010):

The feminists should learn a bit more about our world. They should really understand how a prostitute lives, what the life of a sex worker is like. They put us in the band wagon of marginality, while we're trying to get out of the wagon [...] They cannot understand this is a job. Either they cannot, or they do not want to Now tell me: Who in this world is working for free? In any profession people work for money! You provide services for money, we do the same. Today, in the 21st century, we set the rules, we define what to do and how to do it. Did you know that? Things have changed. The old 'macho' ways of men determining what they wanted simply because they were paying are gone. Today they do not even raise the issue. I teach men a lot. I tell them to be good to their wives, counsel them on how to solve problems with their children. Today being a prostitute is not simply about sex. (p. 16)

Nesse mesmo estudo, outra prostituta, Janaina Lima, destaca: "I do think there is confusion in the feminist position because sometimes they say I can make my own decisions about my body, and then at other times they say I have no power to decide" (CORRÊA; OLIVAR, p. 16). Essas falas evidenciam alguns tensionamentos que estão colocados entre os dois movimentos e apontam desafios que precisam ser enfrentados pelas organizações sociais de esquerda. Para o movimento de prostitutas, a luta feminista deve ser pela melhoria das condições de trabalho e pela superação do isolamento e estigma que essas profissionais vivenciam, com ampliação da visibilidade e da participação das prostitutas nos espaços políticos e institucionais. As profissionais do sexo historicamente estão ausentes dos espaços formais de luta pelos seus direitos, os quais são ocupados por intelectuais e feministas, pelos que têm o poder de dizer, e os discursos das mulheres marginalizadas não são reconhecidos como válidos (BANUTH; BARBOSA-FERREIRA, 2015; JULIANO, 2005). Portanto, o maior desafio do movimento feminista é estabelecer relações mais próximas e horizontais com as mulheres que se tem a intenção de defender e construir políticas para melhoria das condições de trabalho e de vida (JULIANO, 2005).

No Brasil, nos anos 2000, observou-se um crescimento do discurso abolicionista com protagonismo de organizações religiosas, do movimento feminista e das organizações de combate ao tráfico humano e de defesa do direito da criança

e do adolescente, e há uma tendência de considerar exploração sexual, tráfico de pessoas e prostituição como termos similares (OLIVAR, 2012). Definir prostituição como exploração sexual é um recurso de linguagem que leva a confundir e negar a possibilidade do exercício da prostituição exercida de forma voluntária e transforma todo o ambiente ao redor, clientes e empresários, em exploradores e criminosos. Na avaliação Rede Brasileira de Prostitutas, o discurso que associa a atividade exercida de forma livre com o tráfico e exploração sexual aumenta a rede de repressão e estigmas às prostitutas e, como consequência, os riscos relacionados ao trabalho. (SOUSA; OLIVEIRA, 2010). Os estudos realizados sobre o tráfico internacional são tendenciosos e os dados inconsistentes, sem uma metodologia bem desenhada. Eles utilizam, com bastante frequência, revisões de imprensa, induzindo confusão entre prostituição, exploração do trabalho infantil e tráfico internacional (CORRÊA; OLIVAR, 2010).

Como tudo que rodeia a profissional é considerado criminoso, a imagem da profissional também passa a ser vinculada à marginalidade e à criminalidade. Com o suposto objetivo de protegê-la, a legislação deixa a prostituta mais vulnerável às arbitrariedades das instituições e dos que exploram a atividade (CUNHA, 2013). Cria-se uma ambivalência, pois, ao mesmo tempo em que se permite a prostituição, proíbem-se os meios para que a trabalhadora a desenvolva, como alugar quartos e divulgar a oferta dos serviços, o que, conseqüentemente, coloca a atividade invariavelmente na ilegalidade. No Peru, no México e na Argentina, muitas profissionais denunciaram que foram presas ou violentadas por policiais sob a justificativa de combate ao tráfico internacional (WIJERS, 2004; CUNHA, 2013).

Para a Rede Brasileira de Prostitutas, não é a regulamentação que tornará as prostitutas reféns do sistema de cafetinagem, é o atual status de ilegalidade dos bordeis que permite o livre exercício do poder sobre as profissionais e não há espaço para denúncias. A descriminalização e regulamentação das relações de trabalho possibilita a existência de contrato melhor estabelecido, com definição sobre a remuneração e o tempo trabalhado, e a legalização do empresariado garante a fiscalização no Ministério do Trabalho e da Saúde e cobranças legais e trabalhistas. Deixa-se de ocultar a existência do mercado e do empresariado sexual para que se possa dar visibilidade às trabalhadoras e exigir o cumprimento das leis e normativas que se aplicam aos demais trabalhadores (OSBORNE, 2004; MARINHO, 2007).

No presente estudo, ao final das entrevistas, perguntou-se sobre a opinião das trabalhadoras sobre a regulamentação do trabalho na prostituição e possibilidade de ter a carteira assinada pelos donos dos estabelecimentos. Uma das entrevistadas declarou:

A gente queria carteira assinada... Acho que eu morro e não tenho carteira assinada... É que tem muitas meninas que não quer porque diz que é vergonhoso... Seria bom... Seria melhor porque a gente pode ter a proteção que a gente quer e direitos também... Aí seria o milagre, assinar carteira de prostituta... Como é que eles, os deputados, vão defender uma tese que a gente não tem nem um sindicato... É um milagre acontecer isso... Pra poder reunir tantas meninas, as que sai de noite, os gays que sai à noite na Carlos Gomes, nas praias, no Rio Vermelho, tantos lugares. (Lara)

Para Bruna, trabalhadora da prostituição de rua, o reconhecimento e aceitação social da atividade como um trabalho beneficiaria as profissionais, pois na condição de trabalhadoras elas poderiam ser mais respeitadas, deixam de serem vistas como mulheres marginais:

Acho que ia ser bom pras mulheres sim, porque elas iam ser vistas com outros olhos, as pessoas iam respeitar mais, entender que é um trabalho... Sim, assinaria... Pra poder ter os direitos também né, ter algo pra deixar pra família, já tô chegando pra idade também... daqui a 10 anos... É horrível isso, ainda mais quando não paga aposentaria. (Bruna)

Flora, profissional que também trabalha como autônoma, avalia que seria bom ter o trabalho regulamentado, ter carteira assinada para ter os direitos delas garantidos caso ocorra algum problema com ela. “Eu? Assinaria, eu aprovaria, mas eu não acredito... Porque isso já faz tanto tempo que tão dizendo que vão fazer e não faz” (Flora). Essas declarações evidenciam o posicionamento favorável das profissionais para o reconhecimento da prostituição como um trabalho, com a mesmas normativas que regem as demais ocupações, ao mesmo tempo que mostra o desconhecimento das trabalhadoras sobre a possibilidade de contribuição à previdência social como autônoma.

A entrevistadas relacionam a carteira assinada com a garantia do direito aos benefícios sociais (aposentadoria e auxílio-doença). Depois da reforma da previdência de 1990, o parâmetro utilizado para o cálculo dos benefícios passou a ser o tempo de contribuição e não mais o tempo de serviço registrado na carteira de

trabalho e previdência social. Para as prostitutas que trabalham de forma autônoma, como Lara, Bruna e Flora, é possível inscrever-se no Instituto Nacional de Seguro Social e contribuir como trabalhador autônomo para ter acesso à aposentadoria e auxílios (LACERDA, 2015). Percebe-se que as trabalhadoras do sexo não têm acesso a essas informações, o que implica em redução de possibilidade dessas trabalhadoras usufruírem dos benefícios sociais garantidos pela previdência. Percebe-se também que as prostitutas que vivem uma situação de maior pobreza e vulnerabilidade, assim como em outras ocupações, não possuem renda que possibilite contribuir com o valor mínimo estabelecido para a contribuição como autônomo.

As entrevistadas que trabalham nos bares, incluindo as que trabalham no Bar 1, onde se observa um vínculo entre o estabelecimento e a trabalhadora, declararam não ter interesse em ter carteira assinada, apesar de concordarem com a importância do reconhecimento do vínculo de trabalho. No entendimento delas, seria inviável pela exposição, visto que a maioria das mulheres que realiza a atividade nesses espaços o faz de forma sigilosa, devido ao estigma:

...eu não tenho nenhum interesse nisso, que tem os benefícios, ótimo, mas nem todo mundo pode fazer porque você vai tá se expondo... É, a maioria são casadas, a outra maioria a família não sabe, então isso vai valer pra poucas, quem vai aceitar isso são as de antigamente, que já não tem mais como esconder... Pra algumas sim, essas que já tem essa vida mais aberta, mas eu acho que poucas chegariam a assinar... (Liana)

Outra profissional declarou ser contra a regulamentação do vínculo de trabalho, pois, na avaliação dela, a prostituição é uma atividade moralmente condenada e a mulher não seria bem vista caso tivesse a carteira assinada:

Eu acho um baixo astral, acho sem noção isso aí... Por que ninguém dá valor, acha feio, acho baixo astral... Aí vai assinar carteira? Eu não, não assino mesmo. Quem quiser que... Porque teve muita gente que gostou, eu não gostei não. Pra mim mesmo não... (Milena)

As declarações de Milena e Liana trazem uma questão importante no contexto de estigma e rejeição social que a prostituição está inserida: será realmente interessante para a profissional que presta serviços para um estabelecimento ter o vínculo de trabalho reconhecido, a carteira assinada e expor a todos a atividade que

desenvolve? Uma alternativa discutida por Dolores Juliano (2004) é realizar o registro da na carteira de trabalho utilizando categorias mais amplas, como prestadora de serviços relacionados ao turismo, para proteger a profissional do estigma e garantir o acesso aos direitos trabalhistas.

Lacerda (2015) defende a alternativa do reconhecimento do vínculo de trabalho sem registro em carteira, com obrigatoriedade de registros do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Empregadores). A certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego teria valor legal para comprovação de contribuição e de experiência profissional. Outro aspecto destacado por essa autora é a necessidade de caracterizar as doenças ocupacionais na prostituição, o que exige o reconhecimento da atividade como um trabalho pelo Estado. Independente da trabalhadora prestar serviços como autônoma ou a terceiros, essa caracterização possibilita a inclusão dos acidentes de trabalho na prostituição, ou seja, o direito auxílio-acidente, auxílio-doença por acidente e aposentadoria por invalidez (LACERDA, 2015).

O não reconhecimento do vínculo de trabalho e a criminalização do entorno da prostituição submete as trabalhadoras a maior exploração e maior risco relacionado ao trabalho (OSBORNE, 2004). A criminalização também é uma forma de garantir a “limpeza urbana”, retirando a prostituição dos locais de interesse turístico ou do setor imobiliário. No período de Copa do Mundo de 2014, no Rio de Janeiro, observou-se a ação do Estado no fechamento de locais ligados à prostituição. Foram fechados espaços em que as profissionais realizavam a atividade com maior autonomia e esse processo de expulsão as levou a irem prestar serviços em locais mais expostos ou com piores condições de trabalho (CORREIA; OLIVAR, 2010). Rhodes (2009) defende que a criminalização do trabalho sexual e dos ambientes de trabalho aumenta a vulnerabilidade das prostitutas à violência e à arbitrariedade da polícia, dos empregadores e clientes e limita o acesso dos trabalhadores do sexo à proteção. Sobre essa questão, uma das entrevistadas do presente estudo relatou:

...não gosto de trabalhar em casa pra dar lucro pra dono de casa e eu me lenhar... Muitos lugares são clandestinos, muitos lugares exploram... Eu soube mesmo de dois lugares ali, é que eu não sou boa nessas coisas, ali no Campo Grande, o programa da mulher 30 reais, 30 reais não dá pra nada... E o quarto 30 reais. Dona de casa ganhando mais do que a mulher que tá se expondo a pegar uma doença, então a exploração ainda é muita, deveria ter uma

fiscalização maior nisso porque tem mulher que diz “Vou fazer unha, vou fazer uma faxina, aí chega num lugar desses tem que fazer 3, 4 programas para fazer o dinheiro de uma faxina.” Porque muitas vai fazer o quê se chegar em casa sem esse dinheiro? Vai fazer o que com as crianças? Então muitas acabam se submetendo de fazer esses programas baratos e tal pra poder sobreviver. (Liana).

A descriminalização do trabalho na prostituição e o reconhecimento do vínculo de trabalho permitem o acesso das profissionais às normas legais nacionais e internacionais de proteção ao trabalhador e favorecem a separação do comércio sexual das atividades relacionadas ao crime, reduzindo o estigma e riscos relacionados a esta ocupação. Possibilita que ocorra a fiscalização do meio ambiente de trabalho e o desenvolvimento de ações de vigilância aos riscos relacionados à atividade pelo Estado, o que garante maior proteção às trabalhadoras. Na Alemanha, país que regulamentou a atividade, há lugares em que a profissional do sexo além de receber um piso salarial, ganha comissões pelos programas realizados, como ocorre em outros comércios, e observou-se melhoria das condições de trabalho (OSBORNE, 2004).

O debate em torno da regulamentação é mais amplo do que o reconhecimento do vínculo de trabalho e garantia de acesso aos benefícios sociais. Trata-se de retirar da ilegalidade o funcionamento das casas e as relações de trabalho para que possam ser fiscalizadas e reduzir o ambiente de criminalização em torno da atividade, que torna as profissionais reféns da cafetinagem e do Estado. E, fundamentalmente, refere-se a enfrentar os estigmas e as políticas excludentes relacionado à prostituição, e favorecer o protagonismo destas mulheres sobre sua própria trajetória.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cada modalidade de prostituição, aberta, fechada, baixo, médio, alto meretrício, se estabelecem relações e condições de trabalho diferenciadas, que são recortadas por maior ou menor vulnerabilidade e iniquidades das profissionais aos problemas enfrentados na prostituição, como os diversos tipos de violência, estigma e infecções sexualmente transmissíveis.

Não é possível falar de uma prostituição, mas sim de prostituições, pois a renda, a escolaridade e a raça inserem as trabalhadoras em locais de trabalho com condições e relações díspares. A prostituta pobre realiza programas em locais com maior exposição à violência, enquanto as que têm melhor status estão em espaços mais protegidos e menos estigmatizados. As com menor recurso flexibilizam mais o uso do preservativo, o que promove maior exposição às infecções sexualmente transmissíveis, e frequentam locais com condições de higiene mais precárias. As mulheres que vivenciam outras situações de opressão, como as mulheres negras, as pobres, as usuárias de drogas, as que estão em situação de rua e as travestis, são mais expostas aos riscos e têm menor recurso social e institucional para responder a essas situações.

As prostitutas, no cotidiano de trabalho, produzem saberes e elaboram estratégias para reduzir os riscos relacionados ao trabalho, realizam escolhas sobre como irão realizar os programas, estabelecem normas e pactos para o exercício da atividade. Informações como o perfil dos clientes, das casas e das ruas são apreendidas e compartilhadas, bem como as habilidades para realizar programa, melhorar a remuneração e reduzir exposição. São mulheres que possuem capacidade de agência e resistência, mas os recursos de proteção e possibilidades de escolhas modificam-se pelo contexto de vulnerabilidades sociais e econômicas e processos de vulnerabilizações. A prostituição é um espaço marcado por relações de poder com margem de negociação variável e a possibilidade de escolha é reduzida com as inserções sociais precárias e marginais.

Nesse contexto, a elaboração das políticas e ações do setor de saúde devem considerar as diferenças presentes no universo da prostituição. Se existem riscos e exposições diferenciadas e recursos individuais e sociais variáveis para responder aos problemas, as intervenções das equipes de saúde também precisam ser diferenciadas e singularizadas para os diferentes grupos. Por um lado, as mulheres

menos vulnerabilizadas buscam os serviços privados de saúde para acessar com mais rapidez as consultas e exames; por outro, as mais pobres e marginalizadas têm dificuldade de acessar a rede pública de saúde pelas barreiras institucionais presentes nos serviços.

A saúde pública tem o desafio de construir estratégias de aproximação e vinculação das trabalhadoras e elaborar ações que não se limitem à saúde sexual e à abordagem aos grupos de risco. Realizar a abordagem integral à saúde da mulher, incluindo a dimensão do trabalho, de gênero e de raça, priorizando os setores mais vulnerabilizados e marginalizados. As equipes de saúde, no processo de cuidado longitudinal e construção de vínculos, podem produzir junto com os usuários o fortalecimento da autonomia e reinserções sociais e institucionais.

Outro aspecto que intensifica a vulnerabilidade das prostitutas é a criminalização de todo o mercado relacionado à atividade. Nesse lugar da invisibilidade e clandestinidade, os que exploram a atividade, o empresário, o cafetão, a cafetina, o gigolô, podem regular de forma arbitrária os preços e as relações de trabalho que são desenvolvidas nos espaços. Também não há lugar para fiscalização das casas onde são desenvolvidas as atividades, visto que as mesmas não são legalizadas e mantêm-se abertas à margem da institucionalidade. Nesse contexto, o Estado e a polícia podem atuar na informalidade, expulsando e retirando as profissionais, quando é conveniente para o projeto de “limpeza urbana”, e tolerando quando não há interesses no território.

Quem mais sofre com esse contexto de ilegalidade são as mulheres pobres, que vivenciam relações de coerção, exploração e violência do empresariado e do Estado, sem nenhuma proteção. No Centro Histórico, as mais expostas são as pobres e as negras e, no contexto de uma histórica exclusão e negação de direitos que vivenciam essas mulheres, a marginalidade e a ilegalidade atribuídas à prostituição se configuram como mais um espaço de reprodução da violência : “A carne mais barata do mercado é a carne negra”³. As relações desiguais de gênero e raça favorecem que as mulheres, e em especial as mulheres negras, ocupem postos de trabalhos precarizados, subempregos, menores salários, com uma feminização da pobreza. Não é uma exclusividade na prostituição a exploração dos corpos e muito menos a concentração das mulheres negras em locais de mais

³ Referência à música *A Carne*, de Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capellette.

vulnerabilidade.

Dentro do movimento de prostitutas e do movimento feminista, há um tensionamento e divergências sobre as estratégias mais adequadas para avançar na garantia de direitos dessas mulheres, para enfrentar as diversas violências que vivenciam no seu cotidiano. O movimento de profissionais mais próximos à Pastoral da Mulher Marginalizada e do setor do feminismo radical, representado principalmente pela Marcha Mundial das Mulheres, são sujeitos políticos importantes, ao passo em que se colocam na defesa das prostitutas, as tiram da invisibilidade e se constituem como setores com espaço para expressar seus posicionamentos e articular políticas. O posicionamento dessas instituições no sentido de abolir a prostituição tem como objetivo melhorar as condições de vida das prostitutas, no entendimento de que a atividade em si mercantiliza e explora o corpo da mulher, o que exige a formulação de políticas no sentido de abolir.

Entendendo a complexidade que é a prostituição em nossa sociedade, essa posição tem alguns equívocos que precisam ser discutidos com mais profundidade. A condição de ser trabalhadora na sociedade capitalista dá um lugar social, promove a valorização pela moral do trabalho e a negação deste aspecto favorece a marginalização destas trabalhadoras. A manutenção de uma atividade na ilegalidade, sem regulamentação, não promove a diminuição da mesma, como pode ser observado em outros âmbitos das políticas públicas, como na criminalização do comércio de psicoativos. O impacto que a regulamentação de atividades ilícitas promove na garantia de direitos e proteção social precisa ser melhor estudado para subsidiar com argumentos consistentes a elaboração das políticas públicas, em específico nos âmbitos civis e criminais.

Outro aspecto que o presente estudo discutiu superficialmente e que precisa ser melhor investigado são as condições de trabalho e acesso aos direitos civis e trabalhistas nos demais países. Precisa-se buscar os dados sobre o real impacto que as diversas formas de regulamentação da prostituição promovem na vida dessas trabalhadoras. Tanto nos países em que se observa uma legislação mais restritiva e políticas proibicionistas como naqueles em que há uma maior aceitação da prostituição e um mercado do sexo legalizado. Não apenas buscar os indicadores sociais, como também escutar a perspectiva das trabalhadoras destes países, como interpretam, sentem e pensam as políticas locais. O estudo também deixou lacunas nas discussões sobre identidade e sexualidade, como se constituem na sociedade

de classes e interferem na organização e representação social.

Nesse contexto de múltiplas interpretações sobre o fenômeno da prostituição e diferentes perspectivas sobre as estratégias mais adequadas para a melhoria de vida dessas trabalhadoras, é necessário que os movimentos e instituições sociais efetivamente se aproximem e se coloquem para uma real escuta do que está sendo dito por elas. Para os setores de esquerda que se solidarizam com a luta dos oprimidos, falar por eles e não com eles conduz a um erro tático que fragiliza ao invés de fortalecer. É necessário apontar para o fortalecimento da participação política daqueles historicamente excluídos e para garantia de espaço de fala desses setores, mesmo com divergências sobre os caminhos a seguir.

A valorização das organizações de prostitutas e a ampliação da participação das trabalhadoras nas discussões sobre as políticas públicas voltadas para elas é fundamental para a construção de estratégias de proteção e defesa de direitos. As relações de poder instituídas na sociedade e no mundo do trabalho não são aceitas passivamente e as mulheres não são vítimas sem reação; ao contrário, estão no seu cotidiano buscando formas de enfrentar essas relações. Os sujeitos nunca estão inteiramente aprisionados pelo poder, existem múltiplos focos de resistência e possibilidades de modificação das relações de dominação. Fruto de construções históricas, o exercício do poder sempre gera resistências e são passíveis de transformações. A partir dessa compreensão, percebe-se que as mulheres, inseridas em seu contexto e práticas sociais, compartilham saberes e formas de perceber o mundo e desenvolvem estratégias para enfrentar os problemas e desafios do cotidiano. A mulher que se prostitui é capaz de atuar e modificar o seu processo de trabalho individual e coletivamente e mudanças efetivas só ocorrerão com a participação e o protagonismo delas.

9. REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. M.; D'OLIVEIRA, A. F. L. Violência institucional em maternidades públicas sob a ótica das usuárias. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v. 15, n. 36, pp. 79-91, 2011.

ALBUQUERQUE, R.M.M. Elementos para uma análise histórica da regulamentação da prostituição. **Olhares Plurais – revista eletrônica multidisciplinar**, v. 1, n. 6, pp. 109-128, 2012.

AMAYA, A.; CARNAVAL, G.E.; VIÁFARA, E. Estigmatización de las trabajadoras sexuales: influencias en la salud. **Colombia Médica**, v.36, n. 3, supl. 2, 2005.

ANTÓN, I. P. Más allá de los moralismos: prostitución y ciencias sociales. In: Osborne, R. **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y trafico em el siglo XXI**. Barcelona: Edição Bellaterra, 2004, pp. 113-120.

AQUINO, P. S. *et al.* Perfil sociodemográfico e comportamento sexual de prostitutas de Fortaleza – CE. **Texto Contexto Enferm.**, v. 17, n. 3, pp. 427-434, 2008.

AUGUSTÍN, L. Trabajo sexual y violencia contra las mujeres: ¿Visiones utópicas o batalla de los sexos? **Development**, v. 44, n. 3, pp. 107-110, 2001.

AYRES, J. R. C. M *et al.* O Conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNICA, D.; FREITAS, C.M. (org). **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões e tendências**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003, p. 121-144.

BANUTH, R.F.; BARBOSA-FERREIRA. Entre o dinheiro e o prazer sexual: uma análise antropológica sobre sexualidade e afeto em uma casa de prostituição em Ribeirão Preto. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 16, pp. 1-14, 2015.

BETTIM, D. A. A possibilidade de regulamentação da prostituição no Brasil à luz do direito alemão. 2015. 121 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tese) - Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BONIFÁCIO, D.P.; TÍLIO, R. Mulheres profissionais do sexo e consumo excessivo de álcool. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 19, n. 1, pp. 29-44, 2016.

BLANCHETTE, T. G.; SILVA, A. P. Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano. In: Parker, R. e Correa, S. (orgs.). **Sexualidade e política na América Latina: histórias, intersecções e paradoxos**. Rio de Janeiro: SPW, 2009, pp.192-233.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde do Trabalhador**. Ministério da Saúde. Brasília, DF, 2001.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **CBO – Classificação Brasileira de Ocupações**, 2002. Menu da Família. Disponível em <<http://www.mteco.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5198>>. Acesso em: set. 2017.

_____. Ministério da saúde. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde**. Disponível em: <http://cnes2.datasus.gov.br/Lista_Es_Nome.asp?Vcodigo=5633508>. Acesso em: 01 mar. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico HIV/AIDS**. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico HIV/AIDS**. Brasília, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 13a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CALIXTO, P.; CAVALCANTE, R.B.; PINHEIRO, M.C.K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc. Est.**, v. 24, n. 1, pp. 13-18, jan./abr. 2014.

CAMPOS-SERNA *et al.* Gender inequalities in occupational health related to the unequal distribution of working and employment conditions: *a systematic review*. **Internacional Journal for Equity in Health**, v. 12, n. 57, 2013.

CAPELLE, M. C. A; MELO, M. C. O. L; BRITO, M. J. M.; BRITO, M. J. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. **RAE-Eletrônica**, v. 3, n. 2, art. 22, jul./dez., 2004.

CARNEIRO, N.; SILVEIRA, C. Organização das práticas de atenção primária em saúde no contexto dos processos de exclusão/inclusão social. **Cad. Saúde Pública**, v. 19, n. 6, pp. 1827-1835, nov./dez., 2003.

CORREA, S. *et al.* **Sexualidade e desenvolvimento: a política brasileira de resposta ao hiv/aids entre profissionais do sexo**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: ABIA, 2011. p. 84.

CORRÊA, S.; OLIVAR, J. M. **The politics of prostitution in Brazil between "state neutrality" and "feminist troubles"**. 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/20109482/The_Politics_of_Prostitution_in_Brazil_Between_state_neutrality_and_feminist_troubles>. Acesso em: 10/10/2017

COSTA, L.H.R. Corpo, poder e o ato de partejar: reflexões à luz das relações de gênero. **R. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 53, n. 1, jan/mar, pp. 39-46, 2000.

COSTA, M.C.S. A intersubjetividade historicidade: contribuições da moderna hermenêutica à pesquisa etnográfica. **Rev Latino-am Enfermagem.**, v. 10, n. 3, pp. 372-382, mai./jun. 2002.

COSTA, R.; MADEIRA, M.; SILVEIRA, C. M. **Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina**. 17º encontro nacional da rede feminista e norte e nordeste de estudos e pesquisa sobre a mulher e relações de gênero. 2012.

CUNHA, A. M. **Daspu: para uma compreensão da construção identitária das prostitutas em entrevistas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal São João Del Rei, São João Del Rei, 2013.

DEDECCA, C.S.; RIBEIRO, C.S.M.; ISHII, F.H. Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. **Trab. educ. saúde**, v. 7, n. 1, mar./jun. 2009.

EMSLIE, C.; HUNT, K.; MACINTYRE, S. Problematizing gender, work and health: the relationship between gender, occupational grade, working conditions and minor morbidity in full-time bank employees. **Soc Sci Med.**, v. 48, n. 1, pp. 33-48, 1999.

ESPINHEIRA, G. **Divergências e prostituição: uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

FERREIRA, V. S. Artes e Manhas da Entrevista compreensiva. **Saúde Soc.** , v. 23, n. 3, pp. 979-992, 2014.

FONSECA, C. A Dupla Carreira da Mulher Prostituta. **Revista Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, pp. 7-33, 1996.

FORÇA FEMININA. **Quem somos** (online). Disponível em: <<http://projetoforcafeminina.blogspot.com/p/quem-somos.html>> Acesso em: 12 out. 2016.

LEITE, G. Entrevista concedida a Iracema Dantas. **Revista Democracia Viva**, IBASE, v. 31, pp. 42-57, abr./jun. 2006.

_____. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. 4a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GASPAR, M. D. **Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 3a ed., 1984.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1a ed. LTC: Rio de Janeiro, 2008.

GIFFIN, K. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. **Cad. Saúde Pública**, supl. 18, pp. 103-112, 2002.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas**

sociedades modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8a ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, pp. 595-609, 2007.

IPEA. **Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Brasília, mar. 2016.

SCHREINER, L. *et al.* Prevalência de Sintomas Depressivos em uma Amostra de Prostitutas de Porto Alegre. **R. Psiquiatr.**, v. 26, n. 1, pp. 13-20, 2004.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: Bauer, M. W., GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, pp. 90-113.

JULIANO, D. El peso de la discriminación: debates teóricos y fundamentaciones In: Osborne, R. (ed.). **Trabalhadoras del sexo**: derechos, migraciones y trafico em el siglo XXI. Barcelona: Edição Bellaterra, 2004, pp. 43-56.

KULICK, D. La penalización de los clientes y «la política del ahjjj» en Suecia. In: Osborne, R. (ed.) **Trabalhadoras del sexo**: derechos, migraciones y trafico em el siglo XXI. Barcelona: Edição Bellaterra, 2004, pp. 223-236.

LACERDA, R.R.D. **Reconhecimento do vínculo empregatício para o trabalho da prostituta** [tese]. Curitiba: Editora CRV, 2015.

LAPLANTINE, F. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LUDERMIR, A. B. Inserção produtiva, gênero e saúde mental. **Cad. Saúde Pública**. v.16, n. 3, pp. 647-659, jul./set. 2000.

MALTA, M. *et al.* HIV/AIDS risk among female sex workers who use crack in Southern Brazil. **Rev Saúde Pública**, v. 42, n. 5, pp. 830-837, 2008.

MARINHO, M.F. **A carreira da prostituta militante**: um estudo sobre o papel das práticas institucionais na construção da identidade da prostituta militante da Associação das Prostitutas da Bahia. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MATTOS, P. A dor e o estigma da puta pobre. In: SOUZA, J. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 173- 204.

MORAES, A. F. **Mulheres da Vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis, Vozes, 1995.

MELLO, A.S.V. **Prostituição, gênero e direitos**: Noções e tensões nas relações entre prostitutas e pastoral da mulher marginalizada. 2014. Tese (Doutorado em

Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Direitos Humanos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014..

MENDES, M. C.; CUNHA, J. R. F.; NOGUEIRA, A. A. A mulher e o uso do álcool. In: **Revista Brasileira de Ginecologia Obstetrícia**, v. 33, n. 11, pp. 323-327, 2011.

MESTRE, R. Las caras de la prostitución en el Estado español: entre la Ley de Extranjería y el Código Penal. In: Osborne, R. **Trabajadoras del sexo**: derechos, migraciones y trafico em el siglo XXI. Barcelona: Edição Bellaterra, 2004, pp. 245-262.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14a ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25a ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MORCILLO, S. “Como un trabajo”: tensiones entre sentidos de lo laboral y la sexualidad en mujeres que hacen sexo comercial en Argentina. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 18, pp. 12-40, dec. 2014.

MOREIRA, I. C. C. C.; MONTEIRO, C. F. S. A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades. In: **Revista Latino Americana de Enfermagem**, v. 20, n. 5, pp. 1-7, 2012.

MURILLO, M.J. **Trabajadoras del sexo**: Testimonios y comentarios. Corporación para la Investigación en Comportamiento Humano. Palmira: Litotoma Ltda, 1996.

NIEL, M.; DA SILVEIRA, D. X. (orgs). **Drogas e Redução de Danos**: uma cartilha para profissionais de saúde. São Paulo: UNIFESP, 2008.

OLIVAR, J. M. N. Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. **RBCS**, v. .26, n. 75, p. 89-101. fev. /2011.

_____. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis? **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 11, pp. 88-121, 2012.

_____. **Devir puta**: políticas da prostituição nas experiências de quatro mulheres militantes. Rio de janeiro: Editora UERJ, 2013.

OLIVEIRA C. C.; FONSECA, R. M. G. S. Práticas dos profissionais das equipes de saúde da família voltadas para as mulheres em situação de violência sexual. **Rev Esc Enferm USP**, v. 41, n. 4, pp. 605-612, 2007.

OSBORNE, R. Introducción. In: Osborne, R. (ed.). **Trabajadoras del sexo**: derechos, migraciones y trafico em el siglo XXI. Barcelona: Edição Bellaterra, 2004, pp. 11-40.

PASINI, E. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. **Cadernos Pagu**, v. 14, pp. 181-200, 2000.

_____. **Prostituição e a liberdade do corpo**. 2005. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/pdf/Elisiane.pdf>>. Acesso em 12/10/2015.

PASSOS, A. D. C.; FIGUEIREDO, J. F de C. Fatores de risco para DST entre prostitutas e travestis de Ribeirão Preto (SP). **Rev. Panam. Salud Publica**, v. 16, n. 2, pp. 95-101, 2004.

PAIVA, L. L *et al.* As vivências das profissionais do sexo. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 98, pp. 467-476, 2013.

PISCITELLI, A. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, n. 25, pp. 7-23, 2005.

_____. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H.B; SZWAKO, J. (org.) **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-149.

_____. Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma Leitura a Partir da Antropologia Feminista. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 36, p. 11-31, 2012.

_____. Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 159-199, jan.-jun./ 2014.

PORTO, M.F.S. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, pp. 31-58, 2011.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. 1a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RHODES, T.; Violence, dignity and HIV vulnerability: street sex work in Serbia. **Sociology of Health & Illness**, v. 31, n. 1, pp. 1–16, 2009.

RHODES *et al.* Police violence and sexual risk among female and transvestite sex workers in Serbia: qualitative study. **BMJ**, 2008. Disponível em <<https://www.bmj.com/content/337/bmj.a811>>. Acesso em 11/06/2017.

RIBEIRO, N. Das esquinas para a web: Salvador tem prostituição desterritorializada. **Correio**, 2014 (online). Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/trabalho-com-sexo/noticia/das-esquinas-para-a-web-salvador-tem-prostituicao-desterritorializada/?cHash=c70a5edf25fc7ce1ab80a14ebd425955>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

RODRIGUES, M. T. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Rev. Katál.**, v. 12, n. 1, pp. 68-76, jan./jun. 2009.

RUSSO, G. No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos. **CADERNO CRH**, v. 20, n. 51, pp. 497-514, set./dez. 2007.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, pp. 71-99, 1995.

SILVA, R. A. **Prostituição: artes e manhas do ofício**. Goiânia: Cênone Editorial. 2006.

SOUSA, F. R. **A noite também educa**: compreensões e significados atribuídos por prostitutas à prática da prostituição. 2012. 291 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tese) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SOUSA, F. R.; OLIVEIRA, M. W. Saberes da noite: processos educativos consolidados na prática da prostituição. **Anais da 33ª. Reunião da ANPED**, 2010.

_____. A noite educa: saberes de experiência consolidados no trabalho sexual. **Revista de Ciências da Educação**, v. 14, pp. 1-17, 2012.

TORRES, G. V.; DAVIM, R. M. B.; COSTA, T. N. A. Prostituição: causas e perspectivas de futuro em um grupo de jovens. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 7 n. 3, pp. 9-15, 1999.

TRAD, L. A. B. Trabalho de campo, narrativa e produção de conhecimento na pesquisa etnográfica contemporânea: subsídios ao campo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, pp. 627-633, 2012.

VIEIRA, P.A. **Modalidades e Identidades no cenário da prostituição feminina**. 2014. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_10_11_2014_18_22_01_idinscrito_4256_5d01816028798cb40f4ad2223cfd0850.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

VILLELA, W.V., MONTEIRO, S. Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 24, n. 3, pp. 531-540, 2015.

WIJERS, M. . Delincuente, vítima, mal social o mujer trabajadora: perspectivas legales sobre la prostitución. In: Osborne, R. (ed.) **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y trafico em el siglo XXI**. Barcelona: Edição Bellaterra, 2004, pp. 209-221.

WOLFF, L. R.; WALDOW, V. R. Violência Consentida: mulheres em trabalho de parto e parto. **Saúde Soc.**, v. 17, n. 1, pp. 61-72, 2008.

XIMENES, N. F. R. G.; OLIVEIRA, J. S., ROCHA, J. Violência sofrida pelas profissionais do sexo durante seu trabalho e as atitudes tomadas após serem vitimadas. **REME Rev. Min Enferm**, v. 11, n 3, pp. 248-253, 2007.